



**Beatriz Fartes de Paula**

**FAVELA DOS GUARARAPES:  
Uma Narrativa de Resistência e  
Luta pela Permanência**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro  
Setembro de 2020



**Beatriz Fartes de Paula**

**FAVELA DOS GUARARAPES:  
Uma Narrativa de Resistência e  
Luta pela Permanência**

Tese apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Doutora pelo  
Programa de Pós-graduação em Serviço  
Social da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão  
Examinadora abaixo:

**Prof. Rafael Soares Gonçalves**

Orientador

Departamento de Serviço Social- PUC-RIO

**Profa. Nilza Rogéria de Andrade Nunes**

Departamento de Serviço Social- PUC-RIO

**Profa. Andréia Clapp Salvador**

Departamento de Serviço Social- PUC-RIO

**Profa. Gabriela Lema Icasuriaga**

UFRJ

**Prof. Mario Sergio Ignácio Brum**

UFF

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2020

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Beatriz Fartes de Paula**

Graduou-se em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2007. Fez Mestrado em Política Social- UFF, em 2012. Desenvolveu junto a organizações públicas e não governamentais diversos projetos sociais atuando em favelas e regiões de periferia no Rio de Janeiro, principalmente nos campos do desenvolvimento comunitário, planejamento urbano e direitos humanos.

### Ficha Catalográfica

Paula, Beatriz Fartes de

Favela dos Guararapes : uma narrativa de resistência e luta pela permanência / Beatriz Fartes de Paula ; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2020.

170 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2020.

Inclui bibliografia

1. Serviço Social - Teses. 2. Memória. 3. Favela. 4. Estigmatização. 5. Urbanização. 6. Remoção. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Para os meus avós, Messia e Juquinha,  
com todo o meu amor.

## Agradecimentos

A escolha de trazer a história da Favela dos Guararapes faz-se em decorrência do respeito e do amor que tenho pela história de luta dessa favela. História essa, que é tão pouco conhecida, até mesmo, para profissionais e estudantes que assim como eu, dedicam seu trabalho e estudo às favelas cariocas.

Ao meu orientador Rafael Gonçalves, referência em pesquisa sobre as histórias das favelas cariocas. Obrigada pela oportunidade que me destes, pela riqueza de informações compartilhadas e pelas indicações necessárias e tão pertinentes para a realização desse trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À minha família, em especial, aos meus irmãos, Rafa e Juninho, aos meus pais, Wanderley e Sonia. Esta conquista é possível graças a vocês. Ao Thiago, meu amor e companheiro de vida.

A todos que se mostraram solidários à minha pesquisa, obrigada por cada depoimento, registro e tantas outras informações que permitiram que eu pudesse retratar a história dos Guararapes. Minha gratidão ao Ricardo Rodrigues, Paulo Cardoso Paim (Paulinho), Yara Tomaz, Georgina Gomes Pereira, Sérgio Péo, Tania Coelho, Franklin Coelho, à antiga e nova gestão da AMOG - Eduardo Silva (Sr. Duca), Cadu, Nielson e Leonice.

Aos professores Marcio Brotto (*in memoriam*), Valéria Bastos, Inez Stampa, Ariane Paiva pelo conhecimento adquirido em suas disciplinas.

À professora Andréa Clapp, por trazer com maestria a reflexão sobre as diferentes formas de resistência.

À professora Rogéria, que me acolheu com tanto carinho no meu estágio docente. Quantas reflexões, palavras de incentivo e que até hoje me inspiram a seguir em frente.

À minha banca de qualificação, que trouxe considerações e apontamentos tão importantes para o realinhamento e continuidade da minha pesquisa.

À toda equipe da coordenação do Departamento de Serviço Social PUC Rio pelo profissionalismo e dedicação no desempenho de suas funções.

## Resumo

Paula, Beatriz Fartes; Gonçalves, Rafael Soares. **FAVELA DOS GUARARAPES: Uma Narrativa de Resistência e Luta pela Permanência.** Rio de Janeiro, 2020. 170p. Tese de Doutorado- Departamento de Serviço Social- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Esta tese pretende trazer uma reflexão teórica sobre as transformações urbanísticas decorrentes na cidade do Rio de Janeiro e sua relação com o processo de remoção de favelas cariocas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sobre o processo de estigmatização das favelas do antigo Estado da Guanabara, em consonância ao avanço de uma política remocionista que vigorava ao longo das décadas de 1960 e 1970. Como contraponto e apoiada no uso da história oral, será apresentada a trajetória de luta da Favela dos Guararapes localizada no bairro Cosme Velho. Para garantir a permanência dessa favela, seus moradores, ao longo da década de 1960, recorreram à compra de suas terras, experiência esta, inédita nos que tange ao processo de favelização carioca e surpreendentemente apoiada pelo poder público. Mesmo de posse do título das terras, o status de ilegalidade se fará remanescente e inviabilizará a execução do projeto de urbanização prometido pelo Estado.

## Palavras-chave

Favela; estigmatização; urbanização; remoção; resistência; memória.

## Abstract

Paula, Beatriz Fartes; Gonçalves, Rafael Soares (Advisor). **OF GUARARAPES FAVELA : A Narrative of Resistance and struggle for permanence.** Rio de Janeiro, 2020. 170p. Tese de Doutorado- Departamento de Serviço Social- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

This thesis aims to bring the theoretical reflection regarding the urban transformations occurred in Rio de Janeiro City, as well as its relation with the Rio de Janeiro's favelas removal process. This exposition is a qualitative research about the favelas stigmatization process in the former Guanabara State, taking into consideration the advance of a "removal policy" which prevailed during the 60's and 70's decades. As an argumentative counterpoint, supported by the use of oral storytelling, it will be presented the history of fight of Guararapes favela, located at the district of Cosme Velho. In order to guarantee the remanence of this favela, its local residents resorted to buying the lands over the 60's, what was an unprecedented experience regarding the "favelization" process in Rio and was, surprisingly, supported by the public authorities. Even though the residents possess the title of such lands, the illegality status still remains and precludes the execution of the urbanization project promised by the State.

## Keywords

Favela; stigmatization; urbanization; removal; resistance; memory.

## Sumário

1.	Introdução	16
2.	Memórias e histórias da remodelação da cidade do Rio de Janeiro	31
2.1	Remoção dos cortiços <i>versus</i> expansão das favelas: para onde eu vou?	31
2.2	Cosme Velho: O velho bairro aristocrático em meio ao progresso e transformações	55
2.3	Guararapes: origem e história	63
3.	Mercantilização da Terra: disputa da propriedade privada	81
3.1	Estigmatização da favela: epicentros da marginalidade urbana?	96
3.2	O caso dos Guararapes	98
4.	Favela dos Guararapes: Lócus de Resistência	108
4.1	Fortalecimento da noção de pertencimento: mobilização e sensibilização dos moradores	110
4.2	Tecendo redes: formação de alianças políticas e comunitárias em favor da permanência dos Guararapes	128
4.3	Guararapes: a inédita compra das terras	138
4.4	Guararapes: urbanizar em vez de acabar	143
4.5	Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima	149
5.	Considerações Finais	161
6.	Referências Bibliográficas	164



## Lista de Figuras

Figura 1 Quadro Bem Favela I	15
Figura 2 Termo de Abertura do Primeiro Livro de Atas da AMOG	28
Figura 3 Fachada do Palácio Imperial de São Cristóvão	32
Figura 4 Embarcação europeia a caminho do Brasil	35
Figura 5 Retratos da nova república	36
Figura 6 Cortiço, início do século XX	38
Figura 7 Remoção do cortiço "Cabeça de Porco" nas manchetes dos Jornais	40
Figura 8 Solenidade de abertura oficial das obras de construção da Avenida Central, 08 de março de 1904	45
Figura 9 Alargamento da Rua da Carioca, 1904	46
Figura 10 Cortiços na mira da política "Bota-Fora"	47
Figura 11 Convento Santo Antônio, século XIX	49
Figura 12 Habitações do Morro de Santo Antônio, ano de 1916	49
Figura 13 Antigo Morro Favella, hoje conhecido como Favela da Providência	51
Figura 14 Bica da Rainha, ano de 1840	56
Figura 15 Residência do escritor Machado de Assis- Rua Cosme Velho, 18	56
Figura 16 Edição 22417 do Jornal Correio da Manhã, 06 de maio de 1966	59
Figura 17 Construção do Túnel Rebouças, ano 1965	61
Figura 18 Vista da Ladeira dos Guararapes antes da existência da favela dos Guararapes e ao fundo o Morro do Corcovado sem a Estátua do Cristo Redentor, ano de 1865	63
Figura 19 Mapa do Complexo dos Guararapes	65
Figura 20 Classificados Jornal O Globo, 01 de fevereiro de 1961	69
Figura 21 Classificados Jornal do Brasil, 17 de fevereiro de 1962	69
Figura 22 Foto dos Guararapes retrata a dificuldade de acesso	

à favela	71
Figura 23 Edição 23211 Jornal Correio da Manhã, 07 de dezembro de 1968. Informativo Light	73
Figura 24 Edição 00251, 15 de dezembro de 1979 Inauguração da rede de energia elétrica	74
Figura 25 Escola Guararapes Cândido, ano de 1969	76
Figura 26 Chamada da matéria “No Cosme Velho, dentro da Favela- Integrada na comunidade escola nunca foi “assaltada”	78
Figura 27 Foto aérea do Parque Proletário da Gávea, e ao fundo o prédio da PUC-Rio. Acervo do Núcleo de Memória PUC-Rio, 1974	87
Figura 28 O pouco que se leva, remoção Morro do Pasmado	91
Figura 29 Barracos de materiais precários espalhados pela encosta da Favela dos Guararapes	91
Figura 30 Apresentação do Programa Aliança para o Progresso	102
Figura 31 Favela do Pasmado, uma das 27 favelas impactadas pela gestão de Carlos Lacerda, localizada no bairro de Botafogo	104
Figura 32 Réplica da Estátua da Liberdade na Vila Kennedy, no Rio de Janeiro	105
Figura 33 Secretária Hortênsia de Abranches, pelo alto-falante do Estádio Maracanã, dava informações sobre as ações de realocação das famílias desabrigadas, janeiro de 1966	118
Figura 34- Sr. Paulo de Moraes Couto, responsável pela sensibilização dos moradores dos Guararapes	121
Figura 35- Comissão Lacerda- 65 contava com a presença do presidente da União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes	134
Figura 36 Logo da Operação Mutirão divulgada no Jornal Correio da Manhã de 25/03/1962	135
Figura 37 Favela dos Guararapes, Jornal do Brasil de 29 de dezembro de 1965	139
Figura 38 Registro do processo de compra das terras dos Guararapes	140
Figura 39 Jornal do Brasil, 26 de dezembro de 1976	150
Figura 40 Planta Baixa Barracos da Favela Guararapes	152

Figura 41 Croqui Barraco 01	153
Figura 42 Croqui Barraco 02	153
Figura 43 Croqui Barraco 03	154

## Lista de Tabelas

Tabela 1 Crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro- Século XI	34
Tabela 2 Taxa de crescimento dos cortiços por área da cidade	42
Tabela 3 Jornal Correio da Manhã- 1960-1973	58
Tabela 4 Classificados de imóveis Jornal do Brasil- 1960 a 1969	60
Tabela 5 Financiamento Habitacional IAPs	85
Tabela 6 Programa Parques Proletários	86
Tabela 7 Densidade demográfica comparado à distribuição de renda no município do Rio de Janeiro (1960)	89
Tabela 8 Heterogeneidade do padrão das construções em áreas favelizadas da cidade do Rio de Janeiro	90
Tabela 9 Crescimento das Favelas no Estado da Guanabara	94
Tabela 10 Estragos das Chuvas de 1966	113
Tabela 11 Grupo 2- Favela Bairro	158

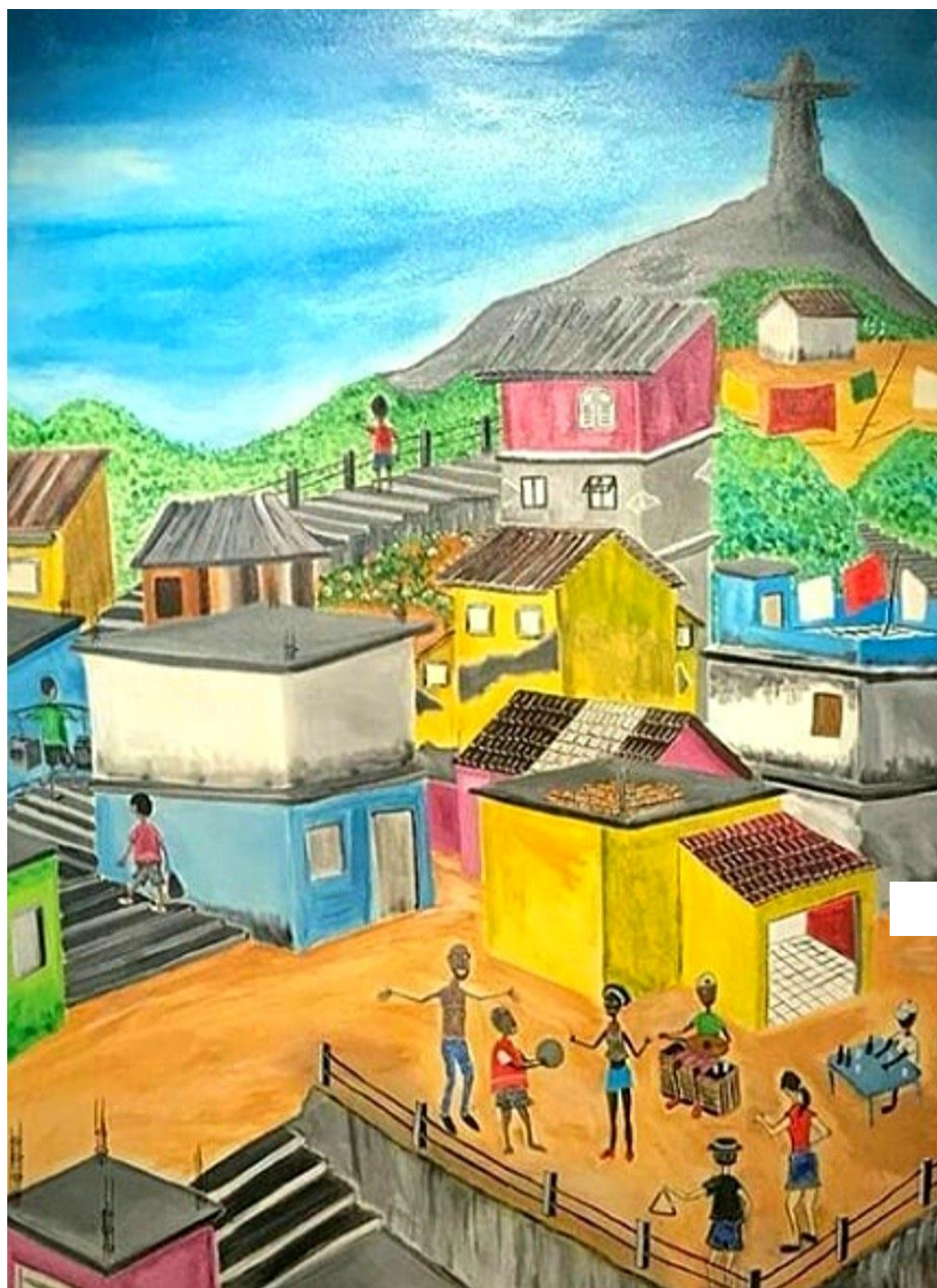
## Lista de Siglas

AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
AMOG	Associação de Moradores dos Guararapes
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CHISAM	Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
Cohab-GB	Companhia de Habitação da Guanabara
COPEG	Companhia Progresso do Estado do Guanabara
COS	Carteiras de Operações Sociais
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IPP	Instituto Pereira Passos
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
PUC Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RA	Região Administrativa
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
Serfha	Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USAID	Agência Norte- Americana de Desenvolvimento Internacional

## **O MORRO NÃO TEM VEZ**

*O morro não tem vez  
E o que ele fez já foi demais  
Mas olhem bem vocês  
Quando derem vez ao morro  
Toda a cidade vai cantar  
O morro não tem vez  
E o que ele fez já foi demais  
Mas olhem bem vocês  
Quando derem vez ao morro  
Toda a cidade vai cantar  
Samba pede passagem  
O morro que só estar  
Abram alas pro morro  
Tamborim vai falar  
É um, é dois, é três, é cem  
São mil a batucar  
O morro não tem vez  
Quando derem vez ao morro  
O mundo inteiro vai cantar  
Samba pede passagem  
O morro quer se mostrar  
Abram alas pro morro  
Tamborim vai falar  
É um, é dois, é três, é cem  
São mil a batucar  
O morro não tem vez  
Mas se derem vez ao morro  
O mundo inteiro vai cantar  
Vai cantar, vai cantar*

*(Antônio Carlos Jobim)*



Bem Favela I, Ricardinho.

# 1

## Introdução

Ainda hoje, as favelas permanecem associadas a uma ideia de ilegalidade e ausência. Ao realizar-se uma rápida consulta online sobre a favela dos Guararapes, sua imagem encontra-se ainda associada à ilegalidade, mesmo diante da legalidade fundiária, conquistada após a compra de suas terras por seus moradores. A favela continua referenciada dentro de um viés marginalizado e de estigma territorial.

As favelas, desde seus primórdios, sempre estiveram associadas à ilegalidade, assim como a desigual distribuição dos recursos públicos no que tange a realização de obras de infraestrutura urbana. É fato que a urbanização das cidades deixou ainda mais latente a desigualdade econômica entre as classes sociais. Desta forma, a disparidade na distribuição de renda se reflete diretamente na apropriação do solo urbano e na má distribuição espacial dos serviços de infraestrutura urbana.

As favelas têm sua formação e expansão tolerada pelo poder público dentro de uma perspectiva de provisoriedade e sem que houvesse seu reconhecimento legal. A partir da década de 1920, as favelas passaram a ser encaradas como o “problema urbano” da cidade. Surgiram projetos públicos de erradicação em massa das favelas, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, quando nos governos de Carlos Lacerda e Negrão de Lima, registraram-se a remoção de mais de cem mil habitantes que residiam em 60 favelas do Estado da Guanabara, em sua maioria, localizadas na zona sul da cidade.

Enquanto avançava uma política remocionista que negava a permanência, em especial das favelas da zona sul do Rio de Janeiro, a favela dos Guararapes, localizada no bairro do Cosme Velho, garantia sua permanência através do inédito processo de compra de suas terras alcançado no final da década de 1960.

Frente ao processo de estigmatização e tentativa de remoção das favelas, este estudo propõe uma análise histórica sobre a resistência dos moradores da Favela dos Guararapes. Serão examinadas as condições históricas, sociais e



políticas que permitiram a compra das terras, assim como os desdobramentos decorrentes desta aquisição por parte dos seus moradores.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza histórica, centrada na interpretação de análise documental e fontes orais, com base nos registros da memória dos antigos moradores dos Guararapes e de atores direta ou indiretamente envolvidos com esse evento. A pesquisa em questão alinha-se às iniciativas de estudo das favelas cariocas dentro da perspectiva de desconstrução da ideia de estigmatização das favelas.

Há mais de uma década, a pesquisadora tem atuado em favelas da cidade do Rio de Janeiro. A escolha em realizar um trabalho de Memória Social da Favela dos Guararapes se dá pela lacuna de produções acadêmicas referentes à história de luta e resistência dessa favela.

No ano de 2013, ao tornar-se gestora do Território Cerro-Corá<sup>1</sup>, na ocasião da reunião de apresentação do escopo de trabalho, poucas eram as informações sobre esse local. A equipe recebeu um documento denominado “Panorama do Território” com informações minuciosas, que abarcavam dados demográficos, serviços urbanos, dados de acesso à educação e saúde. Porém, a contextualização histórica sobre o surgimento do Complexo dos Guararapes (Favelas Cerro-Corá, Guararapes e Vila Cândido) era muito superficial. Com poucas informações em mãos, a equipe teve a ideia de pesquisar na internet a história dessas três favelas, mas, novamente, pouco encontrou-se a respeito. Foi apenas com a vivência do campo e com o diálogo com as lideranças comunitárias e moradores, que chegou ao nosso conhecimento a origem dessas três favelas.

Apesar da ausência de informações formais sobre o surgimento do Complexo dos Guararapes pode-se identificar um crescente interesse dos seus moradores em resgatar a memória local. Com a ajuda do Coletivo *Cerro-Corá Moradores em Movimento*,<sup>2</sup> vem sendo fortalecida a noção de pertencimento

---

<sup>1</sup> O termo “**Território**” foi uma nomenclatura definida pelo Programa Rio+Social para nomear as áreas em que cada equipe fosse atuar. O número de territórios por equipe variava de equipe em equipe. Na ocasião assumia a gestão dos territórios Cerro-Corá e Escondidinho/Prazeres, a área que abarcava cada território era definida conforme a área de abrangência de cada UPP instalada nesses locais.

<sup>2</sup> O Coletivo “Cerro Corá Moradores em Movimento” criado no ano de 2013 nasce com a proposta de preservação da memória da favela através da luta pela garantia dos direitos humanos e pela promoção de um espaço onde a favela tivesse voz e pudesse se articular em busca do seu reconhecimento. Para Salvador (2010), a formação de grupos que lutam pelo reconhecimento no Brasil surge ainda na década de 1980, assim como outros movimentos sociais existentes nas favelas do Rio de Janeiro, esse grupo não almejava apenas a garantia de permanecer em seu local de moradia, mas também, articulava questões que envolviam a valorização da favela, cultura e memória.

daqueles moradores. Visando a contribuição do resgate histórico, será realizada a entrega de uma cópia da tese produzida por esta pesquisadora a ser arquivada pelo coletivo supracitado.

### **A chegada ao tema e sua delimitação**

A escolha em estudar a luta pela permanência da favela de Guararapes, se deu a partir do conhecimento de que essa favela corria risco de ser removida no ano de 2013 por conta de uma dívida de IPTU acumulada por décadas, o que mostrava, de antemão, uma particularidade sobre a relação entre terra e propriedade.

Através da informação sobre a cobrança dessa dívida por parte do Estado, a pesquisadora tomou conhecimento do feito inédito de compra das terras dos Guararapes, realizada por seus moradores, no final da década de 1960. Dessa forma, optou-se em ter apenas como objeto de estudo o processo de compra dos Guararapes, junto às promessas de urbanização ao longo das décadas de 1960 e 1970, período este em que a política de remoção era hegemônica.

Inicialmente, pensou-se em mapear junto a Prefeitura do Rio de Janeiro o processo de compra das terras dos Guararapes e a cobrança da dívida do IPTU, mas durante a execução dessa pesquisa viu-se intensificado o conflito relacionado ao pagamento do IPTU junto à prefeitura, o que pareceu inviável o acesso dessas informações à medida que essa pesquisa, junto ao órgão público, poderia resultar em transtornos junto aos moradores<sup>3</sup>.

Dessa forma, a pesquisa voltou-se à análise de dados e informações pertinentes ao processo histórico de compra das terras dos Guararapes. Ao evidenciar a trajetória de mobilização e convencimento dos seus moradores buscou-se, também, elementos substanciais que contribuíssem para que essa compra fosse concretizada. Entende-se que o protagonismo das lideranças comunitárias foi primordial para que se chegasse a esse feito inédito, mas não há como negar que a articulação junto aos líderes políticos e religiosos contribuiu significativamente.

Em um período em que imperava uma política remocionista das favelas, na qual seus governantes privilegiavam a erradicação das favelas ao invés de sua

---

<sup>3</sup> Em fevereiro de 2020, ao realizar uma consulta online referente à dívida ativa, os Guararapes (Inscrição Imobiliária: 0111841-3) encontrava-se com uma dívida de IPTU no valor de **R\$166.328,62**. A Associação de Moradores, desde 2013, tem recorrido judicialmente para abster-se desse pagamento.

permanência tomando como discurso que “a cidadania estava atrelada através do acesso à propriedade da habitação”, Gonçalves (2013, p. 217) constata que esse movimento de segregação espacial só beneficiava uma das partes, as classes mais abastadas à medida que contribuía para a valorização da terra enquanto que a população mais pobre era penalizada e expulsa dos centros urbanos sob a acusação de personificarem a marginalização e a ilegalidade.

Como a palavra de ordem era a erradicação das favelas, a tese em questão busca apresentar as estratégias usadas pela favela dos Guararapes para fazer-se resistente. Desta forma, observa-se que dentro da gestão de Negrão de Lima, mesmo que a política urbana permanecesse pautada na remoção das favelas, a urbanização de alguns espaços. Enquanto Sandra Cavalcanti, Secretária de Serviços Sociais na gestão de Carlos Lacerda, não demonstrou apoio ao processo de compra das terras dos Guararapes, tanto Hortênsia Abranches, como Vitor Pinheiro, Secretários na gestão de Negrão de Lima, demonstraram, prontamente, apoio ao processo de compra das terras dos Guararapes e aventavam a possibilidade de execução de obras de infraestrutura e construção de unidades habitacionais no local. Todavia, o apoio era condicionado a que as obras de urbanização só fossem iniciadas após efetivada a compra das terras. Assim, Guararapes, aparentemente, desvinculava-se da imagem de ilegalidade e informalidade associada às favelas. O uso da palavra “aparentemente” é proposital, pois mesmo diante da compra das terras a favela dos Guararapes jamais perdeu seu *status quo*.

O estudo em questão, foi norteado pelas seguintes hipóteses, que permitiram uma reflexão teórica e questionamento frente ao avanço da Política Remocionista das favelas, em curso nas décadas de 1960 e 1970:

- A tentativa inicial de remoção da Favela dos Guararapes é proveniente da especulação imobiliária. A favela está localizada em um bairro de alto poder aquisitivo e aos pés de um dos maiores pontos turísticos do Rio de Janeiro, o Cristo Redentor.
- A negação da implementação do projeto de urbanização, idealizado na década de 1960, está justificada pelo status de ilegalidade associado aos Guararapes.

### **Guararapes: o meu lugar**

A política de urbanização, vigente a partir do golpe militar de 1964, acirrou o controle e a remoção das favelas entre as décadas de 1960 e 1970. A partir da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) registrou-se um exorbitante investimento na área de habitação popular. Todavia, esse investimento privilegiava, majoritariamente, os interesses das classes mais abastadas enquanto a população pobre sofria drasticamente com a expansão de uma política remocionista. Frente ao risco eminente de remoção das favelas, seus moradores contestam, bravamente, por sua permanência e, em resposta, o Estado acionava medidas mais autoritárias e coercitivas.

Em meio ao caos, uma favela localizada na zona sul da cidade escrevia um novo capítulo na história das favelas cariocas. Contrapondo o viés remocionista, seus moradores mobilizavam-se em prol de sua permanência. O sentimento de pertencimento fazia-se mais do que latente.

O conceito de “mundo vivido”, discorrido por Buttimmer (1982), traz o conceito de “lugar” associado a uma relação entre a geografia e a fenomenologia. Para este autor, o lugar se faz estruturado a partir da relação do “eu” com o “outro”. Dessa forma esta relação de diálogo permite que haja uma compreensão e aproximação da herança sociocultural de forma que aquele espaço vivido possa ser permeado por relações sociais ali construídas. Portanto, a criação dos mundos sociais se faz relativas ao espaço geográfico, ao tempo e as redes de sociabilidade construídas ao longo da vida.

(...) a intersubjetividade sugere a situação herdada que circunda a vida diária. Pode também ser compreendida como um processo em movimento, pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais (Buttimer, 1982, p. 182).

A favela dos Guararapes está imersa em intersubjetividade. Ao pensar o seu surgimento, datado na década de 1930, composto por famílias advindas de diferentes Estados do Brasil e até de outros países, cada qual, carregando consigo sua história de resistência, observa-se que em apenas três décadas seus moradores haviam estabelecido uma relação de pertencimento junto ao endereço e o mundo social ali representado. Dessa forma, a noção de pertencimento associada às redes de sociabilidades construídas por meio dos vínculos estabelecidos entre os moradores daquela favela, foram fundamentais na inédita trajetória de luta pela compra da terra.

O meio social imediato das famílias urbanas é melhor compreendido, não como a área local em que vive a família, mas sim como a rede das relações sociais reais que elas mantêm (Bott, 1976, p.111)

## **Orientações metodológicas**

Busca-se, através dessa pesquisa de cunho participativo, retratar a construção de redes de sociabilidade existentes na favela dos Guararapes, que permitiram a formação de uma identidade de resistência envolta por múltiplas táticas e estratégias que contribuíram para sua permanência.

Dessa forma, a escolha de se dá através da contribuição da história oral, tendo em vista que a escolha por pesquisar um acontecimento histórico que se sucedeu há mais de 40 anos faz com que muitas das informações cheguem a nós de forma parcial ou incompleta, dessa forma, a escolha dos entrevistados é mais do que importante. Ao longo dessa pesquisa, diferentes histórias de vida cruzam a narrativa de resistência da Favela dos Guararapes formando um emaranhado de informações ao longo de cada entrevista.

Por causa desse caráter central do indivíduo e de sua biografia no trabalho de história oral convém ter claro que se trata de algo muito mais complexo. A ideia de história de vida, de biografia, é problemática porque pressupõe uma “unidade do eu”, que é ilusória- e aqui remeto especificamente ao clássico texto de Pierre Bourdieu, “A ilusão biográfica. (Alberti, 2000, p.3)

Assim como discorrido por Bourdieu (1986), a “ilusão biográfica” parte da ilusão de uma identidade coerente e específica que narra a vida como uma estrada, um caminho retilíneo e de ordem cronológica.

(...) um trabalho de história oral, a biografia, a trajetória individual, não é coisa dada, mas construída à medida mesmo em que é feita a entrevista. Se a pessoa tem o costume de refletir sobre sua vida, provavelmente já tem uma espécie de sentido cristalizado para alguns acontecimentos e percursos e pode preferir relatar esses, em vez de outros. Isso não quer dizer que aquele sentido seja falso ou não tenha relação com a realidade. É preciso ter claro, contudo, que ele não é a única possibilidade. (Alberti, 2000, p.5)

Para evitar esses atropelos decorrentes da “ilusão biográfica”, a pesquisadora teve o cuidado em trazer a pesquisa em periódicos como um meio de alinhamento à realidade apresentada.

Apesar de ainda pouco usual na faculdade de Serviço Social, o uso da história oral como um recurso metodológico de pesquisa é cada vez mais utilizado

por pesquisadores que discorrem sobre a luta por reconhecimento. Para Bédarida (2006), o uso da história oral permite ao pesquisador dar voz aos silenciados e excluídos da história, valorizando a história do cotidiano e da vida privada, local e enraizada, que por vezes, tendem a se opor à “história oficial”.

Conforme destacado por Pollak (1989), ao se optar em analisar os excluídos, os marginalizados e as minorias, a história oral tende a ressaltar a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se à “memória oficial”. A partir da análise de dados coletados nas entrevistas e dados secundários, permite-se identificar se há ou não essa contradição de informações.

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a consequente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais). (Lozano, 2006, p. 16)

Para Lozano (2006, p.24), a história oral, representa uma importante ferramenta de captação de informação frente ao fato estudado, permitindo ao pesquisador da oralidade, a escolha de outros acervos de informação que *contribuirão para a construção da percepção, no tempo espaço, da experiência humana.*

FONTES DOCUMENTAIS	
<b>Periódicos (1960-1979)</b>	Correio da Manhã Jornal O Globo Jornal do Brasil
<b>Fita Cassete</b>	Transcrição da entrevista de Cláudio de Moraes <sup>4</sup>

<sup>4</sup> A inédita entrevista foi concedida à jornalista Tania Coelho, que participou da produção do documentário “Associação dos Moradores dos Guararapes” (1979), foi concedida pelo líder comunitário Cláudio de Moraes em 1978. Cláudio de Moraes é uma importante liderança comunitária, elemento fundamental para o processo de compra das terras dos Guararapes. Sua história será narrada ao longo dos capítulos.

<b>Documentário</b>	Associação dos Moradores do Guararapes
<b>Documentação Associação de Moradores dos Guararapes (AMOG)</b>	Primeiro Livro de Atas da AMOG
<b>Entrevistas</b>	Moradores e atores ligados à história dos Guararapes
<b>Livros e impressos diversos</b>	Bibliografia voltada à história da favela dos Guararapes e a Política Remocionista das Favelas

Para discorrer sobre a História de Resistência da Favela dos Guararapes, foram buscadas referências bibliográficas que desconstruíssem a ideia de marginalização atribuída à favela. Assim, examinou-se, no âmbito da política urbana, as ocorrências da política de remoção *versus* a urbanização das favelas, presentes nas décadas de 1960 e 1970, evidenciando, dessa forma, o protagonismo dos moradores dos Guararapes na trajetória de luta e permanência das favelas cariocas.

Por outro lado, para retratar a história de luta e resistência da favela dos Guararapes, a metodologia de pesquisa propôs a realização de uma pesquisa qualitativa de natureza histórica apoiada no uso da história oral que incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas com antigos moradores dos Guararapes, lideranças comunitárias e com outros atores associados à trajetória da favela dos Guararapes.

A anterior atuação da pesquisadora no território permitiu que a mesma se aproximasse de importantes lideranças comunitárias que foram essenciais na identificação e sensibilização dos entrevistados. Apesar de já conhecer a história de parte dos entrevistados, a presença, enquanto pesquisadora, buscava por lembranças que não haviam sido ainda reveladas. Em vista da disputa pela cobrança da dívida do IPTU por parte da prefeitura do Rio de Janeiro era necessário ter cuidado redobrado ao se apresentar como estudante/pesquisadora e não mais como uma funcionária da prefeitura.

Nesse processo de escolha dos personagens, uma figura central, foi o líder comunitário Ricardo Rodrigues. Ricardo é um jovem líder da favela Cerro-Corá vizinha aos Guararapes. Ele sempre se fez presente no território, atuando em parceria com a Associação de Moradores dos Guararapes e outras importantes

lideranças. Em diversos momentos se disponibilizou para ajudar na realização dessa pesquisa contribuindo com entrevistas, articulação junto às lideranças, antigos moradores e outros atores chaves.

Outra figura importante nesse processo foi a jornalista Tania Coelho. Tania é jornalista e, durante a década de 1970, participou da equipe de produção do curta metragem “Associação dos Moradores dos Guararapes”. Ela era responsável pela realização das entrevistas junto com o cineasta Sérgio Péo. Tania foi um importante elo para o desenvolvimento da pesquisa. Através dela a pesquisadora teve acesso a uma das fitas contendo a entrevista do líder comunitário Cláudio de Moraes ao Sérgio Péo, no final da década de 1970. O conteúdo inédito trouxe importantes informações voltadas à atuação da Igreja Católica nesse território, assim como o controle estabelecido pela AMOG, referente à expansão da favela.

Como critério de escolha optamos por entrevistar moradores que tivessem vivenciado o processo de compra das terras e opor outros atores associados diretamente à essa trajetória histórica.

- **Eduardo Silva “Sr. Duca”:**

*Ex-presidente da Associação de Moradores dos Guararapes, 69 anos, entrevista realizada em 18 de outubro de 2019.*

Eduardo, conhecido por toda favela como “Duca” reside nos Guararapes desde seu nascimento. Nascido em 1951, seus pais são originários de Friburgo, região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Assim como tantas outras famílias dos Guararapes, a família do Sr. Duca, chegou à favela atraída pela oportunidade de trabalho ofertada pelas casas vizinhas.

O Sr. Duca é uma forte liderança nos Guararapes. Esteve à frente da Associação de Moradores dos Guararapes (AMOG) até o ano de 2016. Mesmo que o processo da compra das terras dos Guararapes tenha ocorrido quando ele era ainda adolescente, ele traz muitas lembranças desse período, em especial, daquelas que antecederam o processo de compra quando a favela dos Guararapes era ameaçada por uma influente família vizinha à favela. No período de realização dessa pesquisa, o Sr. Duca deixou o cargo de presidente. Desde então a AMOG teve à frente dois presidentes, Sr. Kadu à frente da gestão de 2017 a 2018 e Sr. Nielson, atual presidente da AMOG.

- **Georgina Gomes Pereira**

*Moradora dos Guararapes, 87 anos, entrevista realizada no dia 30/01/2020.*



Georgina reside nos Guararapes desde o ano de 1957. Nascida em 1932, no hospital São Francisco Xavier localizado na rua Presidente Vargas, no centro da cidade. Sempre residiu no centro do Rio de Janeiro. Sua mudança para os Guararapes se deu no momento em que foi morar com Jurandir Domingos Alves. Vindo de Minas Gerais. Ele, por sua vez, chegou aos Guararapes ainda na década de 1940.

Georgina é a memória viva dos Guararapes. Em sua entrevista, trouxe lembranças pertinentes ao abastecimento de água, acessibilidade da favela, oferta de transporte público, laços de solidariedade ali existentes, assim como a relação estabelecida com seu entorno, relação essa, possível, através do trabalho.

- **Franklin Coelho**

*Franklin Coelho, Engenheiro, ex-estudante de engenharia da UFRJ, entrevista concedida em 13 de maio de 2020.*

Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, compõe a grade de professores da Universidade Federal Fluminense e é Coordenador do Laboratório de Reestruturação Produtiva e Desenvolvimento Econômico Local.

Sua aproximação com a favela dos Guararapes se deu a partir da indicação de sua irmã, Tania e de seu amigo Sérgio Péo no ano de 1978. Franklin era muito engajado no enfrentamento ao regime militar, o que acabou resultando em sua prisão. Ligado às questões sindicais, ele se mostrou surpreso ao conhecer a história da favela dos Guararapes e seu protagonismo. Diante do descaso por parte do Estado ao cumprimento das obras de infraestrutura, ele junto com outros colegas, estudantes e profissionais da área de arquitetura e engenharia, se disponibilizaram a contribuir com a orientação técnica para com um projeto de urbanização que seria executado por meio da mão de obra dos próprios moradores. A entrevista junto à Franklin se deu por email. Ele trouxe importantes e pertinentes contribuições ao Projeto de Urbanização elaborado pelos jovens arquitetos e engenheiros oriundos da UFRJ no final da década de 1970.

- **Paulo Cardoso Paim:**

*Morador dos Guararapes, 63 anos, entrevista realizada no dia 30/01/2020.*

Paulo, reside nos Guararapes desde seu nascimento. Nascido em 1956, ele é o caçula de 12 filhos. Seus pais chegaram aos Guararapes ainda na década de 1940. Sua mãe nasceu na Bahia, enquanto seu pai em Portugal.

Conhecido como “Paulinho”, ele trabalha há muitos anos como vigia em uma cancela instalada em uma rua vizinha aos Guararapes, região essa, onde surgiram os primeiros barracos dos Guararapes e que, na década de 1940, foram removidos para o outro lado do rio Carioca. Atualmente, a rua é ocupada por casas de alto valor aquisitivo.

Paulinho fez parte da comissão da AMOG durante a gestão do Sr. Duca. Atualmente, uma de suas filhas compõe a atual gestão. As lembranças de Paulinho enaltecem o protagonismo do líder comunitário Cláudio de Moraes, assim como a tentativa de remoção da favela por parte de uma influente família vizinha e a execução das obras por parte dos próprios moradores realizadas na década de 1970, após desistirem de esperar a chegada de um projeto de urbanização prometido há mais de uma década.

- **Sérgio Péo**

*Sérgio Péo, 73 anos, cineasta, entrevista concedida em 15 de dezembro de 2019.*

Sérgio nasceu no ano de 1947, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1959. Formou-se em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua aproximação junto aos Guararapes se deu através da realização do curta metragem “Associação dos Moradores dos Guararapes”. Nele, era narrada a trajetória de compra das terras dos Guararapes e o descaso do Estado no cumprimento da execução das obras de infraestrutura e construção de moradia popular. Sérgio Péo é um cineasta conhecido por abordar em seus filmes a temática da cidadania e da moradia popular,

Nosso acesso ao cineasta se deu por intermédio do líder comunitário Ricardo Rodrigues. O contato se estabeleceu por telefone e por troca de *emails*. Sérgio Péo trouxe importantes considerações referentes ao líder comunitário Cláudio de Moraes, assim como informações pertinentes ao processo de compra das terras dos Guararapes.

- **Yara Tomaz**

*Moradora dos Guararapes, 64 anos, entrevista realizada no dia 30/01/2020.*

Yara reside nos Guararapes desde seu primeiro ano de vida. Nascida em 1955 no Estado de Minas Gerais, ela relata que sua família chegou ao Rio de Janeiro na esperança de conseguir emprego.

A entrevistada traz em sua fala o medo da remoção da favela, atribuindo a uma ameaça vinda de uma influente família vizinha a favela. Traz, ainda, um importante depoimento sobre as chuvas de janeiro de 1966, que trouxeram estragos para todo o antigo Estado da Guanabara e de forma mais severa às favelas da cidade. Na ocasião, a família da Yara foi uma das dezenas de famílias que ficaram desabrigada na favela dos Guararapes.

- **Cláudio de Moraes<sup>5</sup>:**

*Entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978.*

Cláudio de Moraes, líder comunitário dos Guararapes, sempre se fez atuante, na história de luta e resistência da favela dos Guararapes. Ocupou o cargo de presidente da Associação de Moradores dos Guararapes no final da década de 1970. Através do curta metragem “Associação dos Moradores dos Guararapes”, ele discorre com maestria sobre todo o processo anterior e posterior a compra das terras dos Guararapes.

A pesquisa englobou também a análise documental da Associação de Moradores dos Guararapes. O livro de atas da Associação de Moradores dos Guararapes “AMOG” dispunha em seu termo de abertura a clara finalidade dessa associação:

(...) aquisição dos terrenos acima referidos e, futuramente, a construção de moradia para seus associados. (Termo de abertura do livro de atas, 22 de abril de 1967, Arquivo: AMOG)

Através desse documento foi possível extrair relevantes informações pertinentes ao funcionamento da AMOG e a relação com seus associados ao longo das décadas de 1960 e 1970.

---

<sup>5</sup> Assim como outras importantes lideranças comunitárias dos Guararapes, ele já se encontra falecido. A entrevista utilizada foi aquela concedida ao cineasta Sérgio Péo, no final da década de 1970 e, gentilmente, cedida pela Jornalista Tania Coelho.

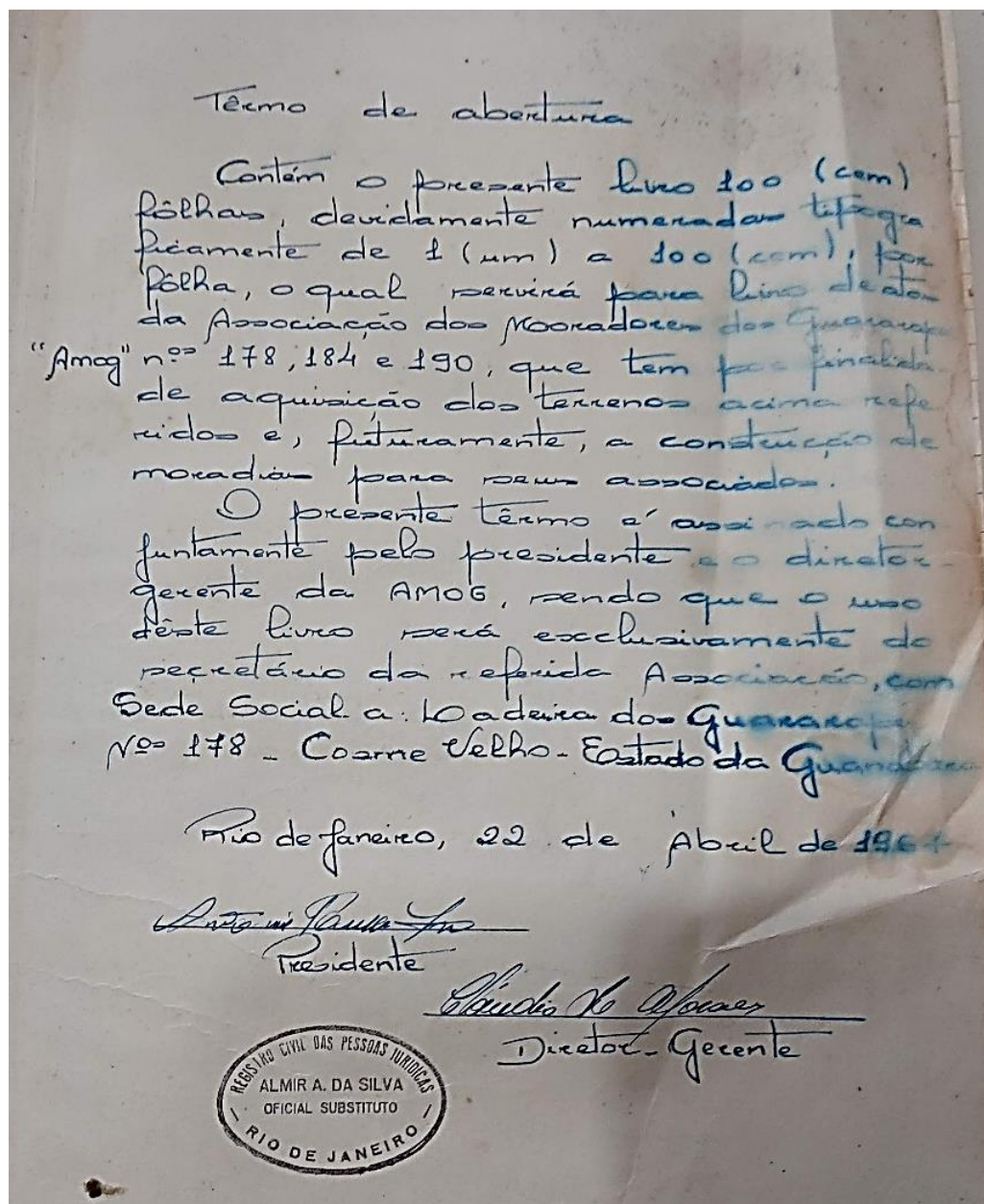


Figura 1- Termo de Abertura do Primeiro Livro de Atas da AMOG. Acervo: AMOG

Foi realizada também pesquisa na Hemeroteca da Biblioteca Nacional e no arquivo digital do Jornal O Globo. A pesquisadora optou em realizar a consulta dos veículos de imprensa como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã e O Globo. O recorte temporal de pesquisa foram as décadas de **1960** (período anterior e posterior a compra das terras dos Guararapes) e **1970** (período em que os moradores questionavam a ausência da chegada dos serviços públicos e privados no Guararapes). A escolha se deu pelo fato que o Jornal do Brasil se tratava de um jornal de grande circulação, enquanto o Correio da Manhã apresentava grande popularidade no período e, também, pelo Jornal O Globo, pelo fato dos seus donos serem vizinhos da favela dos Guararapes sendo um aspecto interessante para

contrapor a posição desse jornal que era contra a presença da favela. No decorrer da pesquisa, identificou-se que, assim como a família Marinho, o proprietário do Jornal Correio da Manhã, também possuía residência vizinha à favela dos Guararapes, mais precisamente no Largo do Boticário

As fontes pesquisadas apresentavam clara disparidade de informações referentes ao processo de compra e venda das terras dos Guararapes. Enquanto o Jornal do Brasil realizou uma cobertura ampla sobre todo esse processo, o Jornal Correio da Manhã e O Globo trouxeram pequenas manchetes relatando o processo de compra e venda. Em contrapartida, em diferentes momentos, a favela dos Guararapes se fez citada em matérias que estigmatizavam a área e a população que ali residia.

A presente tese se desenrola em 4 partes principais:

O **Capítulo 1** destinada-se à introdução do tema estudado, ao narrar a aproximação do objeto-problema e as orientações metodológicas que serão adotadas.

O **Capítulo 2** inicia-se com a contextualização da relação de trabalho e de moradia da classe trabalhadora urbana. A linha do tempo traz o adensamento da cidade do Rio de Janeiro, ainda no final do século XIX, seguido do processo de remodelação da cidade que resultou em uma política remocionista dos cortiços, enquanto para as favelas, ainda embrionárias, era permitida uma provisória permanência nas áreas centrais da cidade.

Ainda nesse capítulo é apresentada a história do aristocrático bairro Cosme Velho, as transformações urbanísticas decorrentes do progresso e o surgimento da favela dos Guararapes. Enquanto observa-se, no primeiro capítulo, o surgimento das favelas dentro de um viés de provisoriedade, em pouco tempo, sua permanência se fez questionada pelo processo de mercantilização da terra.

O **Capítulo 3** remete-se a apresentação da Política Urbana antes e depois do Golpe de Estado Militar. Dessa forma é discutida a expansão da política remocionista que privilegiava a indústria da desapropriação pautada em atender os interesses do mercado imobiliário e da construção civil. Enquanto a população mais pobre, em especial aquela residente nas favelas da zona sul da cidade, se via pressionada pelos conflitos fundiários e o eminente risco de ser reassentada em um dos conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

O **Capítulo 4** dispõe-se a discorrer sobre a trajetória de luta e resistência da favela dos Guararapes. Ao narrar o processo de compra das terras dos

Guararapes, evidencia-se a importância do fortalecimento da noção de pertencimento, assim como a formação de alianças políticas e comunitárias que favorecem esse feito inédito. Mesmo diante do título de propriedade das terras, a promessa por parte do Estado de urbanização da favela falhou. Aos Guararapes coube buscar o apoio de outros parceiros.

## 2

### **Memórias e histórias da Remodelação da cidade do Rio de Janeiro**

#### 2.1

#### **Remoção dos cortiços *versus* expansão das favelas: para onde eu vou?**

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se, na segunda metade do século XVIII, sede da administração colonial. A chegada da corte portuguesa, em 1808, fez com que a população do Rio de Janeiro que, na ocasião, era de aproximadamente 50 mil pessoas tivesse seu quantitativo acrescido em 30% (IPPUR, 2019). Junto com a realza desembarcavam militares e empregados da corte.

A chegada da realza trouxe impactos para a colônia, sobretudo com a abertura dos portos do país ao comércio de outras nações aliadas a Portugal. A localização da cidade e a privilegiada posição de sua baía permitiram que a cidade se desenvolvesse e prosperasse com sua zona portuária e pela comercialização de diversos produtos.

A cidade recebeu fortes influências europeias que conflitavam com a forte cultura africana que se fazia presente diante do expressivo quantitativo de africanos escravizados que ali residiam, cerca de 46% da população (Carvalho, 1987). O avanço da cultura europeia se fortalecia em detrimento da cultura negra. As Igrejas Católicas, com a riqueza da sua arquitetura, espalhavam-se pelas ruas da cidade satisfazendo os anseios da nobreza, enquanto os terreiros e toda história da cultura negra eram negados, fortalecendo ainda mais o coro de “uma única história”. Para Sevcenko (1983), a modernização da cidade, influenciada por uma ânsia de identificação com a cultura europeia, resultava em uma negação do passado não apenas da cultura negra, como também, da indígena. Sob este viés espalhavam-se pela cidade construções imponentes que surgiam sob influência da presença da família real em nome de um progresso econômico e

cultural do país, durante o período Joanino<sup>6</sup>. Dentre elas, o Paço Real<sup>7</sup>, conhecida nos dias de hoje como Paço Imperial, localizada no endereço da atual Praça XV de Novembro, área central do Rio de Janeiro. Foi a sede administrativa do império. A família real morava no Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista. Após a Proclamação da República, o Museu Nacional foi transferido para o prédio em 1892<sup>8</sup>.



**Figura 2- Fachada do Palácio Imperial de São Cristóvão. Fonte: Museu Nacional, 2019<sup>9</sup>.**

No período imperial teve ainda a fundação do Jardim da Aclimação<sup>10</sup> (1808); a construção do Real Gabinete Português de Leitura<sup>11</sup> (1837) e ainda, foi reflorestada a Floresta da Tijuca (1861), após ser quase destruída pela produção

<sup>6</sup> O Período Joanino corresponde ao período em que a família portuguesa esteve residindo no Brasil. Marcada pela chegada da Corte Portuguesa ao Brasil (ano de 1808), com o retorno da família real à Portugal no ano de 1821.

<sup>7</sup> O Paço Real, posteriormente renomeada como Paço Imperial, foi palco de importantes acontecimentos históricos - aclamação dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II; em 1922 sediou o Dia do Fico (D. Pedro I declarou da sacada do prédio que não retornaria a Lisboa, contrariando as ordens das Cortes portuguesas que exigiam seu retorno) e a assinatura da Lei Áurea, na qual a Princesa Isabel aboliu em 13 de maio de 1888 a escravidão no Brasil.

<sup>8</sup> O Museu Nacional foi criado por D. João VI, dentro do palácio da família real. O Museu Nacional trata-se da instituição científica mais antiga do Brasil. Tragicamente, no dia 02 de setembro de 2018, o maior museu de história natural do Brasil pegou fogo e, junto dele, o acervo de mais de 20 milhões de itens compostos por fósseis, múmias, peças indígenas e literatura rara foram destruídas. A reconstrução do museu encontra-se em curso.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>.

<sup>10</sup> Hoje conhecido como Jardim Botânico, o espaço reuniu espécies trazidas das Índias Orientais.

<sup>11</sup> Ainda em funcionamento, o espaço dispõe de um acervo de aproximadamente 400 mil títulos.



de carvão e plantio de café, e ver suas fontes de água que abasteciam a cidade, secarem. Nas primeiras décadas do século XX, a Floresta da Tijuca que faz parte do Parque Nacional da Tijuca, teria como vizinha, a Favela Guararapes, objeto de estudo desta tese.

Por mais que houvesse um esforço para a aclimação do europeu ao “solo” brasileiro, havia um impedimento para sua permanência, além da argumentação que a população nativa era inferior, levanta-se o risco à sua saúde em permanecer em terras brasileiras. Tal tese era, inclusive, defendida pelo médico inglês Roberto Dundas e atestada em tratado publicado pelo mesmo no ano de 1852, no qual, elencava a decadência prematura daqueles europeus que retornavam de áreas tropicais. Sinalizando, ainda, que o limite de permanência do europeu não deveria ultrapassar cinco anos, caso contrário, ele teria problemas de saúde irreversíveis.

Aos brasileiros mestiços, ele argumentava que por mais que tivessem sangue europeu, eles estavam fadados ao fracasso visto que carregavam em seu sangue, também a mistura do sangue indígena e africano e dessa forma, reproduziriam um comportamento apático e uma indisposição ao trabalho. (Chalhoub, 2006 [1996] p. 79).

Como a aclimação dos europeus era questionável, entendia-se que a adaptação da população africana ao Brasil e o seu não adoecimento poderia ser decorrente da: “(...) estrutura peculiar da membrana dérmica do negro, na abundante e muitas vezes altamente desagradável secreção sebácea ou oleaginosa, com que a superfície do africano é naturalmente ungida, e que o preserva dos efeitos de bruscas mudanças atmosféricas”. (Chalhoub, 2006 [1996] p. 80).

Dessa forma, enquanto questionava-se a permanência ou não da população europeia nas terras brasileiras observou-se a expansão da população negra na capital do Brasil decorrente de importantes fatos históricos. A primeira foi a lei do ventre livre em 1871. A capital do Brasil teve seu número de moradores acrescido ainda mais com a chegada de escravos alforriados, vindos das fazendas cafeeiras. Sem moradia e sem emprego os ex-escravizados migravam para a capital da República em busca de uma nova vida. Havia, ainda, um grande número de escravos de ganho e de aluguel, que moravam na cidade e custeavam sua própria moradia.

**Tabela 1 Crescimento urbano da cidade do Rio de Janeiro- Século XI**

Ano	Acontecimento histórico	População
1808	Anterior à chegada da corte Portuguesa	50 mil
1840	Abertura dos portos brasileiros às nações amigas	135 mil
1890	Migração dos ex-escravos a capital (pós abolição)	522 mil

Fonte: IPPUR, 2019

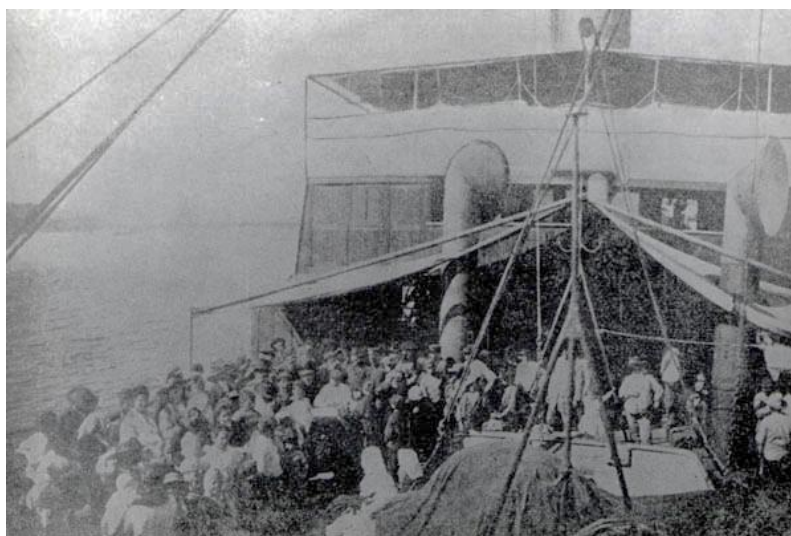
Após a Abolição da Escravatura (1888), o Rio de Janeiro atraía a atenção de uma grande concentração de trabalhadores livres. Além dos alforriados, os trabalhadores estrangeiros também disputavam uma oportunidade de trabalho. Para Figueredo e Zanelatto (2016, p. 256), com o final do período imperial e a chegada do período republicano era incentivado o ingresso de imigrantes em nome de um discurso de incentivo ao desenvolvimento do país. Dessa forma, o país atraía, em especial, a atenção dos imigrantes italianos, alemães, austríacos, portugueses, espanhóis e eslavos. Dentro dessa perspectiva, foi elaborada a Lei 601<sup>12</sup>, conhecida como “Lei de Terras”. A lei, em questão, abria uma brecha para a ocupação das terras brasileiras por parte dos estrangeiros.

**Art. 17.** Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórma por que o foram os da colonia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

**Art. 18.** O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Se o artigo 17 era direcionado à ocupação das terras, o artigo 18, deixava claro a possibilidade de inclusão dos estrangeiros em oportunidades de trabalho na Administração Pública. Tantos atrativos rendeu um vultoso número de

imigrantes entre o final do século XIX e início do século XX. Em quatro décadas, ingressaram no Brasil cerca de 3,5 milhões de imigrantes<sup>13</sup>.



**Figura 3- Embarcação europeia a caminho do Brasil. Acervo: Memória Saúde.**

Enquanto os imigrantes europeus eram agraciados com benefícios, o mesmo não ocorria com os alforriados. Essa população ficava à mercê dos novos problemas urbanos restando vagas de trabalhos de baixa remuneração e prestígio. A palavra *exploração* permanecia, mais do que nunca, presente. A precarização não se restringia à empregabilidade. Com poucos recursos, restava a essa população ocupar os cortiços abarrotados e cômodos improvisados com condições mínimas de habitabilidade.

---

<sup>13</sup> Dados apresentados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>.



**Figura 4- Retratos da nova república** Créditos: Marc Ferrez. Acervo: Multirio.

A transição do período colonial para o período republicano colocava em evidência as contradições sociais existentes no Brasil. No que tange à questão habitacional, as classes mais abastadas viviam em casarões que ostentavam luxo e conforto, já a classe mais pauperizada amontoava-se em habitações coletivas e precarizadas. Dentro dessa perspectiva, observamos que no período de 1880 a 1890, a população residente nos cortiços duplicou, chegando ao quantitativo de 100 mil habitantes (Gonçalves, 2013). Dentro de um debate sobre higiene pública, quando a cidade enfrentava uma epidemia de febre escarlatina, a Academia Imperial da Medicina chamava atenção para a superlotação dos cortiços e o risco que representava (Abreu, 2003; Chalhoub, 2006 [1996], Gonçalves, 2013, Valladares, 2000), o que podia ser evidenciado entre os anos de 1880 e 1892 com o número de moradores nos cortiços.

Mesmo que houvesse a preocupação política e sanitária, nada impediu expansão dos cortiços nas freguesias centrais em decorrência da proximidade das oportunidades de trabalho. O investimento em equipamentos e serviços coletivos era crescente e lucrativo. No ano de 1904 foi criada na cidade de Toronto (Canadá) a Rio de Janeiro *Tramway, Light and Power* Empresa Cliente - TJ. A empresa em questão recebeu do governo brasileiro, no ano seguinte, o direito a fornecer a distribuição de energia elétrica, o que foi, oficialmente, inaugurado na data de 30 de julho de 1907<sup>14</sup>. No final da primeira década do século XX, a *Light* noticiava a oferta de energia para 800 mil habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> Para mais informações sobre o processo de fornecimento de energia, acessar o site <http://www.light.com.br/grupo-light/Quem-Somos/historia-da-light.aspx>

Em pouco tempo, a *Ligth* já era responsável também pela oferta de iluminação pública e transporte público. Assim como a chegada da empresa *Light*, à capital atraía os olhares de outros empresários interessados em investir no Rio de Janeiro e em seu promissor progresso.

Durante a transição dos séculos XIX e XX, observou-se, também, a expansão da rede de transportes. Com o primeiro bonde elétrico do Brasil e da América do Sul, iniciando seu serviço na data de 08 de outubro de 1892, ofertando o trajeto Centro - Largo do Machado, passeio este que contou com a presença de ilustres passageiros, dentre eles, o então Presidente Marechal Floriano Peixoto, o Rio de Janeiro dava um largo passo para sua remodelação. Apesar do avanço, o seu acesso ainda era custoso, os trabalhadores que ocupavam subempregos, residiam na área central. A região em questão concentrava a maioria das vagas, enquanto as áreas da zona sul e subúrbios eram ocupados em menor escala. A expansão das demais regiões *ocorreria* nas primeiras décadas do século XX e junto dela, o crescimento das favelas circunvizinhas.

Com efeito, morar na área central significava muito mais do que não ter gastos com transporte. Para muitos, trabalhadores livres ou escravos de ganho, o trabalho tinha que ser procurado diariamente, e sob condições cada vez mais adversas, dada a crescente concorrência da força de trabalho imigrante. Estar próximo ao centro significava garantir a sobrevivência, mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas. (Abreu, 2003, p. 213).

Dessa forma, a classe trabalhadora se dividia entre as inúmeras estalagens, avenidas, casas de cômodos e cortiços espalhados pelo centro da cidade. Apesar de todas essas habitações serem consideradas o padrão de habitação das classes mais pobres, tais unidades apresentavam variações. A casa de cômodo, por exemplo, era uma casa dividida em inúmeros cômodos, sendo considerada dentre as opções, como a menos higiênica e mais insalubre. Enquanto as avenidas (antigas estalagens que foram reformadas em decorrência da fiscalização e controle higiênico) apresentavam as melhores condições de habitabilidade (Almeida, 2016).

Diante do frustrado projeto de construção de casas populares, os cortiços representaram a alternativa mais acessível à classe trabalhadora. No que tange a estrutura dos cortiços, essas moradias eram, em sua maioria, precárias. Algumas delas eram grandes casas construídas na época em que a região central era

considerada nobre e com a sua desvalorização foi transformada em casas de cômodo. Chahloub (2006 [1996]) observa que o termo “cortiço” não dispunha de uma definição clara. Para o autor, às estalagens antigas e precárias, atribuíam-se o título de “cortiço” dentro de uma lógica de estigmatização dessas habitações coletivas. Em nome de uma maior extração de lucro, os proprietários locavam minúsculos cômodos, com banheiros e cozinhas usadas de forma coletiva. Nessas moradias registravam-se crescentes focos de epidemias e infecções sanitárias decorrentes das péssimas condições de higiene. Muitos dos seus habitantes eram diagnosticados com a febre amarela, peste bubônica e varíola.

O estudo da vida nos cortiços e a estatística de seus habitantes dariam por si só para largas observações. Dentro desta cidade que estamos, há outras pequenas cidades que ninguém vê, a não serem os seus moradores. No meio de uma quadra de casas, há um pequeno portão, com um longo corredor, e no fim um pequeno pátio circundado de verdadeiros pombais onde vive uma população. E aí, o cortiço. Fechado por todos os lados, só penetra ao solo pelos miasmas que deles sobem. O trabalhador quando se recolhi ali, cheio de cansaço, ofegante ainda, com o corpo inundado de suor, mete-se num pequeníssimo quarto com mais cinco ou seis companheiros, em idêntico estado, e adormecem envolvidos de miasmas, formando em si um ar viciado e pestilento, que se não produz febre amarela, pode produzir qualquer peste pior ainda. (Jornal Gazeta de Notícias, 18 de junho de 1878)



**Figura 5- Cortiço, início do século XX. Acervo: Folha de São Paulo.**

No ano de 1880, observou-se uma frustrada tentativa na qual o poder público incentivou empresas da construção civil na produção de unidades habitacionais populares que seriam destinadas à classe trabalhadora. De forma embrionária era estabelecida uma parceria entre o público e o privado, na oferta

de moradia popular. Apesar da oferta vantajosa, poucas construtoras aderiram ao plano, dentre elas, o engenheiro e empresário Arthur Sauer, dono da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro. Com um discurso estigmatizante, o empresário argumentava que seu objetivo não era ofertar melhores condições de vida aos populares e sim, afastar o perigo que eles representavam à classe dominante (Chalhoub, 2006 [1996], p. 53).

Em meados do século XIX, surgiu o maior e mais conhecido cortiço da cidade do Rio de Janeiro, conhecido como “Cabeça de Porco” que chegou a abrigar cerca de quatro mil pessoas e sua localização era circunvizinha à Central do Brasil. O cortiço tinha como entrada principal o endereço, rua Barão de São Félix, nº.: 154.

Tratava-se da entrada principal do Cabeça de Porco, o mais célebre cortiço carioca do período: um grande portal, em arcada, ornamentado com a figura de uma cabeça de porco, tinha ainda um corredor central e duas longas alas com mais de uma centena de casinhas. (Chalhoub, 2006 [1996], p. 15)

No ano de 1893, a pedido do prefeito Cândido Barata Ribeiro, a construção teria que ser demolida. Com uma comissão encabeçada pelo então prefeito e pelo chefe de polícia da Capital Federal, tendo ainda em sua composição médicos, engenheiros, guardas, policiais, bombeiros, oficiais do exército e intendentess (cargo que equivale ao de vereador) e o apoio de empresários, iniciava-se o processo de remoção. A composição mista estava associada ao momento em que a pobreza urbana se transformou em preocupação para as classes mais abastadas. Desde então, jornalistas, escritores, engenheiros, médicos, advogados e outros influentes profissionais se reuniam em prol da elaboração de medidas que combatessem a pobreza e à miséria vigente na capital (Valladares, 2000, p.6). A presença da força policial e seu poder coercitivo reforçava um discurso de intervenção direta por parte do Estado nas áreas centrais da capital, contribuindo, desde então, para uma maior estratificação da cidade do Rio de Janeiro (Abreu, 1987, p.50).





**Figura 6- Remoção do cortiço "Cabeça de Porco" nas manchetes dos Jornais. Acervo: Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro.**

A ala esquerda do “Cabeça de Porco” foi a primeira a ser demolida, enquanto removiam-se as telhas observou-se o desespero das famílias que ali residiam, tentando salvar o pouco que tinham, enquanto a remoção da ala direita foi mais demorada, já que muitas famílias se recusavam a sair. Apesar dos inúmeros apelos das famílias para permanecerem no endereço, nenhum deles sensibilizou as autoridades (Chahlob, 2006 [1996]). Para garantir a “ordem”, a presença de militares se fazia em peso. Junto aos militares a demolição também era assistida de camarote pela classe burguesa representada pela figura de dois imponentes empresários encobertos pelo maquiado discurso cuja única preocupação era a insalubridade daquelas moradias e o risco de propagação de epidemias, ocultando assim, a propagação da exclusão social em nome da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro e de sua economia. Consumado o



cerco policial à estalagem e posicionados os técnicos e autoridades surgiram mais de cem trabalhadores da Intendência Municipal adequadamente armados com picaretas e machados. Os empresários Carlos Sampaio e Vieira Souto, também presentes ao evento, providenciaram o comparecimento de outros quarenta operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil para auxiliarem no trabalho de destruição. Finalmente, um grupo de bombeiros com suas competentes mangueiras se apresentou para irrigar os terrenos e as casas, aplacando assim as densas nuvens de poeira que começavam a se levantar. (Chahloub, 2006 [1996], p.16).

Ao amanhecer do dia, o mais famoso cortiço já estava no chão, junto dele, móveis e recordações de tantas famílias que ali residiram. Sem endereço, parte delas mudaram-se para a travessa Felicidade localizada no Centro da cidade. Já outros passaram a residir em um terreno localizado na área onde existe hoje a favela da Providência. Até os dias de hoje, o termo “Cabeça de Porco” está associado às habitações precárias e com elevado número de moradores, sempre associando o termo a uma forma pejorativa. Para Abreu (2003, p.214), mais do que uma questão sanitária, a precarização das habitações coletivas representava um risco à economia exportadora, à medida que comprometia o desempenho do trabalhador e impedia o atracamento de navios, temerosos com as epidemias que assolavam a cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, o comércio local e as indústrias que emergiam também se faziam impactados.

Outro fator preponderante para ecoar um discurso de estigmatização dos cortiços se dava pela esfera ideológica. Nesse período, o Brasil disputava a atenção do capital estrangeiro com a Argentina e era necessário se fazer atrativo perante o mercado internacional. A permanência dos cortiços nas freguesias centrais poderia comprometer a boa imagem da cidade. Bairros como Prainha, Saúde e Gamboa, localizados na freguesia central, apresentavam uma elevada concentração de cortiços, estando, ainda, muito próximas das atividades portuárias.

Não apenas o “Cabeça de Porco” chamava atenção das autoridades. Desde então, exigia-se um maior controle do espaço urbano, no qual, dentre as atribuições do Conselho de Saúde Pública, criado no ano de 1890, era inspecionar as habitações populares que, majoritariamente, aglomeravam-se no centro da cidade do Rio de Janeiro. Era necessária a criação de campanhas públicas direcionadas às moradias coletivas existentes e suas condições “higienicamente perigosas” (Silva, 2016, p. 71). Mesmo que o poder público se mostrasse incomodado com as condições precárias dos cortiços era inegável que aqueles

espaços representam uma rentável fonte de lucros, dessa forma, a sua erradicação não seria tão fácil. (Abreu, 2003, p. 214) Apesar da maior rigidez e o fechamento de alguns cortiços, o que ocorria era a transferência de endereço para áreas mais afastadas.

**Tabela 2 Taxa de crescimento dos cortiços por área da cidade**

Região da cidade	Cortiços		Crescimento
	1884	1888	1884/1888
Área Central	771	658	-15
Santana	392	329	-16
Santo Antônio	125	115	-8
Sacramento	111	74	-33
São Cristóvão	79	100	27
Gávea	6	26	333

Fonte: Abreu, 2003.

Ao analisarmos a Tabela 2, um dado que nos chama muito a atenção é o expressivo crescimento do número de cortiços no bairro da Gávea (333%). Se na região central o controle se fazia ferrenho, contribuindo significativamente para a redução dos cortiços, o mesmo não ocorria na Gávea. Dessa forma, os estudos apontam que, ainda no final do século XIX, essa região se fazia pouco valorizada. Poucas décadas depois, a realidade seria outra e a perseguição à população mais pobre se faria evidente com a tentativa de remoção das favelas ali localizadas e daquelas localizadas nos bairros do entorno<sup>15</sup>.

O controle do espaço urbano se fez em maior escala a partir do início do século XX, por meio da posse do presidente Rodrigues Alves no ano de 1902. Os cortiços eram vistos como um “inferno social”, além do risco sanitário, eram acusados de acobertar “criminosos e malandros” que ameaçavam a moral e os bons costumes (Valladares, 2000, p.7). A gestão de Rodrigues Alves iniciou a “era

<sup>15</sup> A política remocionista iniciada na década de 1960, impactou a remoção das favelas Olaria, Capinzal e Largo da Memória, localizadas no bairro da Gávea, permitindo ainda, a remoção de outras favelas dos bairros vizinhos - Catacumba, Ilha das Dragas e Praia do Pinto. O processo de remoção das favelas elencadas, será discorrido no capítulo II.

das demolições” ao trazer abaixo 2.240 prédios e desabrigar mais 36 mil pessoas (Vaz, 1985, p. 226), além de contribuir para ampliação da exploração do capital imobiliário da área central e da expansão das favelas que se tornavam um refúgio para os milhares de desabrigados.

Através de um discurso a favor da remodelação da capital, Rodrigues Alves investiu, fortemente, em obras de saneamento da capital e intervenções na área sanitária. Em consonância à sua proposta de governo, ele nomeou o engenheiro Francisco Pereira Passos ao cargo de Prefeito do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, o médico Oswaldo Cruz para o cargo de Diretor Geral da Saúde Pública. Engenheiros e médicos sanitaristas enxergavam a cidade do Rio de Janeiro como um corpo humano, com deficiências e passível de tratamento. Dessa forma, as habitações representavam as células do corpo e seu bom funcionamento dependeria de condições aptas de higiene e salubridade (Valladares, 2000, p.14).

Nos quatro anos de seu governo, em nome do progresso, foram adotadas medidas que afetaram diretamente a classe mais pauperizada, demarcada com ações em que, claramente, a questão social não era tratada como caso de política e sim, como “caso de polícia”<sup>16</sup>.

Em consonância a aplicação de um projeto sanitarista que remodelaria a capital, o médico e cientista Oswaldo Cruz, assumiu a Direção Geral da Saúde Pública com o compromisso de realizar o saneamento urbano da cidade do Rio de Janeiro e o combate epidemiológico da febre amarela, varíola e peste bubônica. Assim como apontado anteriormente pelo médico inglês Roberto Dundas que defendia a tese que os imigrantes europeus apresentavam uma menor resistência às patologias tropicais, enquanto os negros, uma maior resistência. O advogado e escritor Rui Barbosa também refutou essa tese justificando ainda uma possível causa para a imunidade da população negra à febre amarela.

É um mal, de que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a imigração européia, a contribuição das colônias estrangeiras subia a 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava,

---

<sup>16</sup> O termo “*Questão social é caso de polícia*”, apesar de adequar ao período histórico citado, ele foi largamente conhecido, ao longo do governo do ex-presidente Washington Luís (1926-1930). O mesmo, adotava uma postura coercitiva aos movimentos sociais que traziam algum risco ao seu governo.

aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca. (Chalhoub (2006 [1996], p.57).

Mais do que um controle epidemiológico, a ação tinha um viés econômico, à medida que o combate dessas doenças favoreceria o funcionamento da economia exportadora e a circulação de imigrantes na capital. Conforme observado por Almeida (2016), as ações sanitárias em curso na cidade buscavam unir o programa de saúde pública à organização da sociedade, privilegiando em suas ações médicas, não apenas um estudo da saúde e cura de patologias, como também, uma relação próxima com a organização social dos centros urbanos.

Meio perigoso, as cidades são vistas como foco de enfermidades diversas precisamente por causa da desordem urbana, e os médicos fazem sua missão regular o crescimento das cidades. Os higienistas possuem, pelo menos, dois objetivos principais: analisar e agir sobre os lugares de acúmulo, de congestionamento de tudo aquilo que poderia produzir os “miasmas” e causar doenças e; controlar a circulação, especialmente da água e do ar, considerados fatores patógenos. (Almeida, 2016, p 34).

Ações de combate de roedores e vetores se espalharam pela cidade. Além da aplicação da lei de vacinação obrigatória, que desencadeou na Revolta da Vacina. A revolta que durou pouco mais de uma semana, resultou em 23 mortos, algumas centenas de feridos e quase mil pessoas presas e algumas delas exiladas para o estado do Acre (Gonçalves, 2013). Mais uma vez, as medidas foram centralizadas nas classes mais pobres, ambas as ações de combate às patologias implicavam em ações que violavam o direito de moradia dessas famílias, à medida que, incentivava a remoção de cortiços, assim como a modificação na arquitetura desses domicílios. O processo de remoção vigente no governo Pereira Passos resultou na remoção de aproximadamente 20 mil pessoas que residiam em 1.700 unidades da área central (Gonçalves, 2013).

Com a Reforma Urbana desencadeada pela gestão do Prefeito Pereira Passos (1902-1906) no início do século XX, era colocado em prática, um “Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade”. Era, na verdade, uma reformulação de pontos indicados pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro (1874-1876), no qual o engenheiro Pereira Passos fez parte. Por meio de um discurso de remodelação do tecido urbano, pautado em uma política higienista e um copioso plano urbanístico estilo parisiense, a “Política do Bota Fora” impôs a demolição dos antigos cortiços para que fossem construídas grandes vias e prédios imponentes em áreas, antes, densamente povoadas.



**Figura 7- Solenidade de abertura oficial das obras de construção da Avenida Central, 08 de março de 1904. Acervo: Coleção Família Passos/ Museu da República.**

Não apenas as velhas habitações eram objetos de preocupação por parte do novo governo. Os costumes e práticas populares, também eram condenadas, em nome de um *status* de cidade civilizada. Dessa forma, por meio do decreto nº 370, de 07 de janeiro de 1903 foi vetada a ordenha de vacas leiteiras nas vias públicas, bem como impuseram uma fiscalização mais rígida à produção e controle da vacinação dos animais. Enquanto o decreto nº 371, de 09 de janeiro do mesmo ano, proibiu a comercialização de miúdos de reses em tabuleiros, prática bastante comum na área central. Em pouco tempo, a restrição de plantio de hortas e a criação de suínos em perímetro urbano também foram vetados.

Observamos que mais que uma preocupação sanitária, o governo brasileiro tinha, como objetivo central, a construção de um novo modelo de cidade que, em nome do progresso, evidenciava a desigualdade social existente na capital. Dessa forma, tal intervenção urbanística, através da construção de uma nova imagem da cidade.



Figura 8- Alargamento da Rua da Carioca, 1905. Acervo: Multirio.

A política de erradicação dos cortiços, pensada ainda no Império e propagada após a Proclamação da República, costurava uma legislação voltada à repressão desses espaços de moradia. Através do artigo 29, Decreto nº 391, de 10 de fevereiro de 1903 foi vetada a construção de novos cortiços, assim como obras de manutenção desses espaços (Gonçalves, 2013). Dessa forma, observa-se que o poder público no primeiro momento se pautou em uma legislação que impedia a expansão dos cortiços, para, no segundo momento, enaltecer a Política de Remoção.

A proibição de novos cortiços favorecia uma maior lotação dos já existentes. Além do risco de saúde, os cortiços eram associados à espaços de marginalidade. Dessa forma, por meio do avanço de uma “ideologia da higiene”, mais do que o combate às habitações coletivas que representavam focos de irradiação de epidemias buscava-se, também, minar os “terrenos férteis” para a propagação de vícios de todos os tipos. (Chalhoub, 2006 [1996] p. 29).

A perseguição aos cortiços, em especial ao episódio de remoção do “Cabeça de Porco” que ficou marcado pela intervenção violenta das autoridades sob o cotidiano da cidade foi possível graças a dois aspectos: o primeiro, pela associação do termo “classes pobres” e “classes perigosas” e o segundo, pela concepção pretensamente técnica e científica da gestão da cidade. Assim, as desigualdades urbanas permaneceriam intrínsecas às políticas públicas (Chalhoub, 2006). Dessa forma, apesar do discurso tecnicista, observamos, claramente, que elementos políticos permeavam esta repressão. O Regime Republicano, em nome da manutenção da ordem e controle do espaço central, desejava a extinção desses espaços de moradia, reforçando um discurso político restritivo e de erradicação dos cortiços e de incentivo pela construção de casas

em outros endereços da cidade. Este episódio remete-se a uma expressão da questão social, à medida que vemos a expulsão dos pobres em nome da satisfação do desejo dos setores dominantes que, respaldados em um discurso modernizador, promoviam a injustiça social (PIANA, 2009).



**Figura 9- Cortiços na mira da política “Bota-Fora”**

Era claro que a gestão pública buscava o crescimento econômico e tal processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro se fez de forma perversa com a valorização das áreas centrais e a consolidação do regime capitalista. A crescente especulação imobiliária que resultou no aumento do valor da terra fez com que a população se visse obrigada a buscar novos espaços de moradia. Parte deles migrou para endereços distantes do centro, restando a esses ocuparem posições “cada vez mais periféricas na estrutura urbana”, afastando-os, não apenas do endereço do trabalho, assim como, da gama de oferta de serviços públicos (Filho, 1983, p.80). Para aqueles que desejavam se manter na área central, a aquisição de terrenos se fazia inviável, restando à essa camada da população, residir nas favelas centrais.

Com a especulação imobiliária crescente, o valor da terra subiu e tornou-se cada vez mais difícil para essas camadas da população a aquisição de terrenos para, pelo processo de autoconstrução, construir suas casas. Desde seu surgimento, a palavra “Favela” foi referenciada por diferentes autores como um espaço de ausência e precariedade. Em sua visão estigmatizada, as favelas eram consideradas como um conjunto de moradias precárias, habitadas por marginais da sociedade, contrários às leis do Estado (Gonçalves, 2013).

Para Valladares (2000), o interesse em discorrer sobre o protagonismo das favelas permanece em um lugar “secundário”, muitos autores ao discorrerem sobre a pobreza e sua relação com a cidade do Rio de Janeiro, optam em trazer uma discussão voltada aos cortiços e aos desdobramentos da política remocionista de Pereira Passos. Mesmo que a favela já fosse uma realidade na gestão de Pereira Passos, ela não era vista ainda como um “problema urbano”. Segundo pesquisa realizada por Abreu (1994), apenas na segunda década do século XX é que a imprensa passou a utilizar a palavra favela de forma substantiva e não mais em referência exclusiva ao Morro da Favella, surgindo assim, uma nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas.

É neste momento que vemos a expansão das favelas. É importante ressaltar que o surgimento das favelas cariocas apresenta ainda muitas lacunas. Para Abreu (1994), o desconhecimento de informações oficiais por parte do Estado se dá pelo fato de que a favela, até a década de 1930, “*existe de facto mas não de jure*”. Dessa forma, observa-se a ausência de estatísticas, mapas e seu recenseamento (Abreu, p.34, 1994). O caráter provisório fez com que elas se tornassem “invisíveis” e não houvesse a elaboração de leis específicas, projetos urbanos ou políticas governamentais direcionadas às favelas.

Ainda na transição dos séculos XIX e XX, temos dois fatores que desencadearam o surgimento das favelas. Para Abreu (1994), a crise habitacional, associada às crises políticas permitiram a expansão das primeiras favelas. A primeira crise está associada à Revolta da Armada (1893-1894). Sem ter onde alojar os soldados permitiu-se que eles ocupassem parte do morro onde situa-se o Convento de Santo Antônio. Em pouco tempo observou-se a expansão dos barracos para além daqueles permitidos pelo governo<sup>17</sup>.

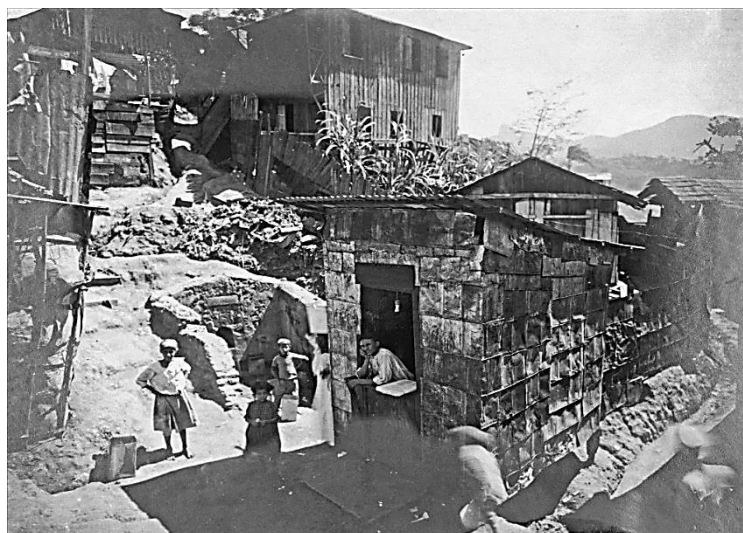
---

<sup>17</sup> Enquanto Abreu (1994) associa a ocupação do Morro de Santo Antônio à Revolta Armada, Gonçalves (2013), traz a existência de relatos divergentes sobre esse processo de ocupação. De acordo com ele, há indícios que a ocupação se deu desde meados do século XIX.





**Figura 10- Convento Santo Antônio, século XIX. Acervo: Museu Histórico Nacional.**



**Figura 11- Habitações do Morro de Santo Antônio, ano de 1916. Acervo: Fiocruz.**

No ano de 1893, observou-se a construção de barracos no lugar onde está localizado o Morro da Providência. De acordo com este autor, a ocupação é decorrente da remoção do Cortiço “Cabeça de Porco”, localizado aos pés do morro, e que após sua remoção, parte das famílias que ali residiam, tiveram a autorização de construir seus barracos em um terreno na encosta de propriedade do também dono do cortiço removido, após pagamento de um valor a este. No entanto, em ambos os casos, Gonçalves (2013) relata que os morros já eram habitados antes dessas datas.

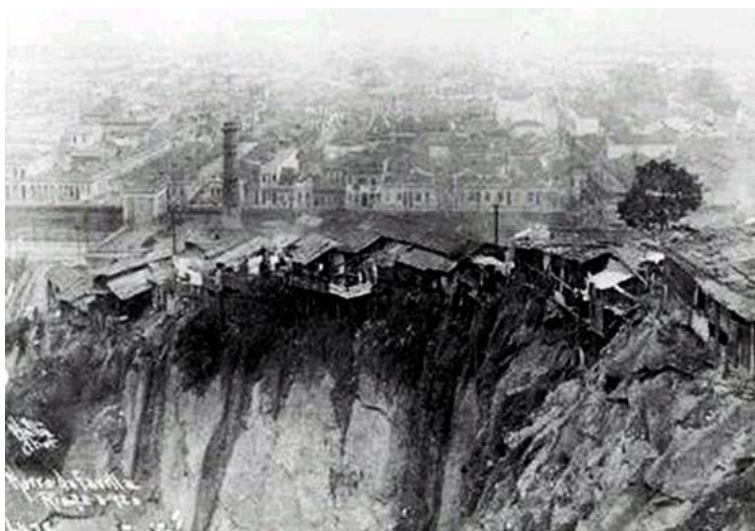
Outra crise política associada à ocupação de uma favela envolve também a história de ocupação do Morro da Providência. A ocupação desse morro,

renomeado posteriormente como Morro da “Favela”. Situado na Região Portuária da cidade, também tem sua história de ocupação, associado a outro episódio político e nela há uma segunda versão sobre sua ocupação. Os soldados que retornavam vitoriosos da Guerra de Canudos exigiam pagamento do soldo por parte do governo. Todavia, seria um equívoco associar a origem da favela de Canudos à ocupação de 1897, ignorando sua ocupação ainda no ano de 1893 e mesmo em anos anteriores.

Para Abreu (1987), a ocupação dessa área foi possível em virtude da natureza precária e provisória das casas e do consentimento do Exército, que buscava manter um controle dos seus soldados, controle este, que poderia ser colocado em risco, caso os mesmos optassem em residir nos cortiços centrais, locais vistos pelos militares como problemáticos.

Se, no primeiro momento, a palavra “Favela” esteve associada especificamente ao morro da Favella, a partir da década de 1920, os periódicos a ela se reportavam como sinônimo de concentração de casebres construídos em ocupações ilegais e irregulares, nas encostas da cidade do Rio de Janeiro (Abreu,1994).

Para alli vão os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu palacete. Os casebres espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espaçam-se em se subindo pela rua (!) da Igreja ou pela rua (!) do Mirante, euphemismos pelos quaes se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difícil accesso à chapada do morro.[...] Alli não moram apenas os desordeiros e os facinoras como a legenda (que já tem a Favella) espalhou; alli moram também operários laboriosos que a falta ou a carestia dos comodos atira para esses logares altos, onde se gosa de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação. (Backheuser, 1906, p. 111, apud Valladares, 2000, p.13 )



**Figura 12- Antigo Morro Favella, hoje conhecido como Favela da Providência. Acervo: Multirio.**

As características geográficas específicas da cidade do Rio de Janeiro permitiram que durante a reforma urbana, trabalhadores residissem nas áreas centrais sem que no primeiro momento afetassem os interesses do mercado imobiliário, como foi o caso da Favela dos Guararapes, objeto de estudo dessa tese. Todavia, logo a população se mostrou insatisfeita frente a política urbana de tolerância à expansão das favelas e passaram a exigir o veto à expansão das favelas.

O discurso a favor do meio ambiente, por exemplo, se fez e ainda se faz argumento frente à necessidade de remoção das favelas. Observamos que a associação das favelas com áreas de risco, em decorrência do possível risco geofísico, também pode estar associada a outros eventuais problemas de cunho social (Gonçalves, 2015, p.100). O risco geofísico, por muito tempo, foi usado pela população circunvizinha da favela dos Guararapes, que exigia a remoção das favelas localizadas naquela região. Interessante pensarmos, que da mesma forma que havia barracos localizados nas encostas da favela dos Guararapes, também era observado o crescimento de construções em áreas próximas às encostas da Rua Almirante Alexandrino, todavia, a estas construções, não era propagado um discurso de repressão.

Para Valencio (2012), tal imparcialidade no que tange às práticas da cartografia do risco estão imersas em um discurso hipócrita que tende a ser seletivo. A bem verdade é que sabemos que a remoção das favelas vai muito além de um discurso ecologicamente correto. O discurso de jornalistas, legisladores, engenheiros, médicos e assistentes sociais se fez por meio de uma culpabilização

dos favelados, atribuindo a eles a responsabilidade por toda precariedade e miserabilidade que lhes cercavam. Dessa forma, o favelado era entendido como uma “consequência lógica de uma anomalia social” (PACHECO, 1962, p. 15 apud Almeida, 2016). A bem verdade é que desde seus primórdios, os fatores que levam a remoção das favelas se assemelham aos que levaram a estigmatização dos cortiços. Ambos os espaços eram e são criticados por questões sanitárias, assim como estigmatizados como epicentros de marginalidade urbana. A remoção dos cortiços e uma permissão temporária para a expansão das favelas duraram pouco e tão logo, a estigmatização socioespacial se tornou mais forte, evidenciando uma estratificação social decorrente da acumulação do capital imobiliário e sua a permissão cessada.

Quanto a associação da favela à marginalidade é importante deixar claro sobre em que sentido o termo “marginalidade” está associada. Para Silva (2011), há duas formas de associar a “marginalidade das favelas”, a primeira refere-se à dificuldade de acessibilidade aos serviços urbanos, à comunicação e ao consumo. Visão em que a favela é identificada dentro de uma percepção de isolamento frente ao sistema global. Visão esta facilmente questionável quando analisamos a questão do acesso à serviços urbanos e observamos que o Estado sempre se fez presente, mesmo que por vezes, apenas de forma coercitiva. É preciso entender e questionar a imagem da favela como espaço de ausência.

Pensar a precarização da oferta de serviços é facilmente justificada pelo Estado como decorrente do papel de “ilegalidade” que as favelas representam. O que para Gonçalves (2006) é observado na precariedade jurídica (urbanística e fundiária) das favelas, pontuado como responsável pela parcialidade na oferta de serviços públicos às áreas favelizadas. Tal fato é claramente visível nessa tese, visto que, a favela dos Guararapes, ao longo de toda sua história, é associada à “ilegalidade”, mesmo após a compra de suas terras a favela jamais perdeu por parte do Estado seu caráter ilegal.

Dessa forma, quando citamos que a favela passa a ser criticada como um epicentro de marginalidade urbana, partimos da segunda análise apontada por Silva (2011) na qual a favela é enquadrada dentro da “marginalidade” por meio de um julgamento de valor e imposição de normas ditadas pela burguesia. Dessa forma, os favelados passam a ser enquadrados como um “problema social”.

Para “justificar” esse enquadramento, o Rotary Club do Rio, que reunia a elite de empresários da cidade do Rio de Janeiro, patrocinou a realização do filme “As favelas”, realizado por João Augusto Mattos Pimenta, conhecido como médico sanitaria e, por vezes, como engenheiro e jornalista. Ele se tornou uma figura

ilustre à época. Para Valladares (2000), Mattos Pimenta foi o responsável pela primeira grande campanha contrária às favelas.

Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhacoito de larapios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos. (Mattos Pimenta, 1926)

Com um discurso de que a favela representava um espaço vulnerável e insalubre, para Mattos Pimenta, a solução desse problema só seria possível graças a aplicação de “medidas de salvação pública” que se referiam à construção de novos casebres que permitiriam, não apenas o progresso das já existentes, como o surgimento de outras, o controle e fiscalização por parte da prefeitura e do Departamento Nacional da Saúde Pública que impediria a construção de casebres clandestinos e, por fim, a construção de casas ofertas à classe proletária e de asilos e colônias que atenderiam a população de “inválidos, velhos e crianças desamparadas” (Valladares, 2000, p.16).

A associação da favela como um “problema social” por parte do poder publicou passou a ser mais evidente na década de 1930, em que por meio de mais um plano urbanístico da cidade do Rio de Janeiro elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache. Tal plano seguia um discurso de remodelação urbana e embelezamento semelhante ao que norteou o movimento de remoção dos cortiços, a favela, desta vez, era o perigo eminente para o progresso da cidade e saúde da população. Em consonância a uma posição do Estado de repressão às favelas foi promulgado, no ano de 1937, o Código de Obras que proibiu o surgimento de novas favelas, comprometendo a administrar e controlar o crescimento das já existentes.

Assim como Mattos Pimenta, Agache, também, enxergava a favela como um risco para a saúde da população, de forma que em nome da aplicação de um conceito moderno de urbanismo, ele repreendia a existência dessa “lepra urbana” em nome da higiene como base e o embelezamento como um fim.

Construídas contra todos os preceitos da hygiene, sem canalizações d'agua, sem exgottos, sem serviço de limpeza publica, sem ordem, com material heteroclito, as favellas constituem um perigo permanente d'incendio e infecções epidemicas para todos os bairros atravez dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu

enfeite verdejante e corro e até as margens da matta na encosta das serras. (Agache, 1930, p. 190)

Mesmo entendendo as favelas como uma “lepra urbana”, Agache foi um dos primeiros a identificar a “organização social” presente nas favelas de forma a elencar um quadro social existente nesses espaços que abarca, desde a relação com a vizinhança, a relação econômica presente decorrente dos pequenos comércios e ainda o mercado habitacional existente nesses espaços.

Assim como elencado por Mattos Pimenta, Agache, também, propôs um “plano de salvação” cujo projeto de urbanização propunha a garantia da ordem social, a segurança, a higiene e a estética da cidade. Dessa forma, em seu Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento seriam construídas habitações adequadas a sua população. Observamos que tal discurso muito se assemelha a outros que justificaram, em diferentes momentos, a necessidade de remoção das favelas cariocas.

A cobrança por uma atuação mais efetiva do Estado frente à expansão das favelas exigia dele a realização de um estudo que pudesse conhecer a realidade ali representada, dessa forma, no ano de 1941, ao longo do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo ficou acordado a urgência da elaboração de um estudo completo das favelas, entendendo sua gênese e especificidade (Valladares, 2000).

O primeiro Censo das Favelas data-se em 1948, nele registram-se:

A princípio foram identificados 119 núcleos, com uma população estimada em 280 mil habitantes. Tal estimativa já assinalava uma considerável redução das cifras — entre 400 mil e 600 mil favelados — que apareciam na imprensa carioca. No decorrer dos trabalhos, o número de favelas reduziu de 119 para 105 e a população encontrada diminuiu para 138.837 habitantes (Valladares, 2000, p. 23)

Entre as décadas de 1950 e 1960, a cidade do Rio de Janeiro registrou um acelerado crescimento das favelas. Em apenas uma década, o número de favelados passou de 170 mil, o equivalente à 7,2% de toda população da cidade, atingindo a marca de 335 mil, alcançando a marca de 10% da população do Estado da Guanabara (Ferraz et al., 2018, p.62). Mesmo que em alguns momentos, a política de urbanização das favelas pudesse se fazer viável, a política remocionista se fez mais evidente e latente, principalmente, para as favelas da zona sul do Rio de Janeiro, favorecendo ainda, a indústria da desapropriação.

A chegada da década de 1960 trouxe muito de forma muito clara essa posição política. Com ela, o governo de Carlos Lacerda que, inicialmente, se mostrava favorável a possibilidade de permanência das favelas ao trazer o professor José Arthur Rios como Coordenador dos Serviço Sociais, enchia o coração de esperança dos moradores das favelas. O programa de urbanização das favelas através do recurso de mutirões prometia contribuir para o desenvolvimento de comunidades, incentivando ainda, criação das associações locais de moradores (Gonçalves, 2013). Mas o governo Lacerda abandonou tal posição e se fez muito mais alinhado aos planos de remoções das favelas para atender aos interesses das camadas médias e abastadas da população.

O cenário de remoções e incertezas presente na gestão de Lacerda acendeu o sinal de alerta aos moradores dos Guararapes. Mesmo que não estivessem, em um primeiro momento, nos planos de remoção por parte do Estado, a favela dos Guararapes estava sob risco. Dessa forma, a favela dos Guararapes estabeleceu uma trajetória de resistência frente ao processo de remoção das favelas cariocas durante o período da ditadura.

## 2.2

### **Cosme Velho: O velho bairro aristocrático em meio ao progresso e transformações**

Para pensar o processo de resistência da Favela Guararapes é necessário, antes, conhecer a sua história e a do bairro onde se situa. Seu surgimento se dá, ainda, nas primeiras décadas do século XX, no bairro Cosme Velho que é um dos mais antigos e tradicionais da cidade do Rio de Janeiro. Ainda no século XVI, no ano de 1567, às margens do rio Carioca, nascia este bairro cujas terras foram doadas por Sesmaria à familiares do Patriarca Cristóvão Monteiro.

Apelidado pelo nome de “Águas Férreas”, atraía atenção desde a época do império a frequente visita da Rainha D. Maria I e de sua nora D. Carlota Joaquina, que bebiam as águas do bairro na fonte chamada “Bica da Rainha” <sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Para mais informações, acessar o site <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/cosme-velho.html> .





**Figura 13- Bica da Rainha, ano de 1840<sup>19</sup>**

Por muito tempo, o bairro abrigou nobres do Império e renomados artistas como Machado de Assis, Manuel Bandeira, Euclides da Cunha e Cecília Meireles. Ter uma residência no bairro Cosme Velho era sinônimo de prestígio, riqueza e poder.



**Figura 14- Residência do escritor Machado de Assis- Rua Cosme Velho, 18<sup>20</sup>**

<sup>19</sup> Para mais informações, acessar o site <http://rio-de-janeiro-desaparecido.blogspot.com.br/2015/>.

<sup>20</sup> Disponível em:

<http://machadodeassis-memorialdobruzo.blogspot.com.br/2009/11/casa-do-cosme-velho-1.html> . Nem mesmo a casa do escritor Machado de Assis foi poupada pela ganância da especulação imobiliária. Com sua morte outra família passou a residir lá e, na década de 1970, a casa foi vendida e derrubada para a construção do Edifício Flamboyant.



No final do bairro havia um dos mais famosos largos da cidade, o Largo do Boticário. Este ficou conhecido no final do século XIX, quando o renomado boticário Joaquim Luís da Silva Couto que teve dentre seus clientes, a família real, comprou uma vila de casas que passou a se chamar Largo do Boticário em referência a sua profissão. Ainda no século XIX, o largo ficou conhecido por suas frequentes festas que reuniam as maiores fortunas da cidade, assim como figuras políticas e artísticas. Nas primeiras décadas do século XX, o terreno do largo foi vendido para Edmundo Bittencourt, fundador do jornal *Correio da Manhã*. As antigas residências logo foram substituídas por construções em estilo neocolonial e, ainda assim, carregavam resquícios da nobreza do bairro.

É interessante que foram justamente esses dois jornais, que ignoraram o processo de compra das terras da favela dos Guararapes por parte dos seus moradores. Diferentemente do *Jornal do Brasil* que realizou uma cobertura ampla sobre todos os passos que antecederam o processo de compra e, inclusive, os acontecimentos posteriores. O *Jornal Correio da Manhã* trouxe pequenas manchetes relatando este processo, mas sempre reforçando aspectos negativos da favela dos Guararapes.

Em pesquisa ao periódico *Correio da Manhã*, realizada entre o ano de 1960 ao ano de 1974 (quando suas atividades foram encerradas) havia 103 reportagens associadas ao nome “Guararapes”. Dessas, apenas 3% discorreu sobre o processo de compras das terras da favela dos Guararapes. As publicações giravam em torno de propaganda do Hospital Silvestre (25%), vizinho a favela dos Guararapes, aos classificados de venda e aluguel de imóveis nas ruas vizinhas à favela (19%) e a intervenção da *Light* (16%) nas ruas circunvizinhas. Observamos que, ao pesquisar a palavra “Guararapes”, fomos direcionados para reportagens que traziam o nome dos Guararapes e não necessariamente a favela dos Guararapes. Dessa forma, as reportagens que apresentaram maior porcentagem estavam associadas à “Ladeira dos Guararapes”.

Quando o filtro foi referente à “Favela dos Guararapes”, observamos que além da matéria sobre a compra das terras dos Guararapes (3%) temos ainda o inexpressivo número de reportagens sobre o plano de urbanização da favela (0,9%), enquanto as matérias sobre o seu caráter de “marginalidade” apresentaram um número muito mais elevado - página policial (8,7%) e área de risco de desabamento (7%).

**Tabela 3 Jornal Correio da Manhã- 1960-1973**

Conteúdo da reportagem	Nº	%
Processo de compra das terras	04	3,88
Remoção das favelas cariocas	03	2,9
Risco de desabamento (chuvas e área de risco)	08	7,7
Plano de urbanização das favelas cariocas	01	0,9
Página policial (assalto/assassinato)	09	8,7
Ação filantrópica	03	2,9
Classificados de empregos	07	6,7
Classificados venda e aluguel de imóveis e terrenos	20	19,4
Propaganda Hospital Silvestre	26	25,2
Intervenção Light	16	15,5
Reserva ambiental	02	1,9
Crescimento bairro Cosme Velho (adensamento, transporte público)	02	1,9
Turismo	01	0,9
Coluna Social	01	0,9
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>100</b>

**Fonte: Jornal Correio da Manhã**

## **PRESOS FOGEM DA CADEIA AO SOM DE SAMBAS E MACUMBA**

Detetives da SEVIG da 9.<sup>a</sup> Distrital estão em diligências para recapturar os seis criminosos que fugiram pela madrugada do xadrez, utilizando uma serra levada a um deles por uma visita. Enquanto alguns cantavam sambas e pontos de macumba, outros serravam três barras da grade de ferro do xadrez. Depois, saíram calmamente pela porta principal da delegacia.

Os fugitivos são: Erivaldo de Sousa, vulgo *Caranguejo*, Wilson Monteiro — estes envolvidos no assassinato do capitão Teodorico de Araújo, cujo cadáver foi encontrado a duas semanas no seu apartamento, à Rua 22 de Dezembro — Delmar Ramalho, Sebastião César da Silva e Audésio Carlos de Oliveira, conhecidos ladrões e arrombadores, respondendo a vários inquéritos.

Na madrugada de ontem, uma viatura da 9.<sup>a</sup> Distrital sob o comando do detetive Tassara encami-

nhou-se para o Morro do Corcovado, onde estariam os marginais, conforme informações. Os policiais ao subirem a Ladeira dos Guararapes foram recebidos a bala, o que indicava que os fugitivos já se tinham armado. Verificou-se então intenso tiroteio entre os marginais e a polícia, mas como a escuridão era quase total os caçados conseguiram fugir tomando a direção da Av. Almirante Alexandrino, onde sumiram, perto do Hospital Silvestre.

**Figura 15- Edição 22417 do Jornal Correio da Manhã, 06 de maio de 1966 Fuga de presos para a favela dos Guararapes reforça à estigmatização não apenas da favela como também da cultura negra<sup>21</sup>**

Conforme apresentado pelo jornal Correio da Manhã, a venda e aluguel de terrenos e imóveis no Cosme Velho, nas décadas de 1960 e 1970, eram crescentes. Assim como em toda a cidade do Rio de Janeiro, o início do século XX marcou o adensamento do bairro, tendo sua maior expansão evidenciada na década de 1960, com a crescente comercialização de terrenos e construções de casas e prédios. Naquele momento, a especulação imobiliária já se instaurava. Aos poucos, a calma e a nostalgia davam lugar ao barulho dos veículos, a construção de novas casas e a chegada de novos moradores. Assim como no jornal Correio da Manhã, os classificados do Jornal do Brasil davam destaque para

<sup>21</sup> Jornal Correio da Manhã, 06 de maio de 1966.

a venda de lotes nas ruas Ladeira dos Guararapes e Conselheiro Lampréia com preços elevados, ofertando, ainda, em menor escala, a venda e aluguel de barracões para as famílias menos abastadas.

**Tabela 4 Classificados de imóveis Jornal do Brasil- 1960 a 1969**

<b>Ano</b> <b>(Déc 60)</b>	<b>60</b>	<b>61</b>	<b>62</b>	<b>63</b>	<b>64</b>	<b>65</b>	<b>66</b>	<b>67</b>	<b>68</b>	<b>69</b>	<b>Total</b>
<b>Venda de terreno</b>	02	01	—	01	04	05	07	—	04	04	<b>28</b>
<b>Venda de casa/apto</b>	01	—	—	06	—	—	—	—	02	—	<b>08</b>
<b>Aluguel casa/apto</b>	06	01	03	01	01	—	—	—	—	—	<b>12</b>

**Fonte: Jornal do Brasil**

Junto com a crescente urbanização do bairro veio a construção do túnel Rebouças, noticiada em uma pequena nota da edição 00209 do Jornal do Brasil de 06/09/1961<sup>22</sup>. A reportagem, em questão, informava que o Governador Carlos Lacerda havia aprovado o projeto de construção do túnel Rio Comprido - Cosme Velho - Jardim Botânico, possibilitando ligar a Região da Zona Norte à Zona Sul, em poucos minutos. Para a cidade do Rio de Janeiro como um todo a construção do túnel era vista com bons olhos, mas os antigos moradores do Cosme Velho criticavam esta decisão. Para os antigos moradores do Cosme Velho o bairro perdia sua identidade. Aquele que por tantos anos representava o ponto final da Zona Sul, passaria a ser ligado a outros bairros graças a construção do novo túnel.

Com a notícia de que a construção do túnel acarretaria remoções, não demorou muito para que os moradores do Cosme Velho se mobilizassem exigindo a revisão do projeto. Na matéria “Moradores do Cosme Velho sugerem que túnel tenha sua bôca mais pra cima”, publicada na Edição 00240 do Jornal do Brasil de 13 de outubro de 1961<sup>23</sup>, dez dias após a publicação da aprovação do projeto de construção do túnel. Moradores enviaram um ofício para o governador Carlos Lacerda, exigindo uma mudança no projeto inicial que previa a remoção de 11

<sup>22</sup> Jornal do Brasil de 06 de setembro de 1961.

<sup>23</sup> Jornal do Brasil de 13 de outubro de 1961.

imóveis e que impactaria na remoção de 33 famílias e no fechamento do acesso da Ladeira dos Guararapes pelo bairro Cosme Velho.



**Figura 16- Construção do Túnel Rebouças, ano 1965. Acervo: Secretaria de Obras Públicas.**

Com a produção nacional de veículos em larga escala decorrente do avanço de uma política desenvolvimentista que incentivava a produção e a expansão do consumo das massas, o crescimento do número de veículos circulando pela cidade, em pouco tempo, se tornou um problema urbano. Se a construção do túnel era vista como um transtorno para os antigos moradores do Cosme Velho, ela era encarada pelos governantes como a “única solução para o tráfego da Guanabara”, assim como apresentada na Edição 00182 de 06 de agosto de 1965, com o título “Túnel: Única Solução”<sup>24</sup>. A reportagem em questão chamava atenção para a necessidade de deslocamento de grande parte do tráfego de transporte coletivo e a construção de túneis para desafogar o trânsito da zona sul e centro da cidade. Tal fluxo em direção à zona sul era atribuído ao desenvolvimento e adensamento da região sul da cidade, que atraía um fluxo maior de pessoas em busca da efervescente indústria da construção civil local.

A situação topográfica do Rio, da qual resulta o nosso aspecto demográfico, obriga, frequentemente, que a comunicação entre as Zona

<sup>24</sup> Jornal do Brasil de 06 de agosto de 1965.

Norte e Sul, separados pelo Maciço Carioca, se faça totalmente através do Centro da Cidade. O número de veículos pesados que se vêm obrigados a esse itinerário é considerável, uma vez que procede da parte Norte o abastecimento dos 900.000 moradores, do enorme comércio e, da superdesenvolvida indústria de construção civil da Zona Sul. A ligação Rio-Comprido-Lagoa, obra de grande vulto que o Govêno Carlos Lacerda se dispôs a realizar, constitui, pela situação e características técnicas, a única solução para um problema de tráfego que se vem tornando o dia a dia mais complexo, desde o início dêsse grande desenvolvimento que vem sofrendo a Zona Sul. O sistema de túneis projetado sob o Maciço Carioca, ligando o Rio-Comprido à Lagoa, com o afloramento em Cosme Velho, atinge a parte Sul da cidade em local que, sob o aspecto tráfego, pode ser considerado o mais estratégico. Tal ponto é constituído pelo entroncamento da Av. Eptácio Pessoa com as Ruas Jardim Botânico e Humaitá. Essa situação, nas horas de *rush* de sentido zona sul, possibilitará uma trifurcação do fluxo através do rolamento o decréscimo de velocidade de escoamento que, evidentemente, no interior dos túneis, será maior que nas vias comuns. A situação inversa- *rush* de sentido Zona Norte- será igualmente beneficiada com uma drenagem mais fácil de veículos, pelas três vias citadas. (Jornal do Brasil, 06/08/1965)

Mesmo após a finalização das obras e abertura do túnel em 03 de outubro de 1967, a insatisfação dos antigos moradores perdurava. Na Edição 24361 do Jornal Correio da Manhã, de 22 de novembro de 1972<sup>25</sup>, com o título “Cosme Velho depois que abriram a nova pista do Túnel Rebouças, as ruas do Cosme Velho, um bairro tradicionalmente pacato, transformaram-se num inferno. Por isso muita gente está mudando”, a população que ali residia fazia duras críticas ao alargamento das ruas, elevado aumento do tráfego de carros, diminuição das calçadas e falta de manutenção das vias públicas.

Se para os antigos moradores do Cosme Velho, a obra significou transtorno, para os moradores das favelas do bairro Cosme Velho, a obra representou oportunidade de trabalho. Com a notícia da construção do túnel, novos moradores chegaram em busca de trabalho. O túnel construído abaixo do morro em que foram ocupadas as favelas Guararapes, Vila Cândido e Cerro-Corá, reunia antigos e novos moradores que trabalharam desde a escavação à construção do túnel, assim como na produção e entrega de refeições aos trabalhadores da obra.

Não apenas a obra do túnel incomodava a nobre vizinhança, a expansão das favelas do bairro Cosme Velho também despertava incomodo, dentre elas, a favela dos Guararapes. A supracitada favela, em meados do século XX, contrastava com a arquitetura até então predominante, ladeada por uma vizinhança composta por mansões cujos proprietários concentravam parte das

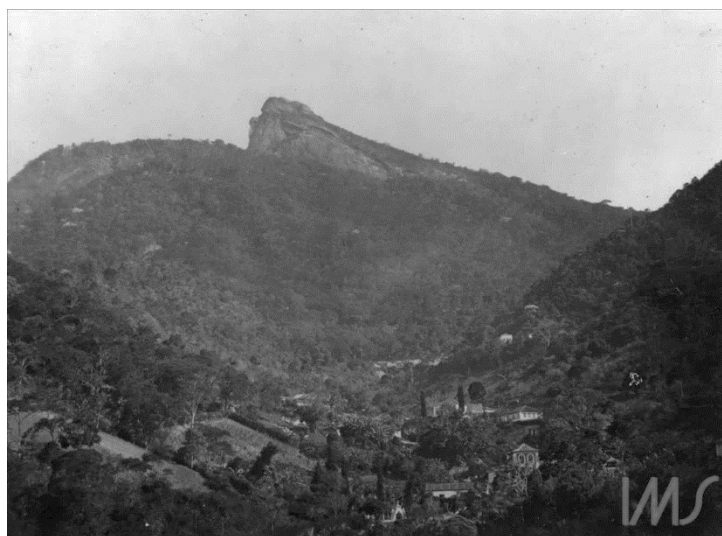
<sup>25</sup> Jornal Correio da Manhã, de 22 de novembro de 1972.

maiores rendas da cidade, dentre elas a residência da família Marinho, proprietária da maior empresa de comunicação do Rio de Janeiro. A conflituosa relação, será discutida no capítulo III.

## 2.1

### **Guararapes: origem e história**

A favela dos Guararapes está localizada no bairro do Cosme Velho. Apesar de ser vizinha do bairro Santa Teresa e rodeada pela rua Almirante Alexandrina, uma das principais ruas do bairro Santa Teresa, nenhum dos entrevistados, ao longo da pesquisa de campo, relataram se sentir pertencentes a este bairro. Todos citaram o bairro do Cosme Velho como endereço. Apesar dessa definição clara por parte dos seus moradores, observamos que em diversos momentos da história, os periódicos associavam a favela dos Guararapes como um “problema social” para os moradores do bairro de Santa Teresa.



**Figura 17- Vista da Ladeira dos Guararapes antes da existência dos Guararapes e ao fundo o Morro do Corcovado sem a Estátua do Cristo Redentor, ano de 1865. Acervo: Coleção Gilberto Ferrez/ Instituto Moreira Salles.**

A prefeitura do Rio de Janeiro define a favela dos Guararapes como pertencente ao Complexo dos Guararapes, que também abarca as favelas vizinhas, Cerro-Corá e Vila Cândido. Mesmo constando este nome em fontes oficiais da prefeitura, o nome Complexo dos Guararapes é desconhecido pelos moradores das três favelas citadas.

O limite territorial entre as três favelas é quase imperceptível, apesar de tão próximas. O Cerro-Corá, historicamente, manteve-se em disputa com a favela dos Guararapes, diferentemente da Vila Cândido que, por vezes, se confunde como uma extensão dos Guararapes. Tal divisão inclusive corresponde à formação da Associação de Moradores dessas localidades. Enquanto a favela do Cerro-Corá optou pela formação de uma Associação de Moradores independente (Associação de Moradores do Cerro-Corá), as favelas Guararapes e Vila Cândido optaram por uma única gestão (Associação de Moradores dos Guararapes - AMOG).





Figura 18- Mapa do Complexo dos Guararapes (2016). Acervo: Rio+Social/IPP.

Segundo informado pelo Instituto Pereira Passos (2016), o surgimento da favela dos Guararapes se dá nas três primeiras décadas do século XX. Diferente de outras favelas cariocas, há poucos dados públicos referente à sua história. As poucas informações acessíveis datam sua origem nas terras da fazenda Laranjeiras de propriedade do Coronel Fontainha, com seus primeiros barracos de madeira construídos próximo ao rio Carioca<sup>26</sup>, rio este que, por muito tempo, atendeu os índios Tamoios e, posteriormente, a quilombos que ali existiram. A formação dos quilombos nas florestas das montanhas do Rio de Janeiro se deu a partir da fuga dos escravos, ocupando os morros Corcovado, Catumbi, Santa Teresa (então morro do Desterro), Laranjeiras, Castelo, Tijuca e Andaraí, assim como as montanhas em torno da Lagoa abrigaram quilombos, cuja sobrevivência vinha do cultivo e roubo aos imigrantes que adentravam seu território (Karasch, 2000 apud Almeida, 2016). Apesar da extensa área ocupada, observou-se que sua permanência se dava de forma temporária. Para Almeida (2016), a desocupação dos quilombos estava associada ao perigo que estes corriam. Quando se sentiam em risco, os quilombolas buscavam um novo local.

Entende-se que a origem da supracitada favela não está associada à existência desse agrupamento em suas terras em dado momento e sim pela existência de uma fazenda. As primeiras famílias que ocuparam essa região eram de funcionários, dentre eles, a família do Sr. Rômulo de Moraes Couto responsável pela administração da fazenda. Com a venda da fazenda do Coronel Fontainha, as famílias que ali residiam deixaram a área, passando a ocupar a outra margem do rio Carioca.

Atualmente, na área que foi ocupada inicialmente pela favela dos Guararapes, estão localizadas as ruas Conselheiro Lampreia, Professor Mauriti Santos e Ladeira dos Guararapes, ruas estas que apresentam uma arquitetura composta por imóveis de alto valor imobiliário.

Até os dias de hoje, este rio demarca os limites da favela Guararapes a área antes ocupada. Assim como a família Couto, outras chegavam e ocupavam as terras dos Guararapes, buscando ali a oportunidade de construir e/ou reconstruir suas vidas. Os poucos barracos logo se multiplicaram e reuniram famílias vindas de diferentes lugares, algumas de Minas Gerais, outras da Bahia e Espírito Santo<sup>27</sup>. A expansão das favelas decorrente da chegada dos migrantes

---

<sup>26</sup> O Rio Carioca tem sua nascente na Floresta da Tijuca, cortando as favelas Guararapes, Vila Cândido e Cerro-Corá, além dos bairros Cosme Velho, Laranjeiras e Flamengo.

<sup>27</sup> A origem das famílias dos Guararapes pôde ser identificada ao longo das entrevistas e pesquisa de campo.

se deu em função do enfraquecimento da economia agrícola associado ainda, ao desenvolvimento industrial e ao crescente número de vagas ofertadas na capital.

Para Maciel (2015), a crescente oferta de trabalho foi responsável pelo acelerado processo migratório, em especial, para as favelas da zona sul. Dessa forma, o acesso ao trabalho poderia ser pensado como uma forma de resistência social à medida que permitia uma provisória aceitação da ocupação desses trabalhadores nas áreas centrais.

Junto aos migrantes, as favelas também eram ocupadas por outros moradores da cidade que não conseguiam mais arcar com o aluguel de suas vagas nos cortiços e vilas da cidade. Para se manterem próximos ao local de trabalho, sem sofrerem demasiadamente com o “jogo especulativo do mercado imobiliário” que já dava sinais de ascensão, muitos recorreram aos morros centrais, como alternativa de moradia (Gonçalves, 2013; Kowarick, 1993; Maciel, 2015). Dessa forma, as favelas se tornaram atrativas não apenas pelo seu baixo custo de moradia, como também, pela sua estratégica localização, tornando-se a melhor alternativa para os “novos” e “velhos” moradores da cidade.

Nasci no Rio de Janeiro, em 1932, no centro da cidade Arrumei um namorado que morava aqui e acabei vindo morar aqui com ele. Ele se chamava Jurandir Domingos Alves e residia aqui desde os anos de 1940. Ele nasceu em Minas, era mineiro. *Ele veio com a família, com a mãe, com os irmãos. Aí vieram morar aqui.* Eu o conheci trabalhando na tinturaria Brasileira, na rua Riachuelo, nº.415. (Georgina, 30/01/2020, grifos nossos).

\*\*\*

*Minha mãe era da Bahia.* Na época minha mãe conheceu o meu pai, porque era caminhoneiro. Trabalhava entregando leite, era da “Vaca Leiteira” na época. *Ele era português.* Ela teve 12 filhos com ele. *Eu sou nascido e criado aqui.* (Paulo, 30/01/2020, grifos nossos)

\*\*\*

*Eu me mudei pra cá na época em que eu nasci. Minha mãe não nasceu aqui, ela é de Friburgo. Minha avó que veio morar aqui primeiro e depois minha mãe veio.* Minha mãe trabalhou desde novinha, pra ajudar a manter a casa. Ela trabalhou aqui por baixo mesmo, em frente ao Beco do Boticário, tem uma senhora até que me batizou, foi minha madrinha, minha mãe trabalhou na casa dela por muitos anos. Já o meu pai, é oriundo da Praia do Pinto, quando ele veio pra cá, ele conheceu a minha falecida mãe. Meu pai não era muito de trabalho, ele sempre correu de trabalho (risos). Através do conhecimento da minha mãe, ele conseguiu se “encaixar” na prefeitura. Uma patroa da minha mãe na época, “encaixou” ele na prefeitura, no Departamento de Estrada e Rodagem (DNR) e lá ele ficou, até se aposentar. (Eduardo Silva, Sr. Duca, 18/10/2019, grifos nossos)

Assim como em outras favelas, as casas eram feitas de madeira e estuque em consonância ao decreto nº 762 de 1900, que regulamentou a ocupação dos morros, proibindo a construção de barracões, salvo nos morros que ainda não os tivessem e tais construções deveriam ser feitas em madeira, o que garantiria seu caráter provisório e sua fácil remoção se assim fosse o caso.

Algumas casas eram de tijolo, a maioria era de madeira e estuque. Era barraco mesmo. (Georgina,30/01/2020)

Apenas no final da década de 1970 que se observou a substituição dos barracos pelas casas de alvenaria, de acordo com o ex-presidente Cláudio de Moraes, um dos filhos do Sr. Rômulo de Moraes Couto. Essa substituição foi atribuída à compra das terras dos Guararapes e a frustrante inviabilidade de obras públicas no local, ambos os fatos serão abordados no próximo capítulo.

Nesse processo de transformação tem várias. Tem o que.... Essa semana foram terminadas duas. E tem uma entijolando, embaixo do meu irmão tem uma entijolando, aqui embaixo do rio tem uma acabada, eu inclusive fui lá essa semana fazer a calçada pra ele. (Cláudio de Moraes, liderança comunitária, entrevista concedida à Sérgio Péo,1978)

O centro da cidade do Rio de Janeiro acabava de receber um plano de remodelação urbana, observou-se, nesse período, o crescimento dos bairros da zona sul da cidade. Sua expansão resultou no aumento do número de empregos na construção civil, assim como a oferta de serviços domésticos. Com a vasta oferta de emprego nas redondezas, a instalação da população trabalhadora próximo ao seu endereço de trabalho, fez com que a população dos Guararapes crescesse a cada dia. O crescimento dessa e de outras favelas, ainda era encarada pelo Estado como uma “solução habitacional provisória e ilegal” (Abreu, 1994, p.34).

*Porque ela veio de Minas com 03 e grávida de uma, meu avô veio primeiro, meu avô veio de Minas prá cá, pro Rio e minha mãe, depois veio. Meu pai ficou em Minas, éramos crianças e minha mãe veio morar na casa do meu avô e começou a procurar emprego para criar a gente. (Yara Tomaz, 30/01/2020, grifos nossos).*

Paralelamente ao crescimento da favela dos Guararapes, observou-se a crescente construção de casas no antigo endereço dos Guararapes. A expansão exigia desde profissionais da construção civil até funcionários que servissem e atendessem às famílias de grande poder aquisitivo que ali residiam. Apesar de



terem o mesmo endereço “Ladeiras dos Guararapes/ Cosme Velho” a divisão entre a “Área Formal” e a “Favela” abarcava não apenas a renda mensal de cada família ou o número de metros quadrados dos seus domicílios. O rio Carioca exercia uma barreira natural de separação dessas duas áreas, enquanto na margem direita do rio, observava a expansão imobiliária, do outro lado do rio, víamos a expansão gradativa do processo de favelização da área, ocupação esta que, ao mesmo tempo que atendia os anseios da população mais abastada, não comprometia a acumulação do capital advindo da comercialização daquela terra. Mesmo tão próximas, a favela dos Guararapes se fazia presente em um terreno de alta declividade e de difícil acesso, desviando a cobiça do mercado imobiliário.

A relação entre as famílias dos Guararapes e seu entorno se resumia por muitas vezes na relação empregador e empregado. Assim como foi o caso da antiga moradora dos Guararapes que em sua narrativa pontuou sua relação junto aos vizinhos que por ora se fez pela oferta de serviço de babá, mesmo que para isso, deixasse seus filhos sozinhos, e em outra, como lavadeira das “madames”.

Todo ano eu tinha um filho e ainda tomava conta de criança dos outros, pra ganhar um dinheirinho, *enquanto eu não tava muito buchuda, eu descí pra lavar uma roupa na casa das madames lá embaixo.* (Georgina, 30/01/2020, grifos nossos).

Os jornais O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã, junto com os inúmeros classificados de vendas de terrenos e imóveis nas recentes ruas do Cosme Velho, dividiam-se em classificados à procura de copeira, caseiro e outros serviços que atendessem os moradores mais abastados do bairro.



Figura 19- Classificados Jornal O Globo, 01 de fevereiro de 1961. Acervo: Jornal O Globo

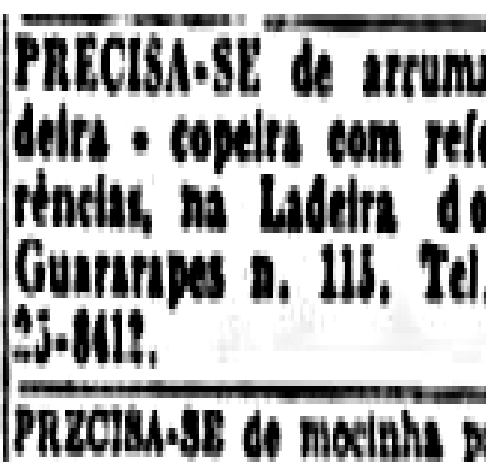


Figura 20- Classificados Jornal do Brasil, 17 de fevereiro de 1962. Acervo: Jornal do Brasil

Para Gonçalves (2013), o processo de industrialização brasileiro em crescimento permitiu um êxodo rural maciço para as grandes metrópoles - Rio de Janeiro e São Paulo. Grande parte da classe trabalhadora, que chegava à cidade buscava abrigo nos morros cariocas. O acesso a essas moradias se dava, por vezes, pela ocupação de terrenos públicos ou privados, ou pelo mercado imobiliário informal como foi o caso das casas de cômodo construídas na favela dos Guararapes por portugueses que ali viviam. Para Costa (2015, p. 57), o processo de industrialização, assim como a urbanização das grandes cidades evidenciara as contradições decorrentes do modelo de desenvolvimento em curso, o avanço dos projetos de urbanização exigia um emergencial rearranjo espacial das cidades.

Assim como em outras favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, a ocupação da favela Guararapes se deu em decorrência da grande demanda de emprego não apenas no bairro Cosme Velho, mas de bairros vizinhos. Ao amanhecer, pelas ladeiras dos Guararapes, homens e mulheres desciam em direção as casas, apartamentos e comércios espalhados pelos diferentes bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro - Cosme Velho, Laranjeiras, Flamengo, Catete, Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon e Gávea, ofertando sua mão de obra barata e necessária para a classe mais abastada.

O caso das favelas é bem significativo. Elas já aparecem em cena desde fins do século passado. A sua grande explosão, no entanto, dá-se entre as décadas de 30 e 50. É que na ocasião, o País estava submetido a uma expansão industrial acelerada, que dava muita importância às cidades e, para elas, atraía massas de migrantes rurais. Já existiam inclusive os mecanismos legais para impedir o surgimento e a proliferação das favelas. Mas elas foram toleradas por serem altamente funcionais ao quadro estrutural urbano. Nas favelas da Zona Sul, foi morar a mão de obra barata que prestaria serviços à nova classe média emergente que assim ficava desobrigada dos deveres de patronagem em relação aos subordinados. Daí pra frente os serviços eram mais “livres” e teriam de prover por sua conta e risco suas necessidades de moradia (Santos, 1982, p.11).

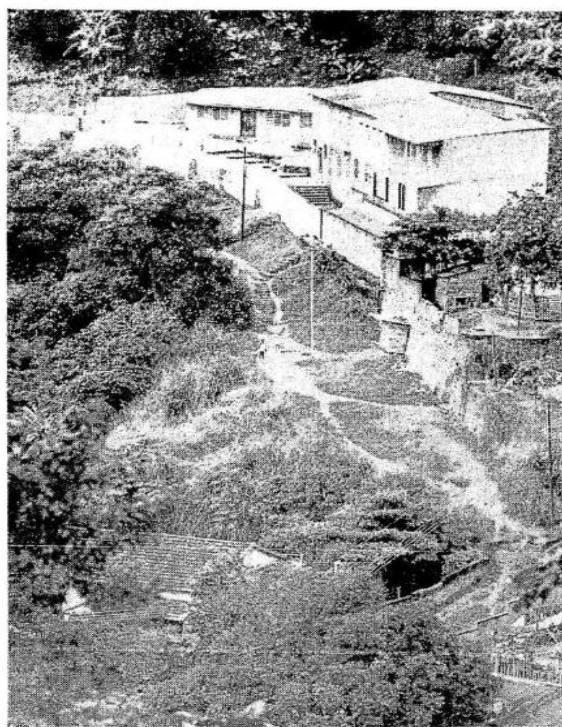
Para Lefebvre (1974), o espaço urbano não pode ser considerado como um lugar passível de produção ou concentração de capital, contudo, é inegável que interfere na reprodução do capital. Dessa forma, pensar o processo de expansão das favelas associada à relação do trabalho nos permite uma dura e necessária reflexão. À medida que a população favelada participou significativamente do processo de reprodução do capital e desenvolvimento urbano a ela foi cerceado o direito à cidade. Sua permanência foi questionada em decorrência da aplicação

de uma legislação urbana que definiria “exigências irreais e elitistas”. (Gonçalves, 2006, p. 2)

Se a oferta de trabalho era vasta na região e bairro vizinhos, a chegada de serviços públicos ainda se fazia de forma precarizada na favela dos Guararapes. No que tange a acessibilidade dentro da favela, o terreno ocupado pela supracitada favela apresenta alta declividade e com a ausência de obras de calçamento, construção de escadarias, colocação de guarda-corpo e pavimentação das vias. Inúmeros percalços dificultavam a acessibilidade dentro da favela, agravada durante as fortes chuvas. Realidade muito diferente da encontrada do outro lado da margem do rio Carioca, assim como apontado pela antiga moradora quando questionada sobre a acessibilidade na favela dos Guararapes.

*Só lá do outro. Do outro lado, tinha os paralelepípedos. Aqui, do lado da favela, não era barro mesmo.* (Georgina, 30/01/2020, grifos nossos).

A Escola Municipal Guararapes Cândido, por exemplo, não dispunha de uma via de acesso. Sua chegada se dava por um caminho improvisado pelos moradores que quando chovia, dificultava mais ainda seu acesso.



O único acesso para a Vila Guararapes, a ladeira, está coberta pelo mato.

**Figura 21- Foto da favela dos Guararapes retrata a dificuldade de acesso à favela. Acervo: Jornal O Globo, 08 de maio de 1973.**

Para acessar o transporte público, os moradores desciam até a rua do Cosme Velho. Abaixo do viaduto que liga o túnel Rebouças havia um ponto de ônibus onde passavam diferentes linhas que ligavam a toda cidade. Quando subiam com sacolas pesadas, os moradores contavam com o apoio de dois vizinhos caminhoneiros que gentilmente ofereciam carona na boleia do caminhão, assim como relatado por uma das mais antigas moradoras da favela:

*A gente então subia a pé, tinha dois vizinhos aqui na Vila (aquela avenidazinha que tem um portão de ferro), tinham dois senhores que moravam ali, que tinham caminhão, um tinha um caminhão grandinho e o outro tinha um caminhão bem pequeno e fazia frete... Então, por exemplo, se eu saísse do trabalho e passasse no mercado aí eu já esperava o horário do caminhãozinho subir do vizinho, pra vir na carona, ele ajudava a colocar as bolsas na boleizinha do caminhão. Ele fazia isso com todo mundo, ele era uma maravilha. Ele era a única condução que a gente tinha pra subir (risos), ou então pagar táxi, que geralmente não gostava de subir esse pedaço que não tinha calçamento. (Georgina, 30/01/2020, grifos nossos)*

Apenas da década de 1970, cogitou-se a possibilidade de circulação de transporte público nos Guararapes. Na edição de Edição 00171 do Jornal O Globo, de 08 de outubro de 1972<sup>28</sup> através da reportagem “Santa Teresa exhibe passado, mas reclama soluções atuais”, a melhoria dos transportes foi colocada em pauta. A sugestão dos moradores foi a de utilização de micro-ônibus para circular pelas ruas estreitas e com curvas fechadas de Santa Teresa e das Ladeiras Ascurra e Guararapes. A sugestão do transporte foi acolhida e, ainda hoje, o transporte público se faz com a utilização de micro-ônibus, mas nenhuma linha passa nas ladeiras sinalizadas, apenas na Rua Almirante Alexandrino.

No que tange ao abastecimento de água, apesar da favela estar localizada próxima do Parque Florestal da Tijuca que possuía fontes de água que abasteciam a cidade, nem todas as casas tinham água encanada. Como foi o caso de algumas casas de cômodo construídas por portugueses e alugados para diferentes famílias. A precariedade desses cômodos se dava não apenas pela ausência de água encanada, mas também pelo compartilhamento de um banheiro coletivo.

*Aqui tinha água encanada, lá onde eu morei, tinha água encanada. Só não tinha água lá em baixa na casa que eu morava, não tinha um banheiro e nem tinha água, a gente cá embaixo, tinha que subir um lance de escada, passar pela porta dos vizinhos, pra chegar até os tanques, onde tinham as bicas, lá também tinha um banheiro, fizeram depois outro em cima. (Georgina, 30/01/2020).*

<sup>28</sup> Jornal O Globo, de 08 de outubro de 1972.



A rede de esgotamento da favela foi toda construída pelos moradores, por meio de um mutirão realizado por eles. As obras de infraestrutura por parte do poder público só chegaram anos depois em meados da década de 1990, quando a prefeitura do Rio de Janeiro implementou o Programa Favela Bairro.

O morador começou a fazer por conta própria, porque hoje em dia tem ali a entrada do Vinte e a rede de esgoto principal, que foi construída pelos moradores. *Do 190, subindo do 190 com a rede de esgoto, 184 até o último número que é o 36.* Deu um fortalecimento em algumas casas que estavam em perigo e a rede de esgoto total, feita pelos moradores. (Paulo, 30/01/2020, grifos nossos).

Quando o fornecimento de energia elétrica chegou à cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, a população das favelas cariocas demorou a acessar o serviço oferecido pela concessionária de energia. Ao longo da pesquisa nos periódicos, observou-se inúmeras notas informando sobre a manutenção da rede de energia, mas estas se limitavam às vias que agrupavam a classe mais abastada do bairro Cosme Velho.

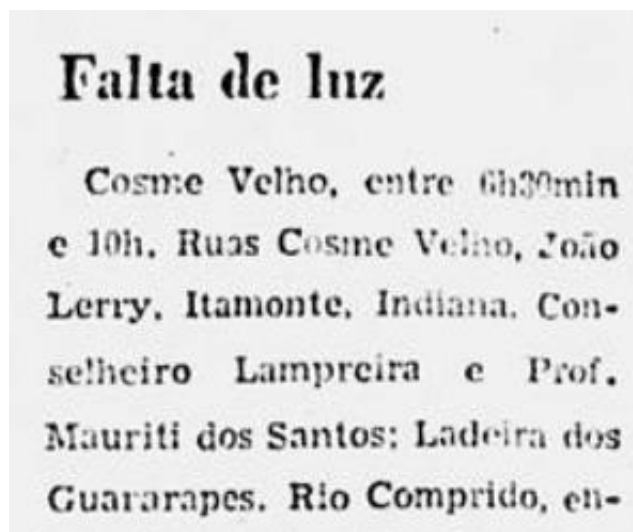


Figura 22- Informativo Light

Edição 23211 Jornal Correio da Manhã, 07 de dezembro de 1968

Acervo: Jornal Correio da Manhã

Na favela dos Guararapes, a espera durou até o final da década de 1970. Conforme informado pelo Jornal O Globo de 15 de dezembro de 1979, com o título da matéria “Favela no Cosme Velho ganha luz elétrica”, no dia 14 de dezembro de 1979 a *Light*, no contexto do projeto de eletrificação de favelas dessa

companhia, inaugurou a eletrificação do fornecimento de energia, substituindo a distribuição através das cabines individuais - eletrificação de 64 postes e 3 mil 600 metros de fios, beneficiando 138 moradias, mais de 700 pessoas.

Guararapes foi a primeira favela a ser beneficiada pelo protocolo assinado no dia 28 de novembro de 1979, entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a empresa *Light*. Na inauguração estiveram presentes o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro Israel Klabin e o presidente da *Light* Luis Oswaldo Aranha, ambos acionaram as chaves da luz de dois domicílios, inaugurando a eletrificação da favela dos Guararapes. O evento gerou revolta por parte dos moradores, que ficaram indignados com o pronunciamento do então Prefeito Israel Klabin: “Espero que cada vez mais vocês tenham melhores condições de vida para que a gente possa cobrar impostos de vocês”. (O Globo, 1979)



**Figura 23-** Edição 00251, Jornal do Brasil de 15 de dezembro de 1979  
Inauguração da rede de energia elétrica. Acervo: Jornal do Brasil.

Enquanto a oferta de alguns serviços se dava de forma parcial ou improvisada, a educação ganhava destaque na história dos Guararapes. Em um prédio construído pelos próprios moradores em um terreno de propriedade da Igreja Católica foi erguida uma das primeiras escolas públicas em área de favela.

Como aqui do lado tinha um colégio de freiras, que tinha espaço sobrando *que era tudo mato, foi pedido às freiras esse terreno. Foi pedido à igreja parte desse terreno e de pronto, eles atenderam ao nosso pedido e numa reunião chegou-se à conclusão que nós poderíamos construir numa parte do terreno a escola e assim aconteceu né, foi passado para a prefeitura esse acontecimento em relação ao terreno e que a igreja nos doaria esse terreno, a igreja católica que era dona dele, e então, a prefeitura aceitou esse diálogo de trazer uma escola para a comunidade. Foram feitos todos os trâmites legais né, do terreno... da igreja nos doando o terreno. Ele é um colégio municipal que atende as 3 comunidades e daí nós começamos essa obra e esse trabalho. Hoje nós temos esse colégio que já não mais nos atende, hoje inclusive nós já temos aqui a ideia de construir outro colégio né, já estamos providenciando uma busca de um outro terreno aqui, que já temos esse terreno em vista e já estamos negociando um terreno aqui com a prefeitura, vamos ver como é que fica. (Eduardo Silva, Sr. Duca 30/08/2020, grifos nossos)*

\*\*\*

*Éramos tidos como uma favela modelo. Conseguimos mesmo contrariando as normas existentes, construir com o auxílio do Monsenhor Sérgio, Secretário do Núncio Apostólico uma Escola- Classe em Cooperação- época em que já estávamos rogando ao governo do Estado uma semi-urbanização com esgoto sanitário, redes pluviais e calçamento das vias públicas de acesso. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 25 de março de 1977).*

A Escola Municipal Guararapes Cândido, inaugurada no início da década de 1960, se fez possível graças à união da igreja, dos moradores e do Estado. Para homenagear todo o esforço empregado por seus moradores desde sua construção que foi feita unicamente com a mão de obra local por meio de um mutirão. A escolha do seu nome deveria remeter à noção de pertencimento que seus moradores tinham por esse equipamento de educação e assim, de acordo com um blog<sup>29</sup> gerido pela direção da Escola Municipal Guararapes Cândido, a escolha do seu nome se deu:

Nossa escola tem uma história linda de contar! De onde veio este nome? Nós não temos um patrono como a maioria das escolas. O nome da escola foi colocado em função dos moradores das comunidades Guararapes, Vila Cândido e Cerro Corá que a construíram. (Escola Municipal Vila Cândido, publicação de aniversário de 58 anos, 2015)

<sup>29</sup> O Blog encontra-se disponível através do link <http://emcandido.blogspot.com/2015/04/no-dia-16-de-abril-nossa-escola.html?m=1>.



**Figura 24- Escola Guararapes Cândido, ano de 1969. Arquivo: Escola Municipal Guararapes Cândido**

A população dos Guararapes, desde o início, se fez envolvida no processo de construção dessa escola. Diferentemente de outras escolas municipais, a escola dos Guararapes foi um movimento que partiu dos próprios moradores que desejavam ter uma escola mais próxima de suas casas. Se hoje, a presença de escolas nas favelas se faz com mais frequência, essa não era uma realidade naquele período.

Essa escola aí foi construída ainda na fase em que nós estávamos com outra entidade. Nós iniciamos...construir aquela escola com a fundação e aquela escola foi construída pra contrariar uma política educacional da Fundação Otávio Mangabeira (FOM), que era uma meta prioritária do governo Carlos Lacerda. Nós queríamos uma escola aqui dentro da comunidade e não foi permitido aí nós decidimos que de acordo com o Secretário Vinicius Apostólico e o Monsenhor Sérgio, que nós construiríamos uma escola e aí ia fazer um prédio pra fazer uma escola e atender todos os nossos serviços, serviços assistenciais, que eram os médicos, os dentistas, era a farmácia, o clube de mães, clube dos jovens e a escolinha, a escolinha era a menina dos nossos olhos mantínhamos aí que era maternal, nós temos o maternal, chegou à ter matriculado 49 crianças de 7 da manhã às 06 da noite e fornecemos tudo, tudo, tudo, tudo. Pagávamos inclusive uma cozinheira, uma professora e uma menina que recebia o título de orientadora, mas ela só tomava conta das crianças pra passear. E conhecia-se de ter um padre da igreja moderna, não era tão ortodoxo, um padre bem aberto, ele foi inclusive, praticamente quase expulso porque ele veio se despedir muito rapidamente porque foi transferido pro Chile, parece que era no governo do Salvador Alene e esse Monsenhor Sérgio dialoga de igual pra igual porque era italiano e ele achava que isso aqui era a maravilha do século, todo mundo acha que isso aqui é a maravilha do século, MAS, nunca ninguém resolveu fazer nada. Então ele... nós chegamos em uma reunião e chegamos à conclusão que a nossa solução seria criar a nossa escola e ele se propôs a fazer isso. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978)

Em pouco tempo, a Escola Municipal Guararapes Cândido foi reconhecida como um caso de sucesso. Tal reconhecimento pôde ser observado na edição do jornal O Globo de 26 de novembro de 1979, com a infeliz escolha de título “No Cosme Velho, dentro da Favela - Integrada na comunidade escola nunca foi assaltada”. A reportagem em questão além de ressaltar o trabalho realizado pela escola enumerou outros projetos realizados por obras sociais e lideranças comunitárias dentro da escola. O texto não se limitou apenas em enaltecer o sucesso da Escola Municipal Guararapes Cândido, começando desde pela escolha do seu título, a matéria reservou ainda no subtítulo “Os estudantes”, em que os alunos eram indagados sobre a ausência de assaltos na escola e uma das falas se destaca, um aluno de apenas doze anos argumentou que a escola não era assaltada porque *“os assaltantes acham que ela é muito pobre e não tem nada para se roubar - também há a casa das irmãs lá em cima e, de lá, elas podem telefonar para a polícia”*<sup>30</sup>. Mesmo que houvesse essa preocupação por parte da mídia, a violência dentro da escola era nula. Havia um respeito muito grande por aquele espaço construído pelas mãos dos próprios moradores.

---

<sup>30</sup> Jornal O Globo, 26 de novembro de 1979.



### — Uma escola sem assaltos —

As crianças deixam alegremente a aula na Guararapes Cândido (foto), uma escola municipal que, integrada na comunidade da favela da Ladeira Guarara-

pes, no Cosme Velho, nunca foi saqueada ou depredada. Moradores da favela fazem trabalhos voluntários para a escola. (Página 9)

Figura 25- Chamada da matéria “No Cosme Velho, dentro da Favela- Integrada na comunidade escola nunca foi assaltada”, Jornal O Globo de 26/11/1979

A Escola Municipal Guararapes Cândido, além de oferecer educação às crianças das favelas Guararapes, Vila Cândido e Cerro-Corá, tinha em suas dependências, a realização do Clube das Mães com a oferta de aulas de corte e costura para as mães dos estudantes e a realização de atividades desenvolvidas pela Obra Social Dom Armando Lombardi - aulas de crochê, atendimento médico, homeopático e massagem. Além da obra social, a escola também abrigava uma capela, onde eram celebradas missas aos sábados.

Enquanto a reportagem do jornal O Globo retratava a Obra Social Dom Armando Lombardi, coordenada por irmãs de caridade vindas da Espanha como uma ação muito bem recebida pela população dos Guararapes, tal afirmação foi confrontada na entrevista concedida no final da década de 1970 pelo ex-presidente da Associação de Moradores dos Guararapes, Sr. Cláudio de Moraes ao cineasta e arquiteto Sérgio Péo durante a elaboração do filme “Associação de

Moradores dos Guararapes”<sup>31</sup>. De acordo com o mesmo, as ações realizadas no espaço da escola deveriam ser abertas a toda comunidade sem qualquer tipo de privação relacionada a credo, mas ao presenciar que tal fato não estava sendo respeitado, ele preferiu que a Associação de Moradores se afastasse de qualquer atividade realizada sob a coordenação da Obra Social Dom Armando Lombardi.

E daí, foi nascendo uma série de atritos, porque importaram uma irmã da Espanha e ela veio aqui fazer uma série de discriminação de credo, uma discriminação de raça e eu uma vez primeira, me surgiu com a ideia, consegui inclusive que mandassem ela embora pra Espanha, que a única coisa que ela fazia muito bem, era tocar violão, mais nada, ela era digna representante da igreja ortodoxa, ela só enxergava em direção da igreja, ela só falava na capela, eu tive o desprazer de dizer pra ela: - olha irmã, quando nós demos aqui o nosso suor, pra que esse prédio fosse erguido, não foi para que a senhora viesse da Espanha e dizer aqui que a primeira coisa é a capela, a senhora está completamente enganada, a primeira coisa aqui é a criança, depois da criança é que vem a sua capela. Se houvermos a necessidade de ocupar a sua capela, nós vamos ocupar a capela, que o Cristo nos perdoe, mas, nós vamos ocupar a capela. A senhora não tenha dúvida que nós vamos ocupar. Então, ela criou uma série de problemas aí, que nós nos afastamos, eu preferi me afastar. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978)

A Igreja Católica teve também um importante papel nesse processo de construção da escola, desde haver cedido terreno pertencente a mesma até ter ajudado a angariar recursos para construção do prédio. No que tange a religiosidade das famílias que ali viviam, a pesquisa identificou uma forte presença da igreja católica, evidenciada pela existência da obra social gerida pela igreja e pela realização de missas na favela. Enquanto seus moradores pareciam receptivos às missas, não se dizia o mesmo dos seus vizinhos incomodados com o barulho do badalar dos sinos.

(...) tem as missas religiosamente, como não poderia deixar de ser, só que nós não ouvimos mais o anúncio que elas faziam, um anúncio até muito simpático em castelhano e todo mundo daqui se julgava um pouco poliglota porque entendia o que elas estavam dizendo (pausa para risos do entrevistado e entrevistador), acordavam as 7 horas da manhã e colocavam aquele “blem, blem, blem, blem”, aí elas falavam “venham, venham, todos, está na hora da santa missa (voz com sotaque), começavam a chamar ali, até que apareceu um deputado que morava ali em cima e mandou parar, disse: - Para com isso que eu construí essa casa aqui, gastei 800 milhões e vim aqui pra descansar, não é pra ouvir às 7 horas da madrugada de domingo, ficar ouvindo o mesmo sino tocar e me chamar pra vir pra missa. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978)

<sup>31</sup> O documentário será melhor discorrido ao longo do Capítulo II, assim como a relevância do presidente Cláudio de Moraes na história da favela dos Guararapes.



Desde sua inauguração, a escola divide suas instalações com a Paróquia São Judas Tadeu com sede na Rua Cosme Velho, nº 470. A igreja mantém a celebração de missas semanais na favela dos Guararapes. Ainda hoje, a Igreja Católica tem gerência sob este prédio. Assim como informado pelo Líder Comunitário Ricardo Rodrigues, qualquer atividade que venha a ser realizado nas dependências da escola, precisa ter a autorização não apenas da Secretaria Municipal, como também da Paróquia São Judas Tadeu representada pela figura do Padre Valdeci<sup>32</sup>. Dessa forma, verificamos que há um acordo de concessão de uso entre as partes em que a igreja jamais abriu mão daquele pedaço de terra

*Todos os domingos tinham as missas no colégio. Quem realizava as missas ali, era o Padre Benedito, um padre até muito bom que tinha ali, tava sempre dentro da comunidade, era ele quem realizava as missas aos domingos ali. (Eduardo Silva, Sr. Duca, 30/08/2020, grifos nossos)*

Como pôde ser observado nesse primeiro capítulo, a origem da favela dos Guararapes se assemelha em grande parte às favelas cariocas, em especial às da zona sul do Rio de Janeiro. Mesmo que possamos reconhecer semelhanças em seu processo de ocupação, a favela dos Guararapes tem, em sua trajetória, particularidades que lhe permitiram resistir, evidenciando-a como “uma morada onde grupos que se aproximam por valores, práticas, vivências, memoriais e posição social, constroem sua identidade como força de realização de suas vidas”. (Observatório, 2009, p.22). Dessa forma, mais do que elencar as insuficiências de investimento público e sua estigmatização socioespacial, os próximos capítulos partem do reconhecimento da sua história de luta graças a consolidação de uma rede de sociabilidade tão necessária para sua permanência.

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida pelo Líder Comunitário Ricardo Rodrigues na data de 30 de agosto de 2018. Ricardo Rodrigues além de Líder Comunitário, também é Agente Sesi Firjan. Ao longo do meu trabalho enquanto gestora do Programa Rio+Social, realizei inúmeras parcerias com ele. Ao levarmos projetos voltados ao incentivo à leitura e idealizados pela Secretaria Municipal de Cultura, que deveriam ser desenvolvidos dentro da Escola Municipal Guararapes Cândido, identificávamos uma resistência muito grande em sua concretização, decorrência da morosidade da liberação por ambas as partes que administram o espaço.



## **Mercantilização da Terra: disputa da propriedade privada**

A inclusão da função social da propriedade permite questionar a soberania do pensamento liberal, em que o proprietário é o senhor absoluto do direito à propriedade, ao defender a regulação do direito de propriedade dentro de uma perspectiva coletiva (Dantas, 2015, p.26). Mesmo que a Constituição de 1934 tivesse incluído a função social como uma condição ao direito de propriedade, de forma a contemplar os direitos do proprietário, bem como os interesses da sociedade, na prática, observamos que esta função foi ignorada em diferentes momentos.

Com o processo de urbanização e, em consonância ao discurso capitalista, a moradia nas áreas centrais da cidade, assim como o uso e regulação do solo por parte da população mais pauperizada foi questionada em decorrência da expansão do mercado imobiliário na cidade do Rio de Janeiro, norteadas por uma divisão espacial que permitiria uma maior acumulação do capital (Gonçalves, 2013, p.95).

Ao discorrermos sobre o processo de mercantilização da terra no cenário carioca é necessário que tenhamos claro o conceito de “propriedade privada” associado à terra. A propriedade em seu conceito individualizado pode ser pensada a partir do cercamento das terras comunais na Europa ainda no século XVIII. Desde então observamos a separação entre “terra e trabalho” e sua consagração jurídico-política por meio da consolidação do Estado liberal (Rolnik, 2015, p.195).

O proprietário da terra alcança a produção da renda, por meio do processo de extração de mais-valia, possível através do “cercamento” da terra e sua mercantilização, induzindo, desde então, a renda fundiária. Sob este viés, “a renda, em vez de ligar o homem à Natureza, simplesmente vincula a exploração da terra à competição” (Rolnik, 2015, p.196).

No que tange à propriedade privada dentro da perspectiva fundiária, precisamos entender como este conceito é entendido pela lógica do Estado liberal. Para o filósofo contratualista John Locke (1994), a propriedade privada deve ser compreendida como um direito natural e base da liberdade humana, enquanto o governo deve proteger esse direito de decorrentes violações.

Ao citarmos Locke e a associação da propriedade privada como um direito natural, o autor reitera que mesmo Deus tendo dado a terra para toda humanidade,

cada indivíduo seria responsável em guardar sua própria propriedade e o trabalho que nela seria aplicado. (Locke, 1994, p. 42). Justamente a variável “terra e trabalho” que resultaria na sobrevivência desse indivíduo.

A dissociação da terra à “natureza” decorrente da ideia de que a terra deveria ter produtividade exigiu do Estado a adoção de medidas que propiciassem uma maior proteção da propriedade, assim como seu uso e legitimidade. Dessa forma, caberia aos indivíduos a abdicação parcial dos direitos individuais para que o Estado pudesse protegê-los a partir do estabelecimento de um contrato social que resultaria em um monitoramento dos cidadãos em prol da proteção dos seus direitos (Bastos et al., 2017, p.73). Para Dantas (2015), foi justamente a prevalência da liberdade e da validação do conceito de “sujeito de direitos”, que garantiu que fossem estabelecidos os contratos, que dariam legitimidade à propriedade privada.

Nesse sentido, as favelas eram combatidas dentre tantas alegações pela violação dos direitos de propriedade. Mattos Pimenta, em seu artigo “Acabemos com as favelas”, publicado no jornal Correio da Manhã, na data de 18 de novembro de 1926, criticava as favelas e sustentava a necessidade de formulação de um plano de produção de habitação proletária, pautado na construção de prédios populares que atenderia cerca de cem mil favelados. As habitações populares deveriam obrigatoriamente ser construídas no subúrbio da cidade, deixando a “lepra urbana” distante dos olhos da elite. Esse projeto, além de contribuir para o embelezamento dos bairros da zona sul, estimularia a construção civil e o mercado imobiliário.

Seguindo o mesmo viés de Pimenta, o prefeito Prado Júnior (1926-1930) convidou o arquiteto francês Alfred Agache para elaborar um plano de remodelação da cidade. O arquiteto francês propôs, assim, o primeiro plano de ordenamento urbano carioca. O plano em questão pautava-se no zoneamento das classes sociais. Sob forte influência da arquitetura europeia propôs um audacioso plano de construção de habitações destinadas à população mais pauperizada (Gonçalves, 2013, p.97). A proposta de remodelação urbana proposta por Agache dialogava diretamente com os argumentos apontados por Pimenta. Ambos defendiam a remoção da população favelizada, justificando tal proposta através de elementos estéticos, higiênicos e sociais.

Se caminhávamos para a validação de uma política de remoção das favelas cariocas, a chegada do médico Pedro Ernesto à prefeitura do Rio de Janeiro, postergou sua efetivação. Para Ferraz et al. (2018, p.62), a revogação do plano de ordenamento de Agache, somada ao apoio aos “centros de

melhoramentos” (uma forma embrionária das Associações de Moradores) e a concessão de subsídios às escolas de samba permitiram a aproximação dessa gestão às favelas. Diferentemente dos prefeitos que o antecederam, o político tinha uma relação mais pacífica junto às camadas mais pobres, o que implicava a adoção de um projeto sociopolítico pautado na promoção do bem-estar da população. Dessa forma, através do diálogo, ele restabelecia uma aproximação com a favela. Tal articulação estava envolta pela promessa de “reconhecimento civil e social” da população que ali residia, mesmo que de forma tutelada (Costa, 2015, p.71). Durante seu governo (1931-1936), deixou de lado o discurso de remodelação urbana e iniciou a oferta de serviços públicos nesses espaços (Gonçalves, 2013, p.103).

Pedro Ernesto manteve inúmeros contatos com os habitantes das favelas entre 1932 e 1934, intervindo como mediador de conflitos sobre a propriedade do solo, distribuindo as primeiras subvenções públicas às escolas de samba para o Carnaval e, em alguns casos, decidindo sobre a instalação de serviços públicos. (Valladares, 2005, p.52)

Para Gonçalves (2013), o prefeito Pedro Ernesto foi o primeiro governante a reconhecer oficialmente as favelas, diferentemente dos anteriores que estigmatizavam esses espaços. Abandonou as propostas de Agache, abrindo mão de políticas públicas pautadas na remoção das favelas e reassentamento dos seus moradores. Dentro do esforço do trabalhismo nascente (Gomes, 1988), a prefeitura procurou atender em parte às demandas das camadas populares, deixando de lado políticas coercitiva.

Pedro Ernesto foi o primeiro a reconhecer a força política das favelas ao admitir que elas poderiam constituir uma resposta concreta para o problema da moradia. Ao mesmo tempo que reforçava seu poder, através da consolidação das redes clientelistas, ele estimulava a formação de “centros de melhoramentos”, precursores das atuais associações de moradores (Gonçalves, 2013, p.103).

Com uma popularidade em crescimento junto à população mais pobre que abarcava não apenas a população da favela, assim como a classe trabalhadora, rapidamente a sua popularidade ofuscou o próprio presidente Getúlio Vargas. Sem provas, Pedro Ernesto foi acusado de participar da Intentona Comunista, o que resultou na sua prisão e destituição do cargo.

As conquistas em prol da população favelizada eram colocadas em risco, o que ficou mais em evidência com a promulgação do Código de Obras de 1937 (Decreto n.º 6.000). O código em questão partia da necessidade de estabelecer um zoneamento urbano de forma a atender o crescimento demográfico decorrente do avanço da industrialização na cidade do Rio de Janeiro. O código reforçava o discurso de remoção das favelas através da proibição de melhorias, ou de novas construções de casas nas favelas, assim como o reassentamento dos seus moradores em “núcleos de habitação do tipo mínimo”. Assim como previsto no artigo 347, corresponde ao Título IV FORMAÇÃO DE NÚCLEO DE HABITAÇÕES DE TIPO MÍNIMO, do Código de Obras de 1937:

**Art. 347.** A prefeitura providenciará para a formação de núcleos de habitações baratas, de tipo mínimo, em substituição às favelas, à medida que estas forem sendo extintas.

§ 1.º As casas desses núcleos deverão ser dispostas em arruamentos convenientemente traçados e obedecendo a um plano de conjuntos, devidamente estudado para cada caso e construídas de maneira a ficarem estabelecidas boas condições de higiene.

§ 2.º Para os fins previstos no presente artigo deverão ser utilizados os terrenos de propriedade particular atualmente ocupados por favelas e outros que, de acordo com os estudos a serem realizados, forem julgados convenientes.

§ 3.º O Prefeito, de acordo com o que autoriza o inciso 1.º do item V do artigo 13.º da Lei Federal n.196, de 18 de Janeiro de 1936 (Lei Orgânica do Distrito Federal), desapropriará os terrenos que se tornarem necessários ao mesmo fim.

§ 4.º Para facilitar a formação dos núcleos de habitação do tipo mínimo, a Prefeitura apelará para a colaboração do Governo da União, procurando obter que o mesmo Governo permita o aproveitamento dos terrenos de sua propriedade situados nos morros e atualmente invadidos pelas favelas, e outros que, pelas suas condições não possam ser utilização, podendo ainda, empregar para o mesmo fim, os terrenos de sua propriedade que se encontram em condições semelhantes.

Para Vallades (2000), o Código de Obras permitiu não apenas o reconhecimento da existência das favelas, como também representou um instrumento de administração e controle de seu crescimento:

**Art. 349 –** A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construído com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

Mesmo que os primeiros incisos do Art. 347 avertissem a possibilidade dos moradores das favelas permanecessem no mesmo terreno, seja ele privado

ou público, desde que no local fossem construídos os “núcleos de habitação do tipo mínimo”. Como analisaremos mais adiante, nesse momento só foram construídos os Parques Proletários provisórios, previstos no Plano de Ação idealizado no ano de 1942 pelo prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945).

A partir da efetivação do regime autoritário do “Estado Novo” implementado no ano de 1937 por Getúlio Vargas, impõe um rígido controle social. O Estado passa a antecipar parte das demandas dos trabalhadores, dismantelando a autonomia da organização política e sindical da classe trabalhadora (Iamamoto, 1982, p.151). A aproximação com o proletariado se fez por meio da implementação de uma política de massa, com um discurso clientelista e a elaboração de uma política social que privilegiaria essa categoria. O Estado conseguiu reprimir o caráter reivindicatório que se fazia crescente.

A moradia passou a ser compreendida como um elemento condicionante à formação ideológica, política e moral do trabalhador, cabendo ao Estado ofertar o acesso dos seus trabalhadores às moradias sociais (Gonçalves, 2013, p. 125). Dentro da lógica de oferta de moradia às classes proletárias, o Estado possibilitou o financiamento de habitações sociais através dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs):

**Tabela 5 Financiamento Habitacional IAPs**

<b>Benefícios</b>	Taxas de juros baixos (6% ao ano)	Uso de 50% do recurso para financiamento da unidade	Longo prazo de financiamento (até 25 anos) com valor de parcela de até 50% da renda do trabalhador
<b>Vantagens</b>	Expansão do mercado imobiliário	Construção de grandes conjuntos habitacionais	Elevada densidade por edificação (pilotis) geraria a redução de custos das unidades
<b>Desvantagens</b>	Exclusão dos trabalhadores informais	Negação da oferta de moradia individual	Em nome da redução de custos, afastamento da população dos centros urbanos

**Fonte: Gonçalves (2013)**

Frente a política habitacional apresentada, vemos que o financiamento habitacional se fazia de forma focalizada, não atendendo a crescente demanda por moradia nos centros urbanos. Para Silva (2016), as carteiras imobiliárias, limitadas aos trabalhadores das indústrias e transportes, excluía a participação

dos setores populares que não se enquadravam nas vagas de empregos do mercado de trabalho capitalista. Logo, a população mais pauperizada que garantia sua existência através de trabalhos temporários, precários e sem qualquer benefício trabalhista, se fazia impedida de acessar essa política pública.

Enquanto observávamos uma incipiente política habitacional voltada à classe trabalhadora, a demanda por moradia crescia graças a oferta direta e indireta de trabalho decorrente do avanço industrial que contribuiu diretamente para o adensamento da cidade do Rio de Janeiro e expansão das favelas.

Junto ao processo de adensamento do centro urbano, observamos também o processo de valorização do solo. Tal processo se dava em maior escala na região central e nos bairros da zona sul. O Estado, ao mesmo tempo que entendia o papel da moradia no avanço da produção capitalista, defrontava-se com a mercantilização do solo, exigindo a adoção de uma política, mesmo que de forma provisória, que atendesse à oferta de moradia e que, ainda, contribuísse para a remoção das favelas.

Assim, ainda na década de 1940, temos o já mencionado Programa de “Parques Proletários Provisórios” que previa o abrigamento de famílias de favelas removidas que passaram a ocupar alojamentos coletivos de madeira com a promessa de que logo seriam contempladas com uma unidade habitacional definitiva. Nesse primeiro momento, o poder público limitou-se à construção de três parques:

**Tabela 6 Programa Parques Proletários**

<b>Parque</b>	<b>Região</b>	<b>Unidades Habitacionais</b>	<b>População atendida</b>
<b>01</b>	<b>Zona Sul</b>	804	2.500
<b>02</b>	<b>Zona Norte</b>	180	720
<b>03</b>	<b>Zona Sul</b>	162	800

**Fonte: Silva (2016)**

O primeiro parque se refere ao Parque Proletário da Gávea, localizado na Rua Marquês de São Vicente, nº 147, que abrigava famílias removidas das favelas

Olaria, Capinzal<sup>33</sup> e Largo da Memória<sup>34</sup>. Vizinha à PUC-Rio. No terreno ocupado pelo antigo parque, temos hoje o estacionamento da faculdade em questão e o canteiro de obras da Linha 4 do Metrô Rio<sup>35</sup>.



**Figura 26- Foto aérea do Parque Proletário da Gávea, e ao fundo o prédio da PUC-Rio.  
Acervo do Núcleo de Memória PUC-Rio, ano 1974.**

Apesar de provisório, o parque em questão perdurou por duas décadas<sup>36</sup>. No ano de 1950, a área já era identificada pelo Censo como uma favela. Mesmo que houvesse uma aparente organização por parte do governo, as condições de habitabilidade eram muito precárias, além de serem construídos com madeira que reforçavam seu caráter provisório. Dispunha de banheiros coletivos, sem rede de esgotamento. Dessa forma, pouco se diferenciava das condições de insalubridade encontradas nas favelas cariocas e que já traziam estranhamento por parte da população mais abastada.

Mais do que o processo de valorização da terra, a negativa se dava também em virtude do temor decorrente das primárias mobilizações dos favelados

<sup>33</sup> As favelas Olaria e Capinzal localizavam-se na Rua Marques de São Vicente, no bairro da Gávea.

<sup>34</sup> A favela Largo da Memória surgiu na década de 1930 no leito da antiga Rua do Sapé, que levava à Praia da Gávea que posteriormente foi renomeado Leblon. Sua remoção se deu no ano de 1942. Hoje no local, está instalado o 23º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

<sup>35</sup> As obras do metrô encontram-se suspensas desde o ano de 2015, sem previsão de retorno.

<sup>36</sup> Na década de 1970 ocorreu a demolição do Parque Proletário e a remoção de seus moradores.

inerentes às reivindicações voltadas para permanência nesses espaços que resultaram na formação da comissão de favelados da Zona Sul, que se opunha a remoção das favelas e transferência de seus moradores para os Parques Proletários. (Sousa, 2003, p.48) Observa-se também a presença de outras iniciativas, tais como mobilizações e passeatas que reivindicavam a permanência das favelas do Borel e Santa Marta.

Se as favelas representavam um *lôcus* de resistência e subversão, o Estado mantinha o controle dos Parques Proletários através de uma ideologia “higienista-civilizatória” que garantia o controle social desses espaços. Para Rodrigues (2016), o programa representava um controle social em meio a um autoritário discurso, característico do Estado Novo. Ainda no que refere aos critérios de seleção, cabia a estes moradores o registro no posto policial local e estar de posse do seu cartão político.

A seleção das famílias se dava por meio de uma pré-inscrição que tinha como primeira exigência que o candidato trabalhasse na zona sul da cidade. Dessa forma, o Estado, por meio da influência católica e do uso da força de trabalho das Assistenciais Sociais, garantia a realização de ações assistenciais e organizacionais, ofertando aulas de consciência cívica e moral e controle sanitário de suas famílias<sup>37</sup>. Para Yamamoto (1982, p.171), a figura da mulher era vista como naturalmente vocacionada para a realização das ações educativas e caridosas cabendo a elas garantirem a preservação da ordem moral e social daquele espaço físico. Para isso, o profissional de Serviço Social deveria ser enquadrar no seguinte perfil:

(...) ser um pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento ao amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc. (Yamamoto, 1982, p. 221)

<sup>37</sup> A primeira Escola de Serviço Social no Brasil foi inaugurada pela Puc de São Paulo, no ano de 1936, na cidade de São Paulo. A origem da profissão foi marcada pela forte influência da Igreja Católica, permeado por uma formação pautada na doutrina social da referida igreja. No ano seguinte, tivemos o surgimento da Escola de Serviço Social da Puc Rio que seguia a mesma direção da faculdade de São Paulo.



Com o fim do Estado Novo e a democratização, os políticos passaram a se voltar às favelas para garantir votos. Observou-se, assim, a emergência da “política da bica d’água”, na qual o político durante o período eleitoral, para angariar votos da população favelada, prometia a implementação de bicas nesses espaços (Gonçalves, 2006. p.4). Como podemos constatar, a prática da visita de políticos às áreas mais pobres da cidade, próximo do período eleitoral, é uma prática que perdura há décadas. Com o adensamento dessas áreas, o número de leitores ali residentes, poderia representar a posse a um cargo político almejado. Enquanto observávamos uma baixa densidade nas áreas ocupadas pela população de renda média e alta, a densidade nas favelas, se fazia muito mais elevada, atraindo rapidamente a atenção de diferentes políticos.

**Tabela 7 Densidade demográfica comparado à distribuição de renda no município do Rio de Janeiro (1960)**

Distribuição de renda	Habitantes por hectare
População de renda média e alta	116
População de baixa renda	989

**Fonte: Bohadana, 1983.**

A aproximação dos políticos não representaria uma garantia para a permanência dessas favelas. Para Gonçalves (2006), a tolerância era variável de acordo com a localização da favela em questão. Se esta estivesse localizada em um bairro da zona sul era passível de um maior controle pelos órgãos públicos, diferentemente daquelas localizadas nos bairros suburbanos. Isso permitiu uma maior consolidação de favelas mais periféricas, enquanto os poderes públicos exerciam um maior controle sobre as favelas mais centrais, mantendo o caráter precário e provisório dessas favelas.

**Tabela 8 Heterogeneidade do padrão das construções em áreas favelizadas da cidade do Rio de Janeiro**

<b>Região</b>	<b>Construções de alvenaria (%)</b>	<b>Construções de material precário (madeira, papelão, chapa) (%)</b>
<b>Zona Sul</b>	0,7	99, 03
<b>Subúrbio</b>	48	52

**Fonte:** Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado (1957) apud Gonçalves (2006)

Ao analisarmos os dados apresentados na tabela acima, vemos a disparidade quando comparamos o padrão de moradia por região da cidade. Enquanto as favelas da zona sul apresentam um irrisório número de construções em alvenaria, que não chega a 1% das construções, no subúrbio, há uma divisão equilibrada entre as construções de alvenaria e as com material precário.

Mesmo que estas favelas tivessem seu processo de ocupação constituído por meio de invasão de terrenos públicos e privados, os moradores das favelas da zona sul conviviam de forma muito mais latente com o medo de serem removidos, enquanto os moradores das favelas suburbanas, sem aparente pressão por parte do Estado e da especulação imobiliária, afastavam-se do fantasma da remoção e da temporalidade. Para Gonçalves (2003), enquanto os moradores das favelas suburbanas investiam suas economias na melhoria de suas casas, a população favelada da zona sul priorizava a aquisição de bens que poderiam ser levados junto deles no momento da remoção.



**Figura 27- O pouco que se leva, remoção Morro do Pasmado. Acervo: O Globo, 1963**

Assim como tantas favelas da zona sul, a favela dos Guararapes também se enquadrava nesse caráter provisório. Desde seu surgimento, seus barracos eram levantados com o uso de materiais precários: estuque, madeira e latão.



**Figura 28- Barracos de materiais precários espalhados pela encosta da Favela dos Guararapes. Acervo: Jornal do Brasil, 1965**

Mesmo após o processo de compra das terras por seus moradores<sup>38</sup>, pouco se modificou o padrão dessas moradias, a promessa de construção de casas populares por parte do poder público a ser destinada aos seus antigos moradores fez com que o caráter provisório se mantivesse ainda por mais uma década. Dessa forma, cabia à Associação de Moradores controlar a construção e melhorias das unidades no período em questão. Esse monitoramento se fazia contínuo e todas as solicitações referentes às obras e melhorias eram apresentadas à Associação de Moradores dos Guararapes (AMOG) e avaliadas pelo corpo diretor da associação:

As 19h15 foi fado o início da Reunião. Com a palavra do Sr. Presidente, que saudou os demais diretores e nomeou Francisco Mathias como relator e querendo saber como estava, sendo feita a licença do Sr. Antenor, com a palavra o Sr. Cláudio de Moraes, explicando que a mesma tinha sido feita e assinada pelo Vice-Presidente.

Com a palavra, o Sr. Relator que explicou que as autorizações deveriam ser dadas na presença do Sr. Diretor Social, que marcaria o devido lugar de construção, depois então é que deveria ser aprovada pela Diretoria, caso o solicitante, concordasse com a marcação da (Amog). (Ata de Reunião de 05 de dezembro de 1967)

Assim como narrado em ata, a realização de obras dentro das terras dos Guararapes, se fazia de forma organizada. Cabia ao associado, que estivesse com suas prestações em dia, a solicitação para a construção ou melhoria prevista. Mesmo que tivesse sido concretizada a compra das terras dos Guararapes, esta teria se dado por meio de três grandes lotes (números 178,184 e 190) e não em lotes individualizados de acordo com o número de associados. Dessa forma, qualquer intervenção deveria ser previamente autorizada pela Associação de Moradores. De posse do pedido, o Diretor-Social Nivaldo Alves da Conceição, cuja profissão era a de Pintor realizava uma vistoria no barraco ou área a ser construída e em reunião, emitia seu “parecer”:

Caso Maria, reforma do barraco:

Ficou resolvido que poderia fazer a reforma do barraco, caso ela derrubasse a parte em perigo, citado por ela e visto pelo Diretor Social, foi pedido pelo Diretor Social para ser enviado um ofício a citada Sra. Com 1ª e 2ª via para que a mesma lê-se e assinasse. (Ata de Reunião Extraordinária de 11 de fevereiro de 1968).

<sup>38</sup> A negociação para a compra das terras perdurou por anos, se fazendo possível apenas no ano de 1967. O processo de compra das terras dos Guararapes será aprofundado no terceiro capítulo.

A Associação de Moradores dos Guararapes justificava que esse rígido controle se fazia necessário para o bem dos seus associados. Desde que se iniciou a ideia da compra das terras dos Guararapes, os irmãos Couto, moradores do local, defendiam a necessidade de ser feito um projeto de urbanização da área. Tal projeto deveria se dar de forma participativa em que o governo entrasse com o recurso financeiro e material, enquanto a população disponibilizava a mão de obra. Se na gestão de Carlos Lacerda, essa tentativa se fez frustrada, a gestão de Negrão de Lima dava esperanças, desde que a aquisição desse terreno se desse por vias “legais”.

Ao ser efetivada a compra em julho de 1967, a AMOG acreditava que seu projeto urbanístico, que previa a construção de unidades habitacionais destinadas aos seus associados, finalmente seria concretizado. A orientação era para que os moradores aguardassem, já que a ideia era que todos os barracos fossem substituídos por casas de alvenaria.

Então, nós freamos o processo na esperança, veja bem, porque o negócio parou e o crime que cometeram contra Guararapes, porque nos foi prometido, isso inclusive com documento, que a partir do momento que nós tivéssemos a documentação em dia nós seríamos alvo imediatamente de uma urbanização. Vai daí a necessidade que nós tivemos de trancar para evitar que o meu vizinho ao lado gastasse dinheiro em tijolo e fizesse sua casa de tijolo como ele pensa, como ele esquematizou a casa, como ele acha que vai ser a casa dele e que ela amanhã poderia ser atingida pelo trâmite da urbanização, ele perderia aquele dinheiro, perderia aquele esforço. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978)

Se até então o Estado dava a entender que aceitaria a natureza provisória das favelas através da promulgação da Lei das favelas (lei 2.875 de 1956), o poder público se mostrava favorável ao avanço do discurso remocionista das favelas. Mesmo que a lei tivesse vetado a remoção das favelas no período de dois anos, essa proibição tinha um recorte temporal muito bem definido. Dessa forma, o Estado alegava que as famílias que ali residissem, deveriam ser alocadas em moradias “dignas” e, obviamente, seu novo endereço se daria bem distante daquela favela, em uma unidade habitacional construída graças à valorização da concessão de créditos por parte do poder público (Gonçalves, 2006, p.4).

Desde então, a remoção se fazia justificada pela garantia da oferta de uma moradia digna, na qual previa-se a construção de conjuntos habitacionais que abrigariam as famílias faveladas. Mais do que garantir uma melhor qualidade de

vida para essas famílias, o avanço da política remocionista não se fez norteado por preceitos “humanitários”. A especulação imobiliária crescente nos bairros da zona sul do Rio de Janeiro impunha-se e a afirmação de que a favela representava a “exclusão” de sua população não fazia sentido, já que estes estavam plenamente inseridos na esfera econômica, cultural, eleitoral da cidade (Amoroso, 2009, p.97). Logo, mesmo que os moradores das favelas contribuíssem para a reprodução do capital e do desenvolvimento urbano, a estes, de acordo com Gonçalves (2006), era negado o pleno direito à cidade.

(...) realidade provisória e sob o subjetivo termo “irrecuperável”, pôde-se classificar todas as favelas indesejáveis, sobretudo as situadas nos bairros mais valorizados da Zona Sul. A estrutura jurídica que legitimava a política de erradicação estava, enfim, configurada. (Gonçalves, p. 6, 2006).

O crescimento acelerado das favelas versus a mercantilização da terra desencadeou a consolidação de uma prática de atuação pautada em ações de repressão e remoção das favelas que ficou evidenciado durante o regime militar. O Estado implementava um controle urbano que partia de uma compreensão antagônica em que suas ações eram construídas em meio às disputas de classes existentes, atravessada pelas exigências econômicas da classe dominante. Para Brum (2012), o “problema-favela” clamava por uma solução urgente. Com um crescimento exponencial, em uma década (1950/1960), o número de habitantes nas favelas havia dobrado.

**Tabela 9 Crescimento das Favelas no Estado da Guanabara**

<b>Décadas</b>	<b>1920</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>
<b>Nº de habitantes</b>	100.000	169.305	335.063

**Fonte: Denaldi, 2003**

Ao pensarmos a força de trabalho como uma mercadoria dentro de um sistema econômico capitalista é importante também pensarmos o espaço urbano mais do que um espaço que concentra as forças de trabalho, capital, consumo e relações sociais. Ele também representa um espaço de controle e instrumento político por parte do Estado à medida que este “assegura seu controle dos lugares, sua hierarquia estrita, a homogeneidade do todo e a segregação das partes. É

assim, um espaço controlado administrativamente e, mesmo, policiado” (Lefebvre, 1974, p.321).

Por anos, o Estado se recusou a pensar em uma política habitacional que beneficiasse a população mais pobre, hora ou outra, arranjos políticos levavam à ilusão de que o governo poderia atender aos anseios da população pobre. Dessa forma, ao pensarmos o processo de urbanização vigente na sociedade capitalista contemporânea, registramos o espaço urbano, não apenas como um espaço de acumulação da riqueza, mas, também, de miséria, de concentração e segregação, enfrentamentos e confrontos, como um verdadeiro espaço de contradições (Lefebvre, 1999, p. 80). Dentre as contradições existentes, chamamos atenção para a elaboração da legislação urbana, fundamental para o processo de instrumentalização do espaço urbano, ao qual, claramente, privilegia uma pequena parte da população, com a adoção de medidas e exigências elitistas, observáveis ao longo da década de 1960, década esta que privilegiou a erradicação, segregação e estigmatização das favelas. (Gonçalves, 2006 p.2).

Enquanto as favelas da zona sul representavam um problema social, a transferência dessa população favelizada para as zonas oeste e norte eram vistas com bons olhos não apenas para o mercado imobiliário como também, para o setor industrial. De acordo com Brum (2010, p.4) no momento que o Rio de Janeiro deixava de ser a capital federal, se fez desenhado um plano diretor que previa a realocação das indústrias localizadas no centro urbano e zona sul, para terrenos localizados nas zonas oeste e norte. Dessa forma, o reordenamento do espaço urbano se faz movido aos interesses econômicos e a classe trabalhadora, mais uma vez, é convocada a atender os anseios da burguesia.

A transferência dos moradores das favelas da zona sul para os conjuntos localizados na zona norte, particularmente na área da Leopoldina, se conjugaria com uma política de expansão da oferta de empregos nesta região, através da instalação de indústrias, que era cortada por uma grande via expressa, próxima às ligações da Guanabara com o resto do país, através das rodovias Rio-São Paulo e Rio-Bahia, e por dois ramais de trem. (Brum, 2010, p.5)

### 3.1

#### **Estigmatização da favela: epicentros da marginalidade urbana?**

O termo “estigma” foi criado pelos gregos. Atrelado a sinais corporais que sinalizavam que aquele indivíduo era um escravo, criminoso ou traidor. Esses sinais poderiam ser feitos por cortes ou marcas de fogo e quem o tivesse era vetado do convívio social e de circular em lugares públicos. Durante a Era Cristã, a palavra “estigma” tem seu sentido ampliado. Para alguns significava marcas corporais de graça divina, já para outros representava sinais corporais de distúrbio físico (Goffman, 2017, p.11).

Atualmente, o termo “estigma” ganha um novo significado. Vivemos em uma sociedade em que definir um indivíduo como estigmatizado está atrelado à sua inclusão em determinada categoria social, que pode ser ditada por sua cor de pele, endereço, características econômicas, culturais e sociais. A política de remoção de favelas nos anos 1960 se legitimou pela imposição de forte estigma aos moradores de favelas. De acordo com Gondim (1982, p. 34), os poderes públicos, no contexto da política remocionista de Carlos Lacerda, alegavam que a remoção e favelas representava uma “integração” dessas famílias à sociedade.

"A casa, ou melhor, o embrião de casa que se constrói e que se oferece à venda, é a chave do êxito do plano da COHAB ( . . . ). Afora esse aspecto financeiro, existe outro de maior importância que diz respeito à mudança de atitude do ex-favelado. A oportunidade de adquirir casa altera substancialmente seu modo de vida. Os compromissos assumidos envolvem novas responsabilidades, que exigem aumento de sua produtividade. Hábitos higiênico-sanitários tornam-se rotineiros. Enfim, o ex-favelado percebe à sua frente perspectivas mais amplas e não as renuncia." (COHAB-GB, Relatório Geral 1963 apud Gondim, 1982, p.34)

Era notório que o processo de estigmatização das famílias faveladas anulava as diferenças existentes dentro de um determinado “grupo”, igualando-os por meio de um processo de “acusações generalizadas” e associando-os a termos estigmatizadores (“áreas de risco”, “lepra urbana”, “outras cidades” (Brum, 2010, p.97). A marginalização só poderia ser dissociada ao sujeito, no momento que ele abandonasse as favelas.

Ser favelado tornou-se um elemento que o diferenciava socialmente, dentro de uma classificação junto a outros grupos sociais, não apenas pela sua condição de pobreza, mais, em especial, pela sua localização geográfica e status



de “ilegalidade e/ou irregularidade” associado à sua moradia (Brum, 2010; Gondim, 1982).

O fato de se encontrarem numa situação ilegal com relação à propriedade da terra que ocupam, torna os favelados muito mais vulneráveis à intervenção estatal de que outros grupos de baixa renda, como por exemplo, os moradores de conjuntos habitacionais e de loteamentos periféricos. (Gondim, 1982, p.32)

A favela carregava um estigma que a faz ser enxergada dentro do tecido urbano como uma “realidade doentia que destoava dos outros ambientes urbanos” (Kowarick, 1993; Oliveira, 2013). As favelas eram consideradas espaços de construções precárias, onde seus moradores descumpriam a legislação vigente associando-os à um problema social.

Tal fato fica evidente em diferentes fontes jornalísticas, que elencaram a história da favela dos Guararapes ao longo das décadas. Dentre as inúmeras reportagens que evidenciaram tal discurso, destaca-se a reportagem de 16 de dezembro de 1966, em que o Jornal *Correio da Manhã* discorreu sobre o processo de remoção das favelas. Em sua reportagem “Remoção de nove mil favelados é difícil”, evidenciou o avanço de uma política de erradicação das favelas e das habitações “anti-higiênicas”<sup>39</sup>. Assim como era evidenciado pelos jornais, médicos, legisladores, escritores e assistentes sociais também associavam a favela a um cenário de degeneração, adoecimento, promiscuidade e miséria (Almeida, 2016, p.206).

Apesar da previsão da função social da propriedade na legislação brasileira desde a constituição de 1934, o Estado justificou as remoções, tendo em vista a proteção da propriedade privada. A conjuntura política favorecia o processo de exclusão da população mais pobre dos centros urbanos. A Secretaria de Serviços Sociais, teve em sua direção, profissionais de diferentes formações, como foi o caso da temida Secretária Sandra Cavalcanti, que assumiu este cargo no período de 1962-1964, deixando-o para assumir o cargo de presidente do Banco Nacional de Habitação, através de uma indicação vinda do então Presidente da República, general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967)

A Secretaria de Serviços Sociais assumia o dubio papel de garantir a proteção social ao mesmo tempo que desempenhava o controle da população

---

<sup>39</sup> O termo habitações anti-higiênicas é usado pelo Jornal *Correio da Manhã* e atribuído às habitações das favelas cariocas. Por sinal, até 1962, existiu o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e habitações Anti-higiênicas (SERFHA).

mais pauperizada (Valladares, 2000 p.21). Se a atuação do poder público nas áreas de habitação popular, em um primeiro momento, se fez norteadada por uma perspectiva de diálogo, a partir da gestão de Cavalcanti, reforçou um discurso de apoio à remoção das favelas.

A remoção atendeu, sobretudo, os bairros mais centrais e da Zona Sul e era pleiteado em vários lugares, como demonstra a reportagem do Jornal do Brasil, de 08 de outubro de 1972, “Santa Teresa exhibe passado, mas reclama soluções atuais”<sup>40</sup>, que relatava que os moradores de Santa Teresa não desejavam desenvolver ou expandir o bairro, mas sim conservar suas características e embelezá-lo cada vez mais. Cobravam do Estado a resolução das mazelas da civilização - **extinção das favelas**, iluminação moderna, policiamento mais eficiente, praças públicas e transportes regulares. Nessa reportagem, ficou explícito o repúdio a existência das favelas, visto que elas destoariam da arquitetura ali predominante.

### 3.2

#### O caso dos Guararapes

Apesar da expansão das remoções nesse período, sobretudo na Zona Sul, algumas favelas conseguiram permanecer, como foi o caso da favela dos Guararapes. Como analisaremos mais detalhadamente no próximo capítulo, seus moradores adquiriram a titulação da terra por meio da compra do terreno. Os periódicos passaram a se referir ao Guararapes como um condomínio, desvinculando-os inicialmente da forma pejorativa que se fazia associada à palavra “Favela”.

No que tange à política de saneamento das favelas, o Programa a cargo da Fundação Leão XIII<sup>41</sup> contemplaria 26 favelas do Estado da Guanabara, estas, majoritariamente, localizadas em áreas de menor valor imobiliário: Morro São João, Barro Vermelho, Jacarezinho, Cachoeira Grande, Fernão Cardim, Catumbi, Nova Holanda, Dendê, Praia do Pinto, Morro da Matriz, Parque São Sebastião, Vila da Penha, Baixa do Sapateiro, Maré, João Cândido, São Carlos, Borel, Salgueiro, **Guararapes**, Jardim Zoológico, Vila Croácia, Morro dos Telégrafos,

<sup>40</sup> Jornal do Brasil, 08 de outubro de 1972.

<sup>41</sup> A Fundação Leão XIII foi criada no ano de 1947, sendo um projeto de ação nacional e local para as favelas do Estado da Guanabara, que agrupava União, Prefeitura do Rio de Janeiro e entidades privadas com amplo apoio da grande mídia. (Costa, 2015, p. 130)

Vila Nova, Barreira do Vasco, Vila São Jorge e Nova Brasília. O escopo da obra previa:

(...) melhorias das vias de acesso, retificação e revestimento de valas, construção de muro de arrimo, de reservatório de água de água com capacidade para 50 mil litros e de um canal para captação de águas pluviais e de grande caixa de contensão, retificação da rede distribuidora de água e obras de mutirão (Jornal do Brasil, 19/08/1962)<sup>42</sup>.

No que diz respeito à favela dos Guararapes, previa-se a captação e canalização da nascente do rio Carioca, melhorias nas vias de acesso, construção de duas lixeiras e obras de mutirão. Através das entrevistas realizadas, observou-se que a melhoria nas vias só se fez naquelas que ligavam à favela a seu entorno, visto que já na década de 1970, observavam-se queixas referentes à ausência da pavimentação nas vias localizadas dentro da favela. Além disso, a canalização do rio Carioca não era de interesse exclusivo aos moradores, já que outras famílias localizadas fora da demarcação da favela também se beneficiariam com esta intervenção urbanística.

Quanto ao uso do mutirão, ele se fez possível em diferentes momentos nos Guararapes, desde a década de 1960. A eficácia do Projeto Mutirão exigia maior aproximação das Associações de Moradores que deveriam cooperar com o poder público. Essa intermediação era realizada por meio da Coordenação dos Serviços Sociais.

A abordagem, portanto, estabelecia uma mudança na relação entre o morador e as autoridades de assistência. A subordinação do “cliente” ao profissional provedor do serviço (que possui conhecimento e status superior, pois é investido de autoridade pelo Estado) passa a ser substituída por uma abordagem que propõe uma parceria com os profissionais, uma corresponsabilização (Almeida, 2016, p.348)

Como mencionamos anteriormente, a Coordenação dos Serviços Sociais da Guanabara sob a gestão de José Arthur Rios (1960-1962) pautou suas ações na autoconstrução assistida e no desenvolvimento das favelas. No entanto, em decorrência de uma pressão imposta pelo avanço da especulação imobiliária, a ideia de urbanização das favelas deu lugar ao avanço de uma política remocionista, direcionada pela figura de Sandra Cavalcanti à frente da coordenação de Serviços Sociais a partir de 1962 (Gonçalves, 2015, p.102).

<sup>42</sup> Jornal do Brasil, 19 de agosto de 1962.

Com o auxílio de policiais, 14 marginais foram banidos da favela e nunca mais voltaram porque ali “não há mais lugar para desocupados”. Os pais de família em condições de trabalho, foram chamados para uma reunião na sede da União Pró-Melhoramentos, a fim de iniciar uma pequena urbanização do local. Com isso, água e luz foram instaladas em todos os barracos. Para evitar a proliferação da favela, A União Pró-Melhoramentos instituiu uma espécie de licença, com a qual é permitida a realização de qualquer obra nos barracos. Sem a licença a obra é interdita pelo Diretor da Obras da União, que também é um favelado. Os fins de semana, geralmente dedicados ao descanso, passou a ser ignorado na Favela dos Guararapes, pois aos sábados e domingos todos trabalham até de madrugada. (Jornal do Brasil, 29 de julho de 1965).

Segundo Cláudio Moraes, ex-presidente da Associação de Moradores dos Guararapes, durante o Documentário “Associação dos Moradores dos Guararapes” do cineasta Sérgio Péo, a União de Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes consolidou-se no contexto dos mutirões organizado pelo governo da Guanabara com recursos da Aliança para o Progresso. No ano de 1961, a favela dos Guararapes, interessada em ser uma das favelas contempladas pela distribuição da verba advinda do Fundo do Trigo<sup>43</sup>, fundou a União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes.

Por conta de 1960, com a introdução aqui no Brasil de uma verba oriunda da Aliança Para o Progresso, houve a necessidade de que as comunidades favelas criassem uma mentalidade associativa, estava então dando início a fundação de uma série de associações que se denominavam União de Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes. (Cláudio de Moraes, 1979, trecho do documentário “Associação dos Moradores dos Guararapes”)

Dentro dessa perspectiva, a União de Pró-Melhoramento e Assistência Social apresentava como prioridade máxima a construção de uma rede de esgotamento que atendesse toda a favela. Para sua construção, o poder público poderia contar com a ajuda dos seus próprios moradores no formato mutirão.

Reivindicam inicialmente, a construção de uma rede de esgotos, pois as crianças do local estão constantemente atacadas de verminoses, porque brincam em córregos contaminados. Em seguida, desejam construir ruas de acesso, com calçamento. Para

<sup>43</sup> Ajuste comercial estabelecido entre o Brasil e os Estados Unidos, na década de 1950, que visava ao escoamento de excedentes agrícolas norte-americanos. Com durabilidade prevista 40 anos para sua validade, era estabelecido o cruzeiro como moeda básica de pagamento e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) responsável pela fiscalização da sua execução e depositário do resultado de suas operações. (Bortone, 2020)

tudo isso, precisam do apoio do Estado, que através do Departamento de Recuperação de Favelas poderá doar o material necessário para as obras, uma vez que “mão de obra” é abundante na favela, em vista da grande quantidade de homens desejos de melhorar o local.<sup>44</sup>

Através de recursos do Fundo do Trigo, a União Pró-Melhoramento, por meio de regime de mutirão, deu início a uma série de melhorias, como a construção de três escadas que permitiriam maior acessibilidade pelas ladeiras íngremes dos Guararapes, realizando ainda, obras de captação e canalização de água potável. Antes disso, assim como tantas outras favelas, o acesso à água potável se dava por meio de uma bica pública, como informado pelo líder comunitário Cláudio de Moraes, em reportagem de 25 de março de 1977 ao Jornal do Brasil.

A Fundação Leão XIII perpassava questões relativas à habitação, perpetuando uma prática assistencialista por meio da oferta de serviços voltados à promoção da saúde e no âmbito da educação. Da mesma forma que a Fundação Leão XIII assumia um papel “educativo”, ela também estabelecia uma relação próxima às Associações de Moradores. Tal aproximação se dava dentro de uma perspectiva de “doutrinar” esses espaços e estabelecer um controle desses moradores (Nunes, 2018, p. 163). Tal relação ficou evidente nos Guararapes e nas favelas vizinhas. Enquanto parte das terras do entorno pertenciam à Igreja Católica, nos Guararapes, o controle da Igreja partia de um discurso religioso e educativo. A relação da Igreja junto à União de Pró-Melhoramento se fez de forma intensa, mais do que contribuir com a construção de um prédio voltado à educação, capacitação e cuidados médicos ofertados aos moradores dos Guararapes, a igreja instalou ainda na década de 1960 uma capela dentro da favela e se mostrou em diferentes momentos favorável ao processo de compra das terras, idealizado por seus moradores<sup>45</sup>.

Por meio do Decreto Estadual nº 1.162, datado em 30 de agosto de 1962, fica estabelecido que as favelas e os parques proletários deveriam ser geridos pelas Regiões Administrativas (R.A.) criadas pelo governador Carlos Lacerda como forma de descentralização política e também como estratégia política para suplantir práticas clientelista fortemente arraigada nos bairros.

Para Gonçalves (2013, p.217), a governança de Carlos Lacerda ocorreu de forma contraditória, se num primeiro momento, como já mencionamos, em

---

<sup>44</sup> Jornal do Brasil, 29 de dezembro de 1965.

<sup>45</sup> Tais pontos serão discutidos no terceiro capítulo desta tese.

consonância aos ditames do sociólogo José Arthur Rios<sup>46</sup>, responsável pela Coordenação dos Serviços Sociais, o governo do Estado adotou uma política urbana que aventou a urbanização das favelas. Os recursos para a urbanização viriam do Programa estadunidense Aliança para o Progresso que pretendia prestar Assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina no contexto do governo Kennedy de angariar apoio e influência na América Latina para bloquear a influência comunista após a revolução cubana. Pactuado em agosto de 1961 por 22 países com os EUA, tais países comprometeram-se a executar um plano de desenvolvimento, enquanto caberia aos Estados Unidos contribuir com parte dos custos das obras.

**O GLOBO em foco**

RIO DE JANEIRO — SEGUNDA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1961

## KENNEDY EXPORÁ HOJE SUA "ALIANÇA PARA O PROGRESSO"

**W**ASHINGTON, 12 (A. P. — O GLOBO) — O Presidente John Kennedy apresentará amanhã, aos Embaixadores latino-americanos o plano denominado "Aliança para o Progresso", com que se propõe robustecer a democracia e o desenvolvimento econômico no Hemisfério Ocidental. Kennedy falará aos diplomatas após uma recepção na Casa Branca, às 17 horas. Mensagem especial sobre o programa será enviada pelo Presidente ao Congresso depois de amanhã.

Não foram convidados os embaixadores de Cuba e da República Dominicana na O.E.A., porquanto os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com esses países. Conquanto se espere que o Presidente trate do problema cubano em seu discurso, o ponto central do pronunciamento, segundo funcionários norte-americanos, será a promessa estadunidense de ajudar de maneira constante os povos latino-americanos que se disponham a ajudar-se a si próprios.

**Definição**

O Presidente, que usou a frase "Aliança para o Progresso" em seu discurso de posse, definiu-a em outubro último da seguinte forma: "aliança de nações com interesse comum na liberdade e no progresso econômico, num grande esforço coletivo para desenvolver os recursos de todo o Hemisfério, revigorar as forças da democracia e ampliar as oportunidades vocacionais e educativas de cada indivíduo da América".

No que se refere ao repúdio de Kennedy ao regime de Fidel Castro, seu Governo está ultimando planos para suprimir as últimas compras que os Estados Unidos ainda fazem a Cuba, num total de 65 milhões de dólares por ano. Espera-se que a supressão seja anunciada no começo da semana, talvez após o discurso presidencial aos Embaixadores. Estas importações compreendem fumo, melão, frutas e verduras.

A mensagem presidencial ao Congresso, além de delinear o programa para a América Latina, dará a conhecer, segundo consta, os planos de aplicação do fundo especial de 500 milhões de dólares aprovado no ano passado como ajuda aos países latino-americanos.

**Reação Cubana**

HAVANA, 12 (A. P. — O GLOBO) — "Trensa Latina" criticou hoje a conferência que o Presidente Kennedy terá amanhã com os Embaixadores latino-americanos em Washington. "De modo geral, os Embaixadores não esperam que a espetacular reunião seja vantajosa para a América Latina", disse um despacho da agência do Governo cubano, procedente da capital norte-americana. Acrescenta que os comentaristas não vêem no encontro senão "uma manobra contra a revolução cubana e contra os povos do Hemisfério que desejam sacudir o jugo imperialista".

Figura 29- Apresentação do Programa Aliança para o Progresso. Arquivo: Jornal O Globo, 13/03/1961.

<sup>46</sup> De acordo com Gonçalves (2013), José Arthur Rios permitiu a consolidação de uma nova relação entre o Estado e as Associações de Moradores. Ele foi responsável pela implementação de uma política que promovia a promoção da urbanização das favelas a um baixo custo. Possível graças a oferta de material e orientação técnica por parte do Estado, enquanto a execução da obra era de responsabilidade dos moradores das favelas contempladas pelo programa de urbanização.

O primeiro ano de execução do Programa Aliança para o Progresso, em solo brasileiro, foi marcado pela doação de 1 bilhão de cruzeiros ofertados pelo governo Norte americano, noticiado no Jornal do Brasil de 19 de agosto de 1962, como título “Aliança festeja primeiro ano com presente de bilhão a favelas”<sup>47</sup>:

Um bilhão de cruzeiros, oferecido pelo Governo norte-americano, dentro do espírito do programa Aliança para o Progresso- cujo primeiro aniversário transcorreu na semana passada- está sendo aplicado pela Fundação Leão XIII, em sua nova fase estatutária e administrativa, num arrojado projeto, jamais tentado na Guanabara, de urbanização, remoção, assistência social e saneamento das favelas.

Os primeiros aspectos positivos do empreendimento são revelados pelo surgimento das cumeeiras de 400 das primeiras 1500 casas- de tijolos e telhas- que serão entregues até o fim do ano aos favelas, cujos barracos impedem no momento, o prosseguimento das obras da Sursan - Avenida Radial Oeste e Canal de Parada de Lucas- e a ampliação do parque industrial do Estado (Jornal do Brasil, 19/08/1962).

Por meio de um acordo estabelecido entre o governo de Carlos Lacerda e a Agência Norte americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), que tinha um enfoque maior nos assuntos voltados à habitação popular. Sob esse viés e através da lei nº 480 da República dos Estados Unidos, o valor decorrente da venda de produtos agrícolas ao país brasileiro seria destinado para o programa de urbanização parcial de algumas favelas cariocas, a urbanização total de uma favela carioca, assim como a construção de unidades habitacionais populares (Gonçalves, 2013, p. 215).

No entanto, em pouco tempo, esses recursos foram utilizados na política remocionista.

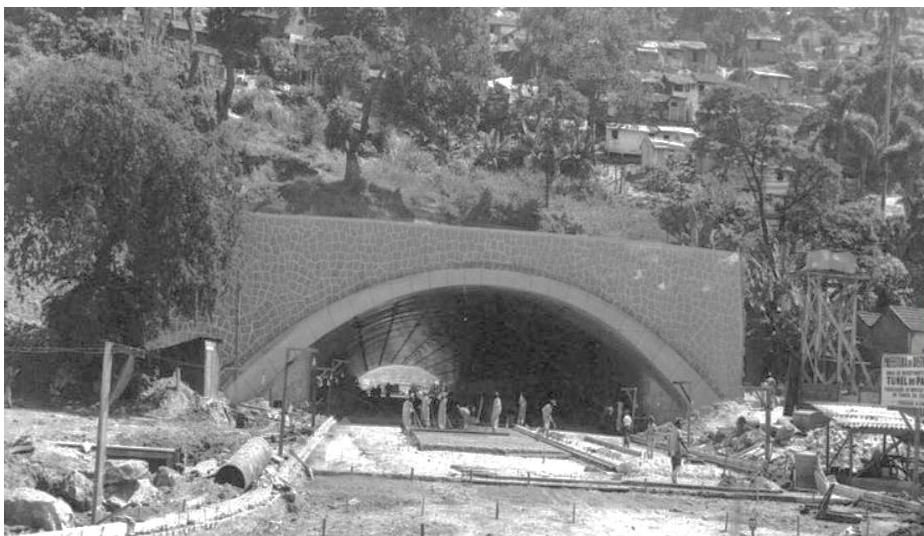
A erradicação de favelas ganha corpo ao longo da primeira metade do século XX, caminhando para se tornar uma prática consolidada do poder público. Entretanto, a transformação dessa abordagem em uma política pública de larga escala é notada, principalmente, a partir dos anos de 1960. Formatada após 1962, durante a administração estadual da Guanabara de Carlos Lacerda (1960-1965), a política de remoção foi federalizada pelos militares após 1964. Além de ser um dos diversos elementos da sólida estrutura que formaram a política habitacional, um dos principais pilares da política econômica do período, deixou o seguinte saldo: eliminação de históricas favelas do valorizado metro quadrado da zona sul carioca, mais visivelmente nos bairros do Leblon e da Lagoa, contribuindo consideravelmente para a

---

<sup>47</sup> Jornal do Brasil, 19 de agosto de 1962.

construção de um espaço segregado e prejudicando um grande contingente populacional a ter acesso a serviços diversos e oportunidades de emprego. (Gonçalves e Amoroso, 2014, p.210)

Durante a gestão Carlos Lacerda, registrou-se a remoção de 8.078 barracos, impactando na vida de aproximadamente 42 mil pessoas e exterminando de forma parcial ou total 27 favelas cariocas (Gonçalves, 2015, p. 103), como a favela do Pasmado da imagem abaixo.



**Figura 30- Favela do Pasmado, uma das 27 favelas impactadas pela gestão de Carlos Lacerda, localizada no bairro de Botafogo. Acervo: Jornal O Globo, 1952.**

Essa remoção suscitou evidentemente forte reação por parte dos moradores:

Homens e mulheres do Morro do Pasmado reagindo à determinação da dona Sandra de mudá-los para o longínquo subúrbio de Bangu. Dona Sandra descobriu que favela enfeia a Zona Sul, mas confere autenticidade à Zona Norte, daí a mudança. Mas os favelados resolveram defender, até o último argumento, o direito de ver o mar do alto e comprar em liquidação de boutique. A um repórter, Maria Ciara (favelada de Zona Sul também tem nome bonito), cabrocha dengosa, nascida e criada no Pasmado, deusa descalça cômica de azeitona, prestou a seguinte declaração:

- Olha, escreve no seu jornal que a gente sai, mas contra a vontade. Não existe mendigo de estação de Central e mendigo de porta da Candelária? Não tem chofer de lotação velho e chofer de ônibus elétrico? Você nunca viu cacheiro de armazém na esquina e cacheiro de supermercado? Pois é, parece que é a mesma coisa, mas tem muita diferença. Nós somos favelados iguais aos outros, mas somos da Zona Sul. E isso dá nome. E tem mais uma coisa, essa dona fala de Bangu com a boca tão cheia que até parece que em Bangu tem praia....<sup>48</sup>

<sup>48</sup>Correio da Manhã, 01 de janeiro de 1964.



Para Neves (1983, p.29)<sup>49</sup>, a COHAB romperia com o viés assistencialista e populista assumindo, desde então, uma prática governamental pautada na erradicação das favelas e transferência da população mais pobre para longe dos centros urbanos. A Cohab-GB se tornou a maior responsável pela construção de grandes conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro, extraindo recursos, no primeiro momento, do Fundo do Trigo, de uma parte dos recursos previstos no artigo 66 da Constituição do estado da Guanabara e, posteriormente, de vultuosos recursos advindos do Banco Nacional de Habitação (Gonçalves, 2013, p. 216).



**Figura 31- Réplica da Estátua da Liberdade na Vila Kennedy, no Rio de Janeiro, construída com recursos da Aliança para o Progresso. Acervo Memorial da Democracia.**

Para Brum (2013, p.181), a centralização política e administrativa que se fazia presente na gestão dos militares permitiu que houvesse um maior investimento técnico e financeiro na concretização da política remocionista. Desde então, o Estado passou a priorizar a remoção de favelas e a transição das famílias, ali residentes, para conjuntos habitacionais longínquos. Sob este viés foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, (CHISAM), por meio de Decreto Federal nº 62.654, na data de 03 de maio de 1968. Em seu Art. 1º, a CHISAM apresentava dentre as suas atribuições:

- b) promover levantamentos econômico, social e territorial, bem como propor legislação específica visando à formulação e execução de um

<sup>49</sup> Coletânea de artigos publicados no livro “A Cidade é Nossa”, organizado por Estrella Bohadana (1983)

programa continuado de **desfavelamento**<sup>50</sup> a custo, médio e longo prazos<sup>51</sup>.

A área do entorno da Lagoa Rodrigues de Freitas foi uma das áreas mais impactadas pela política remocionista, já que abrigava muitas favelas e era uma área, que vinha tendo forte valorização imobiliária.

Assim como apontado ao longo de todo o segundo capítulo, encontramos posições variadas e ambíguas sobre a política habitacional para favelas no Rio de Janeiro. No início da década de 1960, aventou-se uma possível permanência desses espaços favelizados, mas a política remocionista se consolidou à partir de 1962. Apesar de tanto empenho em prol da resolução do “problema-favela”, a favela não desapareceu do cenário urbano. Ao longo das décadas seguintes, observamos novamente sua expansão.

A política remocionista se transformou em um grande fracasso. Muitos moradores não conseguiam arcar com os custos do financiamento, sobretudo pelo fato de terem perdido suas rendas pelo fato de morarem longe do mercado de trabalho. Sem ter como arcar com essa “nova vida” imposta pela política remocionista, muitas famílias deixaram suas casas e apartamentos e buscaram uma favela em que elas pudessem ali permanecer. Em pouco tempo, os empreendimentos do BNH tornaram-se, para muitos, uma “zona de passagem”. A população que não conseguia ali se manter, sem poder retornar para sua favela de origem recorria às favelas localizadas em sua maioria, nos subúrbios da Guanabara. (Gonçalves, p.250, 2013)

A política remocionista de Carlos Lacerda influenciou a derrota do seu candidato. Com a eleição de Negrão de Lima, a política em relação às favelas ficou envolta por uma dualidade eminente em que a remoção e urbanização caminhavam lado a lado. Negrão de Lima criou, no ano de 1968, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco), que prometia integrar favelas e aglomerados considerados subnormais ao restante da cidade, garantindo ainda, a participação dos moradores neste processo. Seu escopo previa (Almeida, 2016, p.414): 1) obras de infraestrutura básica para serviços como água, esgoto, eletricidade; 2) serviço de regularização fundiária das favelas; 3) assistência no

---

<sup>50</sup> Grifos da autora.

<sup>51</sup> Decreto nº 62.654, de 3 de maio de 1968.

desenvolvimento de projetos de autoconstrução; 4) promover o desenvolvimento de comunidade e a assistência social.

As favelas contempladas pelo projeto de urbanização da Codesco foram Bairro União, Brás de Pina e Mata Machado. Além das obras de pavimentação e abertura de vias carroçáveis, foram construídas unidades habitacionais, cuja planta, foi elaborada pelos moradores, com as devidas orientações técnicas dos funcionários da Codesco. O pagamento dessas unidades habitacionais se dava por meio de um financiamento junto à companhia (Monteiro, 2004).

A inclusão da favela dos Guararapes no plano de urbanização da Codesco, só foi aventada na década seguinte, quando a Sra. Hortênsia Abranches ocupou o cargo de Superintendente da Codesco e prometeu a sua inserção em um dos planos de urbanização orquestrado pela companhia, mas que, como veremos a seguir, não chegou a se realizar.

## 4

### Favela dos Guararapes: Lócus de resistência

Como pôde ser observado nos capítulos anteriores, o urbanismo em curso nas primeiras décadas do século XX deflagrou a negação do direito à cidade aos moradores das favelas. Embasados em argumentos de natureza, ora sanitárias, ora sociais propagou-se a estigmatização das favelas, assim como a necessidade de sua erradicação.

Caudal nauseabundo invade a Rua General Severiano, procedente da favela do Pasmado, na boca do túnel do mesmo nome. Contra essa terrível situação, nos têm chegado reclamações de pessoas ali residentes. Informam que por ocasião das chuvas o repugnante lamaçal exala insuportável mau cheiro. Vem o sol e transforma a lama em pó, nojenta substância que lhe invade as casas, tornando o ar irrespirável. Pobre Rio de Janeiro, infeliz cidade em agonia... (Reportagem “Detritos da Favela”)<sup>52</sup>.

Gestores públicos e instituições responsáveis pela execução de ações nas favelas reproduziam a ideia de marginalização, transferindo a este espaço a responsabilidade pela degradação do indivíduo que passava a residir naquele local. O processo de estigmatização da população favelizada permitiu a realização do que Perlman (1977) chamou de consolidação do “mito da marginalidade”. Segundo a autora, os moradores das favelas eram definidos como:

- ✓ *politicamente alienados;*
- ✓ *parasitas da economia;*
- ✓ *inclinados ao crime;*
- ✓ *mancha na paisagem.*

A verdade é que esses estereótipos da população favelada se fazem de forma arbitrária e questionável. Para Silva (2006, p.25), a ideia do mito interligado aos variados estereótipos, no qual os moradores das favelas recusavam a “lei do país” em nome de um estilo de vida que renega normas e valores enraizados à ordem institucional, permitiu a associação desses espaços à ideia de “problema urbano”.

---

<sup>52</sup> Correio da Manhã, 13 de janeiro de 1960.

Saberiam os leitores me responder por que esta sociedade hostiliza tanto as favelas e seus habitantes, impondo-lhes a pecha de submundo do crime e valhacouto de marginais? Esquecerá ela, ou não quererá admitir, que se fôssemos o que aparentemente ser, deveríamos agradecer exclusivamente a esta mesma sociedade que ali nos arremessou e nada fez em favor daquelas comunidades? Não chega a 5% o índice de marginais (ladrões, assaltantes, etc.) numa comunidade de favelados e o restante, a grande maioria, jamais teve o reconhecimento desta sociedade que caminha sobre elas todas as horas do dia, que tem suas riquezas aumentadas e multiplicadas pelo labor daquela gente, que come o pão feito por eles. Quem trabalha, na construção de suas casas? Quem dirige seus carros, lava-lhes as roupas, cozinha para ela e lhe olha os filhos? Acabemos de uma vez com essa farsa! (Cláudio de Moraes e Domingos, os “Irmãos Couto”, apud Revista arquitetura Chão, 1978, p.15).

Mesmo frente a uma política coercitiva e estigmatizada, a população favelizada jamais se fez alienada e passiva ao risco de remoção. Para Gonçalves (2013), o avanço de uma política remocionista, justificada pelo discurso estigmatizante das favelas foi defrontado pelas múltiplas mobilizações de seus moradores em favor da permanência, seja por meio de alianças políticas, seja pelo fortalecimento de redes e apropriação do conhecimento jurídico que lhes permitiram permanecer nesses espaços. Dessa forma, é importante pensarmos que o espaço urbano não pode ser encarado como um *lócus* de dominação, é preciso levar em conta que por mais que haja uma pressão por parte do Estado e principalmente do grande capital, ao longo da história das favelas cariocas, registramos trajetórias de resistência que vão contra ao ideal de subordinação e controle.

O uso de estratégias para garantir a permanência foi claro no decorrer da história de resistência da favela dos Guararapes. Estratégias estas que se permearam no fortalecimento da noção de pertencimento, que permitiu bravamente a mobilização em torno da compra das terras, assim como no estabelecimento de importantes conexões e articulações políticas e sociais que contribuíram para a permanência da favela dos Guararapes. Ela se tornou um “*lócus de resistência*” possível graças a mobilização dos seus moradores e a adoção de diferentes estratégias que serão elencadas no decorrer do capítulo.

## 4.1

### **Fortalecimento da noção de pertencimento: mobilização e sensibilização dos moradores**

A história da favela dos Guararapes, por vezes, se confunde com a história da família Moraes Couto. Desde o surgimento dos Guararapes, nas primeiras décadas do século XX, em que famílias atraídas pela oportunidade de emprego ofertadas pela fazenda Laranjeiras de propriedade do Coronel Fontainha, junto da provisória autorização para residir naquelas terras passaram a adensar parte do aristocrático bairro do Cosme Velho. Nesse momento, emergiam o protagonismo e a embrionária liderança local da família Moraes Couto. Sem dúvida, o chamariz para a ocupação daquela área foi a crescente oportunidade de emprego ofertada na região.

Ao ocupar o posto de administrador da fazenda Laranjeiras, o Sr. Rômulo de Moraes Couto não escondia da família o desejo de se fixar naquela terra e não demorou muito para que procurasse se tornar proprietário daquela terra. Se, no primeiro momento, a ocupação daquela área se fazia permitida e não se configurava como favela, com a chegada de outras famílias e seu rápido adensamento, ela passou a ser identificada como mais uma favela do Rio de Janeiro (Sousa, 2003).

Para Bittencourt (2012, p.62), a ocupação de dezenas de favelas na cidade nessa época era não só permitida, mas por vezes incentivada pelos proprietários de terras. De acordo com Sousa (2003, p. 59), a permissão para ocupação dos Guararapes se deu por meio da figura da Senhora Maria Elisa de Oliveira Passos, ainda na década de 1930. A autorização se dava por meio da cobrança de uma taxa para cada morador. Tal informação contradiz aquela apresentada pelos irmãos Couto, que defendiam que a origem da favela dos Guararapes se deu por meio da autorização do Coronel Fontainha, dono da antiga fazenda local para que seus funcionários pudessem residir ali, assim como foi informado pelo Jornal do Brasil em duas publicações - 11 de janeiro de 1966 e reiterado na publicação de 25 de março de 1977. Com a venda da fazenda Laranjeiras, as famílias que ali residiam tiveram que deixar a terra e passaram a ocupar a outra margem do rio Carioca.

Cláudio Moraes, Presidente da Associação dos Moradores dos Guararapes (AMOG), nasceu há 43 anos, quando ali ainda era a Fazenda Laranjeiras. Sua dedicação à luta em defesa de sua casa e a de todos os moradores foi total. Técnico de Edificações, Cláudio participou de muitos

mutirões, e viu o espaço em torno ir sendo ocupado com a autorização dos proprietários, ex-patrões de seu pai, administrador da fazenda. (Jornal do Brasil, 25 de março de 1977).

Cláudio, mesmo após a morte do seu pai, Sr. Rômulo de Moraes, junto com seus outros irmãos Pedro, Paulo e Domingos de Moraes Couto, conhecidos como os “Irmãos Couto” mantinham a ideia fixa de se tornarem donos daquela área, o que se fez mais latente na década de 1960 com o avanço da política remocionista. Mesmo que os jornais da época não mencionassem a possibilidade de remoção da favela dos Guararapes frente ao plano habitacional do Governador Carlos Lacerda, assim como não trouxeram em evidência a remoção de duas favelas vizinhas, o Morro do Chico<sup>53</sup> e a Indiana, os moradores dos Guararapes sentiam-se amedrontados com a perseguição por parte do seu ilustre morador, Sr. Roberto Marinho.

*Por parte do governo não houve nada contra a compra das terras dos Guararapes, por parte do governo não. Houve sim, até uma tentativa de impedir essa compra pelo senhor Roberto Marinho. Ele tentou tirar a gente daqui. Mas aqui, os moradores não aceitaram essa proposta de indenização, porque aqui ninguém tinha intenção de sair daqui e então foi por isso que aqui algumas pessoas resolveram “peitar” o senhor Roberto Marinho. (Eduardo Silva, Sr. Duca, 18/10/2019, Grifos da autora)*

\*\*\*

*Quando eu passei a me entender por gente... Que Seu Cláudio de Moraes, outros membros da diretoria informavam que a família Marinho tinha interesse nesse terreno aqui. Então, houve uma compra da posse da terra e a gente pagava todo mês, havia um carnê, havia uma conta num banco que todo mês era feito aquele depósito. (Yara Tomaz, 30/01/2020, grifos da autora).*

Assim como relatado pela Sra. Yara, antiga moradora dos Guararapes e reiterado pelo ex-presidente da Associação dos Guararapes, Sr. Duca, e pelo antigo morador Sr. Paulo Cardoso, a família Marinho apesar de ter chegado ao Cosme Velho após o surgimento dessas favelas, não poupava esforços para a remoção das mesmas, o que foi evidenciado com o processo de compra das terras do Morro da Indiana, localizado em frente a mansão da família Marinho. Essas terras foram compradas pela família Marinho em meados da década de 1960. Conforme identificado na pesquisa de campo, a mediação entre a família Marinho

<sup>53</sup> A região ocupada pelo Morro do Chico, final da rua Cosme Velho, hoje tem em funcionamento uma rodoviária que serve de ponto final para diferentes linhas de ônibus.

e as famílias do Morro Indiana se deu por um morador dessa favela, Sr. Emidio que, na ocasião, trabalhava na empresa “Globo”.

Aqui na rua Cosme Velho mesmo, bem em frente ao portão do Roberto Marinho, começa aqui embaixo na rua Cosme Velho e terminava quase ali em cima na Almirante Alexandrino. Ela foi removida, se não estou enganado, em 1966. *Justamente na época que houve uma enchente no Rio, em 1966, aquela enchente e o Sr. Roberto Marinho se sentia incomodado né, com a presença das favelas no entorno da casa dela, chamavam de a “Mansão do Roberto Marinho”. Tanto é que quando ele removeu a favela que ficava em frente ao portão dele, que era em frente ao portão, nós tínhamos algumas pessoas dentro da comunidade, bastante conhecidas que começaram a se mexer para que nós não fossemos removidos daqui.* Já que eles chegaram a comentar da remoção dos Guararapes e do Cerro-Corá e foi então que quando vimos a favela em frente ao portão dele, as pessoas que moravam ali começaram a comentar que eles queriam comprar aquela parte ali, que ia começar a pagar as pessoas, para que os moradores saíssem e nessa época tinha inclusive tinha um morador de lá, o Sr. Emidio, que trabalhava com ele na Globo e esse cara foi pra ele um elo muito forte na remoção que foi quem ajudou. As pessoas que moravam ali foram indenizadas com uma merreca que não dava para comprar nada e quem indenizou foi a família Marinho, a mentora de tudo isso. Inclusive esse dinheiro foi parar nas mãos desse Sr. Emidio e fez a distribuição dentro da comunidade. (Eduardo Silva, Sr. Duca, 18/10/ 2019, grifos nossos)

O Morro do Chico, além de estar próximo à família Marinho, também era vizinho de uma área muito conhecida do bairro Cosme Velho, o Largo do Boticário que tinha como proprietário Edmundo Bittencourt, fundador do jornal *Correio da Manhã* que reunia nessa valorizada área da cidade a presença de convidados ilustres da área da cultura e política. Obviamente, a existência de uma favela nessa área era inadmissível.

Assim como já evidenciado no primeiro capítulo, os Jornais o *Globo* e *Correio da Manhã* ignoravam, em suas manchetes, a favela dos Guararapes e toda sua história de luta e resistência, assim como o protagonismo dos seus moradores no processo inédito de compra das terras de uma favela por parte destes.

Os moradores dos Guararapes se sentiam temerosos com o risco de remoção. O que os diferenciavam dos moradores das favelas Indiana e Morro do Chico é que a favela dos Guararapes contava com a forte influência da Igreja Católica, o que permitiu incluí-la no projeto de urbanização coordenado pela Fundação Leão XIII, que contemplou o local em agosto de 1962 e previa em seu escopo obras de drenagem, contenção e acessibilidade, assim como publicado no *Jornal do Brasil* de 19 de agosto de 1962.



*Perseguição dele<sup>54</sup> era acabar com a comunidade. Ele acabou com a Indiana, Morro do Chico, tentou acabar com o “Serra- Corá”<sup>55</sup> mas, o padre Lessa que era dono de lá, que era dono da igreja daqui, não deixou. Ele<sup>56</sup> sempre tentou, mas nunca conseguiu porque também o Sr. Cláudio corria atrás (Paulo, 30/01/2020, grifos nossos).*

Esse temor voltou após as chuvas de 1966.

Grande número de barracos desabara em toda cidade. A tragédia fora tamanha que os desabamentos não se limitaram às favelas da Guanabara e edifícios de apartamentos foram condenados pela Defesa Civil. A cidade chegou a sofrer com escassez de alimentos e água e o governo federal passou a enquadrar na Lei da Segurança Nacional aqueles estabelecimentos que elevaram os preços das mercadorias, valendo-se da calamidade para aumentar seus lucros. (Oakim, 2014, p. 82)

**Tabela 10 Estragos das Chuvas de 1966**

<b>Habitações totalmente destruídas</b>	2.466
<b>Habitações parcialmente destruídas</b>	1.808
<b>Habitações com risco de desabamento</b>	3.423
<b>Habitações inundadas</b>	993
<b>Total de habitações impactadas</b>	<b>8.690</b>

**Fonte: Defesa Civil, 1966 apud Oakim, 2014.**

Do quantitativo indicado pela Defesa Civil, 83% das habitações, encontravam-se localizadas em **favelas** (Oakim, 2014). Nos Guararapes, as fortes chuvas de verão deixaram três mortos (uma mulher e duas crianças) soterradas

<sup>54</sup> O entrevistado se refere como “ele”, o Sr. Roberto Marinho, dono das empresas Globo.

<sup>55</sup> Apesar da Favela Cerro-Corá ter seu nome oficializado junto à prefeitura, ainda hoje, muitos moradores se referem à essa favela, como Serra-Coral.

<sup>56</sup> Sr. Roberto Marinho.

por um deslizamento de uma encosta na rua Almirante Alexandrino, além de dezenas de moradores que perderam suas casas com a enchente do rio Carioca.

Na segunda-feira, vimos as coisas pretas. O Cristo Redentor, que fica lá em cima, deixou de nos abençoar, e o Rio Carioca começou a descer com mais força, destruindo vários barracos que estavam à sua margem- disse D. Etelvina Lima que com 75 anos, alimenta 12 netos.<sup>57</sup>

O trágico episódio trouxe à tona o risco de novas remoções advindas da justificativa das famílias estarem localizadas em uma área de risco. O sonho de compra das terras dos Guararapes, apoiado pelo Governo e que atraia a atenção da mídia, que se dirigia a favela dos Guararapes como uma “Favela Modelo”, por ora, precisaria ser adiado. Se, dias atrás, Guararapes estampava as capas dos jornais e revistas pelo possível feito inédito da compra de suas terras, as manchetes, agora, associavam a favela dos Guararapes à tragédia decorrente das fortes chuvas de janeiro de 1966.

Esteve aqui a senhora Secretária dos Serviços Sociais, além de oito jornais, televisão e revistas. Porém, ao saírem, começaram as chuvas e deu-se o imprevisto. Escorreu uma barreira da Estrada do Corcovado, fechando a passagem das águas na Rua Almirante Alexandrino, pois esta estrada não tem galerias de águas pluviais, jogando, portanto, suas águas em formato de martelo em nosso terreno. Foi uma catástrofe, 40 famílias desabrigadas e três mortos. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 25 de março de 1977).

Na ocasião, o governo que defendia um discurso remocionista usava desse fato como motivo plausível para justificar a remoção em massa das favelas. A repercussão dos estragos ocasionados pelas fortes chuvas era tamanha que, em pouco tempo, o país recebeu ajuda internacional vinda de diferentes países<sup>58</sup>. Para Silva (2016, p.77), nesse período, a COHAB, com recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH), intensificou a construção de habitações “provisórias” que se tornariam permanentes a fim de abrigar os “flagelados da enchente de 1966. O montante repassado pelo BNH, seria decorrente de parte dos US\$10 milhões solicitados junto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Este era o primeiro empréstimo com uma organização

<sup>57</sup> Jornal do Brasil, 20 de janeiro de 1966.

<sup>58</sup> O Japão fez uma doação 5 mil dólares, enquanto, Portugal doou 500 mil escudos, a Aliança para o Progresso doou Cr\$6 bilhões, a Inglaterra 3 mil libras, o Estados Unidos disponibilizou a doação de 1 milhão de vacinas antiofídicas e Alemanha financiou a reconstrução de casas populares.

internacional para construção de habitações no Brasil. Assim como apresentado no Jornal do Brasil de 02 de fevereiro de 1966, a negociação iniciada ainda no ano de 1965, pela então presidente do BNH Sandra Cavalcanti, só foi finalizada após a sua saída.

O BNH surgiu através da Lei nº 4.380, através da criação do Sistema Financeiro (SFH). O BNH trabalhava dentro de uma lógica de oferta financeira ao setor privado, recurso este, que deveria ser destinado à construção de moradias populares. Para Gonçalves (2013), o investimento financeiro advindo do BNH foi crucial para a concretização da política habitacional implementada ao longo da década de 1960. Política essa que, ao mesmo tempo que impulsionava a população mais pobre para os conjuntos habitacionais distantes das áreas valorizadas da cidade, também o setor da construção civil.

Para Silva (2016, p.72), o BNH trouxe uma mudança significativa e inovadora para a execução da Política Habitacional através de sua implementação. Por se tratar de um banco, ele inseriu o financiamento atrelado a um reajuste de acordo com a correção monetária, permitindo, assim, uma compensação inflacionária, além de permitir uma importante parceria entre os setores público e privado.

Mesmo que na favela já ventilasse a ideia de compra das terras, tendo, inclusive, seus moradores apresentados tal projeto dias antes para a Secretária de Serviços Sociais, Sra. Hortênsia Abranches através da direção da União Pró-Melhoramento e Assistência Social dos Guararapes<sup>59</sup>, a notícia da remoção das famílias atingidas pela chuva para conjuntos habitacionais construídos em bairros distantes era temida pelos moradores. Em resposta, aventaram a construção de um abrigo provisório para essas famílias. Assim como noticiado na edição 0016 do Jornal do Brasil de 20 de janeiro de 1966:

Os favelados do Cosme Velho, que há muito tempo estão se cotizando para a compra de toda a favela, não desistiram da ideia apesar das enchentes que provocaram estragos enormes, mas estão preocupados agora só com a construção de um galpão onde abrigarão os vizinhos que perderam suas casas.

O entusiasmo pelo galpão é grande porque, depois de servir como residência provisória, será destinado à sede da Cooperativa dos Moradores da Favela dos Guararapes, através da qual eles pretendem reiniciar as conversações com os donos dos terrenos, concluir os negócios que estavam praticamente iniciados.

---

<sup>59</sup> A União Pró-Melhoramento e Assistência Social dos Guararapes fundada no início da década de 1960 e renomeada, posteriormente, no ano de 1967, como Associação de Moradores dos Guararapes (AMOG).

Em meio ao caos que a cidade vivia, as lideranças dos Guararapes se organizavam e com o apoio dos seus moradores, outros vizinhos do entorno e da Região Administrativa encontravam estratégias para atender as famílias mais atingidas. A ideia era garantir a permanência dessas famílias no território de forma que estas não fossem levadas para abrigos improvisados pelo poder público, assim como informado abaixo por lideranças locais e uma das moradoras que teve sua casa atingida pela forte chuva de janeiro de 1966:

Como as chuvas não paravam e a situação na favela dos Guararapes cada vez piorava, os moradores reuniram-se e providenciaram a remoção das famílias (...).

Auxiliados pela maioria dos moradores das redondezas, as famílias foram alojadas em locais seguros, enquanto 35 homens organizaram uma escala para socorro de emergência, e 66 encarregaram-se do policiamento dos barracos.

- De hora em hora, sete homens divididos em dois grupos saíam em direções opostas, percorriam todos os cantos dos Guararapes e Cândido. Depois retornavam à sede, recebiam roupa seca, tomaram um óleo para garantir a energia do corpo e se revezavam. Ficamos assim durante seis dias e só apareceu um ladrão, que foi identificado e depois entregue aos Cosmos e Damião- contou o Sr. Pedro de Moraes.<sup>60</sup>

\*\*\*

Vieram as autoridades e tomaram as providências, removeram as vítimas para um abrigo de emergência. Enquanto o Estado pensava no que fazer com toda aquela gente no Maracanã, também vítimas das chuvas, tiramos os nossos do abrigo e com a doação de Cr\$1.000.00 da Sears, compramos madeira e construímos nosso abrigo provisório. *Durante todo esse tempo contamos efetivamente com a colaboração da Chefe do Serviço Social da IV Região Administrativa que às vezes, teve seu cargo em perigo para defender com unhas e dentes nossos princípios apolíticos.* (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 25 de março de 1977, grifos nossos).

\*\*\*

Quando nós viemos pra cá, nós morávamos na Vila Cândido. Então nós perdemos a nossa residência que na época havia, onde tem a padaria hoje, ali era uma vila de uns portugueses que tinham um armazém ali e eles simplesmente disseram que compraram o terreno e nós fomos despejados. *Daí, nós subimos mais um pouco, foi feito um barraco de madeira e com a chuva, a chuva levou a nossa casa. Nós ficamos desabrigados novamente e fomos recebidos na casa de uma Assistente Social que morava aqui em cima, a Dona Maria Luiza, que era da Região Administrativa.* (Yara Tomaz, 30/01/2020, grifos nossos).

A enchente de janeiro de 1966 registrava a dolorosa marca de 10 mil desabrigados. Inicialmente abrigados nas escolas públicas e posteriormente

<sup>60</sup> Jornal do Brasil, 20 de janeiro de 1966.

foram levados para o Maracanã, as famílias desabrigadas aguardavam ansiosos por uma resposta do governo em meio ao caos que viviam nos últimos dias. Obviamente que a primeira saída do Governo era realocar grande parte dessas famílias nos conjuntos habitacionais em construção ou já construídos. Assim como informado pelo Jornal *O Globo*, de 24 de janeiro de 1966, pela Secretaria de Serviços Sociais Hortênsia Sanches, duas mil pessoas seriam contempladas, imediatamente, com a entrega de unidades habitacionais na Vila Kennedy enquanto num prazo de um mês, outras 1.200 famílias seriam destinadas para as unidades habitacionais da Cidade de Deus, localizada no bairro de Jacarepaguá.

Grande parte dos desabrigados tinham como único recurso a oferta de moradia nos conjuntos habitacionais localizados distantes do seu local de origem tendo que abrir mão do sentimento de pertencimento e dos laços construídos. Como apresentado por Gonçalves (2015), a gestão de Negrão de Lima apresentava uma ambiguidade. Se o seu antecessor tinha claro o discurso remocionista quando discorria sobre o futuro das favelas, Negrão de Lima, ao mesmo tempo que defendia a remoção, não descartava a possibilidade de urbanização das mesmas, assim como foi com a favela dos Guararapes ao solicitar que sua Secretária de Serviços Sociais, Hortênsia Sanches no dia 11 de janeiro 1966 comparecesse à Favela dos Guararapes para tomar ciência do plano de compra das terras dos Guararapes e do projeto pensado por seus moradores para a urbanização da favela em questão.

A ambiguidade de Negrão de Lima era clara frente às chuvas de 1966, enquanto aventou-se a realocação das famílias desabrigadas nos conjuntos habitacionais e reforçou o discurso de remoção total ou parcial de algumas favelas. A reportagem “Recolhidos ao Maracanã os Últimos Flagelados” publicada no Jornal *O Globo* de 24 de janeiro de 1966 trouxe ainda a fala da Secretaria de Serviços Sociais que informou que iniciaria o levantamento de cada favela para que o Governo do Estado pudesse executar seu plano de urbanização, começando pelos Guararapes, cujos moradores por INICIATIVA PRÓPRIA estavam negociando a compra das terras.



Figura 32- Secretária Hortênsia de Abranches, pelo alto-falante do Estádio Maracanã, dava informações sobre as ações de realocação das famílias desabrigadas, janeiro de 1966.

Acervo: Jornal O Globo

A reportagem do Jornal O Globo de 24 de janeiro de 1966, cujo título era “Solução do Gôverno é Urbanizar” pela primeira vez noticiava o processo de compra das terras dos Guararapes e reforçava que, mesmo com os estragos advindos da chuva, os moradores persistiam com a ideia de comprar aquelas terras. Diferente do *Jornal do Brasil* que já, por diversas vezes, citava o nome da proprietária das terras dos Guararapes, o Jornal *O Globo* optou por ocultar o famoso sobrenome Passos.

As 230 famílias da Favela dos Guararapes, no Cosme Velho, continuam no firme propósito de comprar e urbanizar aquela área, mesmo atingida pelas últimas enchentes. A favela custará Cr\$70 milhões, que serão pagos em quatro anos, em prestações de Cr\$1,5 milhões por mês, **constituindo esta a primeira iniciativa de favelados do Rio para se tornarem proprietários e abrindo caminho para que o Governador Negrão Lima leve adiante seu propósito de dar melhores condições de saúde e higiene às favelas, como afirmou a O GLOBO a Secretária de Serviços Sociais.**

Na favela dos Guararapes, as 230 famílias já assinaram procuração coletiva para que seja concluída a negociação iniciada há quatro anos, com a proprietária **Sra. Maria Elisa de Oliveira Assis.**<sup>61</sup> (Jornal O Globo, 24 de janeiro de 1966)

Se Guararapes estava próxima de ser contemplada pelas obras de urbanização, a Secretária Hortênsia de Abranches informava, através do Jornal *O Globo* de 24 de janeiro, que haveria um estudo minucioso realizado pela própria Secretaria, que analisaria as cerca de 270 favelas existentes no Estado da

<sup>61</sup> Jornal O Globo, 24 de janeiro de 1966. Grifos da autora.

Guanabara, identificado quais dessas poderiam ser incluídas no plano de urbanização do governo Negão de Lima.

Após finalizado o estudo em questão, mesmo antes de ser concretizada a compra das suas terras, Guararapes estava entre as 91 favelas que receberiam um investimento de 250 milhões destinados à instalação de redes elétricas, pavimentação das vias de acesso e reconstrução de reservatórios. Assim como informado pela Secretária de Serviços Sociais, Sra. Hortênsia Dunshee de Abranches, para a favela dos Guararapes previa-se a reforma de barracos e redes de esgoto.<sup>62</sup> Observa-se que as favelas contempladas pelo plano de urbanização de Negrão de Lima eram majoritariamente localizadas na regiões norte e oeste do Estado da Guanabara - Morro do Alemão, Morro do Macacos, Salgueiro, Borel Parada de Lucas, Vigário Geral, Catumbi, Jacarezinho, Manguinhos, Pedregulho, Tuiuti, Barreira do Vasco, Parque União, dentre outros, enquanto que a região sul da cidade poucas favelas tiveram o privilégio de serem incluídas: Rocinha, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, Santa Marta e **Guararapes**. A previsão de reforma dos barracos fortalecia a ideia de permanência dos Guararapes e a não inclusão da mesma em um projeto de remoção das favelas que ainda se fazia presente, mesmo que em menor escala quando comparado ao governo antecessor.

Diferente de outras favelas da zona sul que estavam sob risco eminente de remoção, a alta declividade dos Guararapes era um ponto favorável para sua permanência e um facilitador para o processo de compra das suas terras. É possível dizer que o fatídico episódio relacionado às fortes chuvas de janeiro de 1966 evidenciava os “riscos” naturais daquela região e consequentemente desvalorizava o preço da terra e desviava o olho do mercado imobiliário em ascensão, graças a “dificuldade de ‘construções legais’ em grande parte do terreno” (Oio, 1978, p. 14). De fato, mesmo que o entorno dos Guararapes tivesse sido ocupado pelas majestosas construções, a declividade se fazia muito mais acessível.

O temor de remoção se fazia muito mais associado à remoção das duas favelas vizinhas e suas circunstâncias do que necessariamente a uma tentativa de remoção por parte do Estado. Para afastar de vez esse fantasma, a União Pró-Melhoramento e Assistência Social dos Guararapes precisaria comprar essa “briga”, diferentemente do que foi observado no Morro do Chico e na Indiana, onde não havia uma Associação de Moradores tão articulada. Fato este, reforçado pelos antigos moradores dos Guararapes:

---

<sup>62</sup> Informação obtida no jornal O Globo de 24 de outubro de 1966.

*Lá a Associação não era tão forte. Aí, eles conseguiram tirar, o Morro do Chico e Indiana. Ele (Roberto Marinho) comprou aquilo ali, porque o terreno era de um dono particular, ele comprou pra deixar criar mato (Paulo, morador dos Guararapes, 63 anos).*

*Esse terreno tá lá, abandonado e hoje ele botou uns viveiros, lá tem uns bichos, fez uma garagem em frente mas, a maior parte do terreno não tem nada, tá lá abandonado, criando-se mato, mais nada e queria fazer o mesmo com os Guararapes mas, não conseguiu porque nós tínhamos aqui algumas pessoas que tinham conhecimento muito bom e essas pessoas conseguiram localizar a dona desse terreno aqui pra que fosse feita essa compra. (Eduardo Silva, Sr. Duca, 18/10/2019, grifos nossos)*

Para afastar de vez a possibilidade de remoção, o plano de compra das terras dos Guararapes deveria se fazer efetivo. Inicialmente o número de cotistas era baixo e fazia-se necessário criar estratégias de convencimento que permitissem abarcar novos associados e mais uma vez, os irmãos Couto participaram ativamente do processo de convencimento da população.

*Na época a aceitação da ideia de compra foi grande porque se ventilava que o Roberto Marinho queria nos tirar daqui, entendeu? Então houve uma mobilização por parte das lideranças daquela época né... que conseguiu comover os moradores que aceitaram a fazer a negociação. Quem fazia essa mobilização era o Cláudio, ele tinha mais dois irmãos- Sr. Pedro de Moraes e o Sr. Domingos que eram as três pessoas que ao nosso ver eram super, super inteligentes dentro da comunidade. O que pra nós eles eram realmente um dos nossos membros que nos movia. (Eduardo Silva, Sr. Duca, 18/10/ 2019, grifos nossos)*

Enquanto o segundo ponto se fez favorável à figura de importantes lideranças comunitárias como os irmãos Couto e o ex-presidente Antônio de Paula Gomes que não só exerciam força no processo de mobilização e sensibilização de seus moradores, como também, na articulação junto à importantes figuras políticas que apoiaram o processo de compra das terras dos Guararapes.





**Figura 33- Sr. Paulo de Moraes Couto, responsável pela sensibilização dos moradores dos Guararapes. Acervo: Jornal do Brasil, 1966.**

De fato, o fortalecimento da noção de pertencimento, possível graças à sensibilização e mobilização iniciado pela União Pró-Melhoramento e Assistência e continuada pela Associação de Moradores dos Guararapes (AMOG) foi um importante aliado no processo de convencimento dos moradores dos Guararapes sobre o processo de compra das terras.

Havia sido implantada no Estado do Rio de Janeiro atual, antigo Estado da Guanabara uma filosofia nociva à família favelada, que diziam os técnicos de gabinete, da necessidade de remoção das comunidades faveladas. Ora nos situavam problema por falta de segurança, outros situavam até por antipatia, então vem daí a necessidade de transformação em Guararapes. Guararapes usando o poder que havia adquirido através desse valor associativo, criou uma entidade sui generis, que veio a denominar Associação de Moradores dos Guararapes. Essa entidade foi criada com duas finalidades, a finalidade de fugir à esta filosofia de remoção. Como fugir? Como se fortalecer? Congregando todas as famílias e fazendo um trabalho junto à essas famílias, mostrando a necessidade de aqui nos mantermos. E como poderia isso ser feito? Através da compra da propriedade. Chegamos à esta conclusão e em 1967 partimos para compra que foi e ainda é uma das únicas do Brasil. Compramos a propriedade que é de 33 mil 720, o local bem situado, um clima privilegiado, por 50 mil cruzeiros, esses 50 mil cruzeiros, foram arrecadados através de cotas, de cada um morador. A partir desse momento, estávamos furando e contrariando todo um processo que havia sido estabelecido com referência à remoção. (Cláudio de Moraes, ex-integrante da diretoria da União Pró-Melhoramentos e Assistência dos Guararapes, 1979, trecho do documentário “Associação dos Moradores dos Guararapes”)

Frente à remoção das favelas vizinhas, os moradores dos Guararapes buscavam estratégias que permitissem sua permanência. O medo da remoção foi substituído pela esperança de se tornarem donos daquela terra, possível, graças à mobilização de seus moradores e do desejo latente de permanecer naquele espaço permeado por diferentes histórias e trajetórias.

O processo de negociação da compra das terras dos Guararapes começou em meados da década de 1960, quando o Sr. Vicente Pereira da Silva, presidente da União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes se reuniu com os irmãos Couto, argumentando estar preocupado com a política de remoção de favelas em curso na cidade. Nesse encontro ficou acordado que a compra das terras seria a melhor opção para garantir a permanência da favela dos Guararapes. Mas como seria possível, visto que, até então, nenhuma favela havia conseguido realizar este feito? As lideranças entenderam que, no primeiro momento, era importante trazer essa questão aos moradores e, frente seu aceite, o segundo passo seria realizar uma articulação política que permitisse concretizar essa ideia. Dessa forma, foi iniciada a mobilização dos moradores tendo como marco uma reunião em que foi informado aos moradores dos Guararapes sobre o risco de remoção e, firmado ali, um plano de economia forçada e preparação para compra do terreno<sup>63</sup>.

A União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes, mesmo que tivesse o papel de defender os interesses dos seus moradores, sua atuação era constantemente questionada por parte dos seus dirigentes, à medida que estes acusavam aquele espaço representativo de defender fortemente os interesses do Estado.

União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes, esta associação conviveu conosco até sentimos a necessidade de exterminar essa associação, tendo em vista que a mesma vivia atrelada aos poderes governamentais. Todas as suas decisões teriam que ser comunicadas às autoridades e todas as solicitações teriam que ser feitas através dos canais competentes. (Cláudio de Moraes, ex-integrante da diretoria da União Pró-Melhoramentos e Assistência dos Guararapes, 1979, trecho do documentário “Associação dos Moradores dos Guararapes”)

Dentro do próprio documento elaborado pela antiga Coordenação de Serviços Social, essa subordinação estava muito clara:

DE SUA ORGANIZAÇÃO- (XIX) A associação fixará as atribuições dos moradores, aplicando a receita especialmente em melhorias para o local,

---

<sup>63</sup> Jornal do Brasil de 11 de janeiro de 1966.

responsabilizando-se por sua destinação e **submetendo-se ao visto do Estado**<sup>64</sup>.

Além desse documento deixar evidente a necessidade de aceite por parte do Estado, o documento ainda alegava que caso a Associação deixasse de cumprir as determinações vinda do governo, ela corria o risco eminente de ser fechada. Frente às imposições impostas pelo Estado, enquanto alguns espaços de representação seguiam este viés, estabelecendo assim, uma aliança junto ao Estado, outras Associações optavam seguir pelo caminho da resistência (Nunes, 2018, p.163). Nos Guararapes, essa dualidade ficou evidente. Enquanto o presidente da União Pró-Melhoramento seguia uma relação de subordinação ao Estado, servindo em alguns momentos até como cabo eleitoral de alguns políticos, outras lideranças comunitárias adotavam um discurso de resistência, mas a garantia de permanência nunca seguiu em sentido de confronto e sim de diálogo junto ao Estado. O que diferiu estas lideranças era o seu objetivo central, enquanto a primeira liderança colocava seus interesses particulares em primeiro plano, as lideranças que os sucederam tinham como objetivo central a efetivação da compra das terras, canalizando todas as suas forças e articulações neste propósito. Dessa forma, para o líder comunitário Cláudio de Moraes era necessário a criação de um espaço associativo que, de fato, lutasse pelos interesses dos moradores. Frente aos diferentes acontecimentos, o avanço da política remocionista, associada às fortes chuvas de 1966 e as remoções das favelas vizinhas, entendia-se que a associação devia ter como prioridade máxima a compra das terras dos Guararapes, afastando assim, qualquer possibilidade de remoção dessa favela:

Guararapes usando o poder que tinha, havia adquirido através desse valor associativo, criou uma entidade que veio a denominar Associação dos Moradores dos Guararapes. Essa entidade foi criada com uma finalidade. A finalidade de fugir a essa filosofia de remoção. Como fugir? Como se fortalecer? Congregando todas as famílias e fazendo um trabalho junto à essas famílias mostrando a necessidade de aqui nos mantermos. E como poderia isso ser feito? Através da compra da propriedade. (Cláudio de Moraes, ex-integrante da diretoria da União Pró-Melhoramentos e Assistência dos Guararapes, 1979, trecho do documentário “Associação dos Moradores dos Guararapes”)

Dessa forma, em 22 de abril do ano de 1967, têm-se a criação da Associação dos Moradores dos Guararapes (AMOG) que tinha como finalidade permitir maior organização dos seus moradores no processo de compra das terras

---

<sup>64</sup> Grifos da autora, documento disponível em Silva (2016, p.41).

dos Guararapes. A frente da Associação de Moradores, assumia um novo presidente, Antônio de Paula Gomes, tendo como braço direito os “Irmãos Couto”. Mesmo com a mudança de gestão, a Associação de Moradores mantinha uma relação próxima à Região Administrativa, que contribuía no processo de mediação entre as lideranças e o Governo de Negrão de Lima.

A AMOG tinha o desafio de concretizar o plano de ação da compra dos terrenos dos Guararapes, abarcando inicialmente o número de 50 famílias que se comprometeram em pagar Cr\$70 milhões divididos em 48 parcelas de Cr\$1,5 milhão. Cada família teria o direito a uma área útil de 70 m<sup>2</sup>. Assim como informado pelo *Jornal do Brasil* de 29 de dezembro de 1965, os barracos ali existentes seriam demolidos e substituídos por casas de alvenaria que seriam construídas com o apoio do poder público.

O quantitativo de 50 associados ainda mantinha o sonho de compra distante. Dessa forma, o desafio dos Irmãos Couto era convencer as mais de 230 famílias que ali residiam sobre a real necessidade de compra das terras. A Associação deveria também ter uma articulada relação política junto à diferentes órgãos públicos e outras figuras comunitárias que contribuíssem para esse processo. Assim, no dia 22 de abril de 1967, era redigida a Ata de Fundação da Associação dos Moradores dos Guararapes- AMOG:

Aos vinte e dois do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às 15 horas, na Ladeira dos Guararapes, nº178, Cosme Velho, cidade do Rio de Janeiro- Estado da Guanabara, reuniu-se um grupo de moradores da Favela dos Guararapes, com a finalidade de deliberar sobre a fundação de uma Associação, nos termos da lei em vigor, tendo por objetivo adquirir os terrenos situados à: Ladeira dos Guararapes nº 178, 184 e 190, sôbre os quais se localiza a referida Favela. Foi aclamado para presidir os trabalhos o Sr. Cláudio de Moraes, que convidou para lavrar a presente ata, a mim Gentil Carlos Honorato Machado, participando ainda da Mesa as seguintes pessoas:

Francisco Vieira Guimarães,  
Cristiano Moura da Silva,  
Pedro de Moraes Couto,  
Herbeson Alves da Conceição,  
Domingos de Moraes.

A seguir o Sr. Presidente solicitou que fossem lidos, explicados e debatidos os Estatutos da Associação, a que foi feito, artigo por artigo, conforme transcrição do Estatuto.

Os mencionados Estatutos foram unanimemente aprovados pelos fundadores que tem seus nomes consignados nesta ata: Antônio de Paula Gomes, brasileiro, casado, bombeiro-hidráulico; José da Costa Macedo, brasileiro naturalizado, casado, marceneiro; Cláudio de Moraes, brasileiro, casado, bombeiro; Francisco Mathias, brasileiro, motorista; Domingos de Moraes, brasileiro, casado, capoteiro; Gentil Carlos Honorato Machado, brasileiro, casado, servente; Cândido dos Santos, brasileiro, solteiro, expedidor; Rubem Serafim Roberto, brasileiro, casado, comerciante; Antenor Antônio Fernandes, brasileiro, solteiro, copeiro; Manoel Antônio

Fernandes, solteiro, trocador; Jorge Rosa, brasileiro, casado, ladrilheiro; Antônio Lima, brasileiro, casado, serralheiro; Alceu Martins, brasileiro, casado, serralheiro; Darcy Urbano Pinto, brasileiro, casado porteiro; Paulo Roberto Silva Nunes, brasileiro, solteiro, roupeiro; Inácio Elpidio Xavier, brasileiro, solteiro, guarda noturno; Avelino dos Santos, brasileiro, casado, armador; Nivaldo Alves da Conceição, brasileiro, solteiro, pintor; José Francisco da Silva, brasileiro, solteiro, servente; Manoel Martins Caldeira, português, solteiro, porteiro; Francisca Cerqueira Cerqueira, brasileira, solteira, cozinheira; Rogério Pereira Lima, brasileiro, solteiro, pintor; Wilson Honorato, brasileiro, solteiro, contador; Itacyr Petronilho da Cruz, brasileiro, funcionário da C.T.C., Sebastião Gomes da Silva, brasileiro, casado, comerciário; Sebastião Lúcio Martins, brasileiro, casado, guarda-noturno, Jair Rodrigues Pimenta, brasileiro, casado, operador de máquinas; Inácia Umbelina Conceição, brasileira, solteira, servente; Maria das Dores de Luna, brasileira, solteira, passadeira; Humberto da Silva Neves, brasileiro, solteiro, metalúrgico; Domingas da Conceição, brasileira, solteira, doméstica.

Reiniciados os trabalhadores e procedida a votação, foram eleitos: para a Diretoria:

**Presidente:** Antônio de Paula Gomes

**Vice-presidente:** Francisco Mathias

**Diretor-gerente:** Cláudio de Moraes

**Diretor-social:** Nivaldo Alves da Conceição

**Secretário:** Gentil Carlos Honorato Machado

**Para membros do Conselho Fiscal:** (1) Domingos de Moraes; (2) Heberon Alves da Conceição; (3) Cândido Santos; e para seus suplentes: (1) Jorge Rosa; (2) Alceu Martins; (3) Inácio Elpidio Xavier.

Os eleitos foram no ato empossados, passando a Presidente eleito, que passou a dirigir os trabalho, declarado definitivamente constituída, a partir desta data, a Associação dos Moradores dos Guararapes- AMOG, com sede à Guararapes nº 178, Cosme Velho, R. Janeiro- Estado da Guanabara, que tem por objetivo reunir recursos destinados à aquisição dos terrenos situados a Lad. Dos Guararapes nº 178,184 e 190, onde se situa a referida Favela. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Associação dos Moradores, o Sr. Presidente da Associação de Moradores dos Guararapes- AMOG encerrou os trabalhos as dezenove horas e eu, Gentil Carlos Honorato Machado, que servi de secretário, lavrei a presente ata que, lida e considerada conforme é assinada por mim e pelos sócios fundadores da AMOG.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1967. (Arquivos da AMOG, ata de Fundação da AMOG).

A reunião de fundação contou com a presença de 31 fundadores, 29 brasileiros e 02 estrangeiros, observou-se a composição predominante da figura masculina (27) e apenas 03 mulheres presentes. Todos os fundadores tinham uma profissão, dividindo-se em diferentes áreas: bombeiro-hidráulico, marceneiro, bombeiro, motorista, capoteiro, servente, expedidor, comerciário (2), copeiro, ladrilheiro, serralheiro (2), porteiro (2), roupeiro, guarda noturno (2), armador, pintor (2), servente (2), cozinheira, contador, funcionário da C.T.C., operador de máquinas, servente, passadeira, metalúrgico e doméstica.

A realização das reuniões das Associações de Moradores ocorria de forma regular. Nesses encontros, discutiam-se não apenas como se daria a compra das terras e a divisão de pagamentos, como também, o controle dos moradores que

residiam nos Guararapes, de forma a avaliar a inclusão de novos associados ou a necessária exclusão de associados. A comercialização de imóveis era uma prática inaceitável por parte da AMOG, assim como registrado na ata de 06 de agosto de 1967:

Foi convidado o Sr. X a prestar esclarecimentos a respeito da posse ilegal do barraco por êle ocupado, tendo dito o citado se, que o barraco foi a êle doado por Dona X; explicação esta que não foi aceita pelo sr. Relator dizendo que doações são aquelas que não são pagas, relatando que no citado caso ocorreu um pagamento de Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros novos), estando totalmente contrário aos princípios da AMOG; tendo o sr. Relator pedido aos demais Diretores que fosse feita a votação.

O primeiro a votar foi o vice-presidente votando contra a ocupação por não estar de acôrdo com os princípios da AMOG, com a palavra o Sr. Cândido dos Santos votando a favor do invasor alegando que o mesmo ágil por falta de maiores esclarecimentos pedindo que lhe fosse dada oportunidade de continuar ao citado barraco, com a palavra o Sr. Alceu Martins, votando contra a invasão, tendo a palavra o Sr. Elpídio Xavier que votou contra a invasão passando a palavra ao Sr. Jorge Rosa votando também contra a citada invasão, mais pedindo porém que fosse dado ao invasor, uma oportunidade futuramente, estando a palavra com o Sr. Relator que ao apurar os votos, deu o seguinte resultado AMOG 4 votos e Sr. X 01 voto, perdendo pois o invasor por maioria absoluta, tendo por isto, sido transmitido ao Sr. X que o mesmo deveria abandonar o barraco e aguardar oportunidades futuras. (Arquivos da AMOG, Reunião AMOG de 06 de agosto de 1967).

A ideia era de que apenas associados que comprovadamente residissem a mais tempo nos Guararapes se tornassem proprietários das terras, evitando o adensamento da área. Assim como em outras favelas, Guararapes era composta por inúmeras famílias que ali residiam há duas ou três gerações e a ideia era justamente permitir que essas famílias tivessem garantido o direito de permanecer naquelas terras. Mesmo que houvesse esse controle por parte da Associação de Moradores, a chegada de novos moradores não foi evitada. Parte deles surgiam como inquilinos, enquanto outros chegavam aos Guararapes atraídos pela possibilidade de adquirir a propriedade da terra.

Dentre as dezenas de inquilinos, a Senhora Georgina, 87 anos, foi uma delas. Desde sua chegada no ano de 1957, ela permaneceu como inquilina até o ano de 1986, os recibos de aluguel ela ainda guarda com zelo. De acordo com a mesma, a demora em se tornar proprietária de um imóvel nos Guararapes se dava por parte do seu companheiro, que era contrário à ideia. Só após a sua morte, ela se tornou proprietária de uma casa próxima à Associação de Moradores. Ali ela ainda residente junto com parte de seus filhos e, hoje, com seus netos e bisnetos.

*Morava lá pagando aluguel, eu tenho até hoje o recibo de lá, o recibo tá até com uma cor avermelhada, na cor de tijolo de tão velho, mas ainda tenho os últimos recibos de lá, eu tenho. Eu falava: “Didi, você tem tanto filho, limpa um pedacinho de terreno, capina, pede para os meninos ajudar”. Ele nunca quis. “Eu, vou fazer barraco pra amanhã os filhos ficarem brigando, se matando por causa de casa”. Ele nunca quis fazer. Só mesmo quando ele faleceu, ele faleceu em 30 de dezembro de 1985. (Georgina, 30/01/2020, grifos nossos).*

A compra das terras dos Guararapes se daria através da aquisição de 3 grandes lotes situados na Ladeira dos Guararapes nº 178, 184 e 190 que, posteriormente, seriam divididos entre os 230 associados, todos residentes nos Guararapes. A proposta era que mesmo com uma divisão interna desses lotes, esses não fossem comercializados, sendo possível apenas o reparcelamento do solo desde que fosse para integrantes da mesma família. De acordo com o líder Cláudio de Moraes, a compra em três grandes lotes permitiria que o valor da terra fosse mais acessível, diferentemente se cada morador optasse em comprar os lotes de forma individual.

A compra em nome da AMOG diminuiu em muito os custos. Se cada morador fosse comprar sua parte haveria necessidade de um levantamento que triplicaria o valor pago. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 25 de março de 1977)

Na entrevista concedida pelo líder comunitário Cláudio de Moraes ao cineasta Sérgio Péo, ele dedicou-se a falar sobre o “possível” adensamento dos Guararapes e como seria concedido o parcelamento do solo por parte de cada cotista/associado:

E continuam a morar na mesma área ocupada pelo cotista original, digamos que é o pai. Igual na casa do meu irmão, ele tem lá morando com ele o filho que é casado, tem a filha que é casada, mais duas famílias que foram criadas ali. Moram dentro do perímetro que ele ocupa. Então quer dizer, cresceu um pouquinho vai lá, mora o filho, cresceu um pouquinho vai lá, mora a filha. No processo se tudo por ventura vier a ocorrer, digamos de... construir a urbanização, eles também vão ser consultados. É uma família, mais uma família que futuramente vão pagar os direitos que os outros pagaram, pra ter o mesmo direito à propriedade e vão ser selecionados como um futuro mutuário. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978)

Tendo os moradores dos Guararapes apoiando a ideia de compra das terras era chegada a hora de conseguir também o apoio do poder público e outros atores importantes à trajetória da favela dos Guararapes.

## 4.2

### **Tecendo redes: formação de alianças políticas e comunitárias em favor da permanência dos Guararapes**

A resistência dos moradores dos Guararapes se deu por meio através de importantes alianças políticas e comunitárias. Apesar das políticas remocionistas do período, a compra das terras pelos moradores não só foi apoiada pelo Estado, como também serviu de exemplo de sucesso para o que o Estado almejava replicar em outras favelas da cidade. Dessa forma, para o Estado, a aquisição da propriedade representava um dispositivo moralizador de rompimento da ideia de marginalidade. O título de propriedade das terras dos Guararapes permitiria que seus moradores assumissem o *status quo* de ex-favelados.

O processo de mobilização e de compra, inédito até então, chamou a atenção não apenas de autoridades políticas, como também de profissionais da área de arquitetura, como foi o caso do arquiteto/urbanista e também cineasta Sérgio Péo. Admirado com essa história de resistência, Péo gravou o premiado documentário “Associação dos Moradores dos Guararapes”<sup>65</sup>, no qual narrava a partir de uma entrevista concedida pelo líder comunitário Cláudio de Moraes, o processo de compra das terras dos Guararapes. O documentário, em questão, narraria não apenas o processo de compras, como também a negligência do Estado após o processo de compra. Tal crítica será discorrida ainda neste capítulo.

*A forma coletiva de aquisição em juízo da propriedade do terreno ocupado pela favela do Guararapes através da compra do terreno, era um fato novo e afastava definitivamente a ameaça de remoção amplamente praticada naquele período. O brilhantismo e clareza de Cláudio Moraes na condução da Associação de Moradores em função de busca de melhorias sociais e qualidade de vida de seus moradores, me estimulou a realizar o documentário (Sérgio Péo, 15/12/2019, grifos nossos).*

O processo de negociação da compra das terras dos Guararapes, pertencentes naquele momento, a Sra. Maria Elisa de Oliveira Passos obteve, conforme informação extraída do Jornal do Brasil de 11 de janeiro de 1966,<sup>66</sup> o

<sup>65</sup> O documentário lançado no ano de 1979, foi premiado como o melhor curta do Festival de Gramado, no ano de 1979.

<sup>66</sup> Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_08/79210](http://memoria.bn.br/docreader/030015_08/79210)



apoio da Fundação Dom Armando Lombardi e da Região Administrativa de Botafogo. A Sra. Maria Elisa de Oliveira Passos pertencia a uma influente família do Estado da Guanabara. Casada com Francisco Pereira Passos, filho do ilustre ex-prefeito Pereira Passos.

Franklin Coelho nos relatou alguns detalhes da compra e o papel central exercido pela liderança Cláudio.

*O Cláudio era uma liderança muito forte e nos contou a história da luta pela terra, talvez a primeira favela do Rio de Janeiro que tinha a posse da terra, essa conquista com uma estratégia única deles, foi uma cotização entre os moradores e compraram a terra, pagaram essa terra. Então eles tinham maior orgulho dessa vitória, como um caminho estratégico deles e de alguma forma inovador. (Franklin Coelho, 13 de maio de 2020, grifos nossos)<sup>67</sup>.*

A igreja católica, através da Fundação Dom Armando Lombardi, exerceu forte influência no processo. Essa fundação foi criada em julho de 1963, tendo à frente a figura do Monsenhor Sérgio Sebastiani, secretário da Nunciatura Apostólica no Brasil e tinha como compromisso contribuir para o crescimento “espiritual, moral, educacional e econômico-social” dos moradores das favelas Guararapes e Vila Cândido.

*Aquela parte onde hoje é o colégio, foi comprado pela Igreja Católica né, eles compraram e doaram para que fosse feito o colégio. Foi na mesma época em que estávamos tentando comprar as terras. Eles apoiaram a compra das terras pelos moradores, até porque, eles não iam querer ter uma igreja em um local onde não iam ter público né. Pra eles não era interessante. Então foi aí que nos facilitou bastante na negociação com a proprietária, ajudou também o Senhor Cláudio a chegar até a proprietária. (Eduardo Silva, Sr.Duca, 18/10/2019, grifos nossos)*

Conforme apresentado no *Jornal do Brasil* de 15 de outubro de 1965, a construção do prédio da Fundação Dom Armando Lombardi na Favela dos Guararapes foi possível graças à mobilização de um grupo de religiosas que promoveram eventos sociais beneficentes com a finalidade de angariar fundos para a sua construção.

---

<sup>67</sup> Franklin Coelho, ex-estudante de arquitetura participou da elaboração de um projeto de urbanização elaborado por estudantes da UFRJ que contemplaria a favela dos Guararapes.

As obras da Fundação teriam como objetivo oferecer “assistência social aos 3 mil moradores da favela dos Guararapes. Seriam ofertados, creche, escola primária, escola profissional e constituição de bolsas de estudos<sup>68</sup>

Assim como os grupos religiosos que se mobilizaram em prol da construção do prédio da fundação, os moradores dos Guararapes também tiveram relevância nesse processo. Contribuindo junto à organização de eventos beneficentes e na oferta de mão de obra para construção do prédio, onde seriam realizadas as atividades promovidas pela fundação em questão.

Então começar a fazer aquilo ali, aí nós conseguimos até com a embaixada que nos cederam filmes inéditos no Brasil pra fazer uma série de avant premier. Conseguimos aí do Oliver Brune os salões, as projeções e começamos a arranjar dinheiro. Ele por sua parte, conseguia de um lado e nós estávamos conseguindo do outro, todos carreando pra um denominador comum, que seria o prédio. Depois que tiramos a Fundação ele contratou a Grosso Engenharia pra construir. A Grosso Engenharia veio construir e nós dávamos nosso trabalho sábado e domingo gratuitamente instalação elétrica, hidráulica, marcenaria, carpintaria, fazíamos tudo aí, fizemos tudo, tudo, tudo aí. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978)

A presença da Fundação Dom Armando Lombardi nos Guararapes reforçava a influência da igreja católica no território, que já se fazia possível através da Fundação Leão XIII. Ambas soavam, para o Estado, como um limitador do avanço dos ideais comunistas e poderiam exercer melhor um papel de mediadores entre poderes públicos e moradores.

Assim, a presença da Igreja Católica se fazia não apenas dentro de um viés evangelizador, detentora de terras localizadas nos Guararapes, sua presença efetiva no território, impedia que suas terras fossem ocupadas pelo processo de expansão da favela. Com exceção do terreno onde foi construída a Escola Municipal dos Guararapes, cedida à União de Pró-Melhoramento e Assistência Social para construção da igreja, a área onde funcionava a Escola de Freiras e todo o terreno localizado à esquerda da Ladeira dos Guararapes, na altura do número 263, foi vendida posteriormente pela Igreja Católica ao Hospital Adventista Silvestre<sup>69</sup>, que já era detentor do terreno localizado em frente a esta área.

<sup>68</sup> Edição 00242, Jornal do Brasil de 15 de outubro de 1965.

<sup>69</sup> O Hospital Adventista Silvestre, encontra-se localizado no endereço, Ladeira dos Guararapes desde o ano de 1942. Com a compra das terras pertencentes à igreja, já na década de 1980, o Hospital instalou nessa área um ambulatório, o setor de serviço social e já no ano de 2016, em acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, disponibilizou essa área para que fosse instalada a Clínica da Família, assim como informado por Sr. Eduardo Silva “Duca”, em entrevista concedida em 30 de agosto de 2020.

*Onde pertencia a Igreja Católica, era desde o colégio de Freiras lá em cima, na parte onde é hoje a clínica da família, aquilo tudo ali. Desde aquela entrada que era pra ir ali pra clínica da família, aquela casa ali, pertencia a igreja. Assim como também o Cerro-Corá, parte ali também pertencia a Igreja. Hoje a igreja doou também para os moradores do Cerro-Corá. Boa parte dali pertencia a Igreja, metade do Cerro-Corá pertencia a igreja. (Eduardo Silva, Sr. Duca, 30/08/2020, grifos nossos)<sup>70</sup>*

A partir da década de 1960, a Igreja Católica assumia um novo discurso frente às Favelas. Para Bohadana (1983, p.33), na relação entre “solo urbano e ação pastoral”, passou a ser incorporado, também, um discurso que defendia a “integração dos favelados à vida normal dos bairros da cidade”, desde que se pensasse em ações que, de fato, possibilitassem a melhoria econômica e social desses moradores. A Igreja Católica estimulou a inserção da favela nas intervenções do Programa Aliança para o Progresso<sup>71</sup>, e se pautava na defesa da permanência de seus moradores. Sob este viés, a chegada da Fundação Dom Armando Lombardi se fez norteadada pela promoção de ações voltadas à educação e profissionalização dos moradores dos Guararapes. A instituição foi bem recebida não apenas por estes moradores, como também pela Associação de Moradores dos Guararapes, que se fez favorável à sua chegada.

O Núncio apostólico do Armando Lombardi veio visitar a comunidade e se tornou simpático embora eu achasse que a simpatia dele era um pouco tanto quanto demagógica, mas ele trouxe alguma coisa também. Nós estávamos na fase de aceitar seja demagogo ou não, fosse espírita, esoterista, umbandista, de que face ou religião fosse, desde que estivesse fazendo doação, nós estávamos aceitando. Então, ele trazia alguma coisa e decidimos após... antes do falecimento dele, dá o nome dele, a obra social que passou a chamar Dom Armani Lombardi. Nós passamos pra lá o posto de distribuição que tínhamos funcionando aqui da farinha Eubra, Alimentos para Paz, passamos os nossos serviços médicos, o nosso atendimento odontológico, o clube de mães, uma escola de corte e costura, funcionava corte e costura, culinária, é... noções de higiene. Isso tudo eram moças e rapazes ministrar. Algumas de universidades e outros conhecidos e vinham e ajudavam, perdiam sábado e domingo. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1979)

Da mesma forma que a favela dos Guararapes atraía os olhares da Igreja Católica, outras instituições de cunho filantrópico se disponibilizavam em cooperar

<sup>70</sup> Assim como os Guararapes, os moradores do Cerro-Corá também se tornaram proprietários. Diferentemente dos Guararapes que se deu por meio da compra de terras, a favela do Cerro-Corá se fez construída em terras de propriedade da Igreja que posteriormente fez a doação para seus moradores.

<sup>71</sup> A inclusão dos Guararapes no Programa Aliança para o Progresso foi descrita no capítulo anterior.

no local. Dentre os apoiadores, estava a “*Peace Corps*” (Voluntários da Paz), agência federal estadunidense independente criada no ano de 1961 pelo então presidente americano John F. Kennedy. Composta por um grupo de voluntários americanos, que estariam “dispostos a servir ao seu país e à causa da paz vivendo e trabalhando no mundo em desenvolvimento”, oferecendo serviços essenciais em áreas que deles necessitassem<sup>72</sup>. Assim como a “Aliança Para o Progresso”, era uma iniciativa do governo Kennedy de influenciar os países em desenvolvimento e, na América Latina, significava um contraponto à revolução cubana.

A *Peace Corps* chegou ao Guararapes no ano de 1963, seus voluntários eram compostos por diferentes formações acadêmicas, engenheiros, geólogos, urbanistas e estagiárias de Serviço Social. De acordo com Cláudio de Moraes, a presença desses profissionais se deu por meio de palestras voltadas a orientar a população. Dessa experiência, Cláudio alegou que foi pouco significativa exceto, pela presença das estagiárias de Serviço Social:

Aproveitamos as heroicas estagiárias para nos desenvolvermos porque sentimos que elas estavam integradas ao todo da favela e elas transformaram-se em pedintes para nos ajudar. Com isso, conseguimos formar uma escolinha Jardim de Infância para educar nossos pequenos, o Clube das Mães, e um clube de jovens com diversões sadias. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 25 de março de 1977)

O relato do líder comunitário, Cláudio de Moraes, traz a relevância das futuras profissionais de Serviço Social nesse território. A atuação dessas profissionais se fez alinhada ao trabalho já desenvolvido pela Igreja Católica, seguindo um viés educativo e mantinham uma atuação conservadora, servindo ainda, como um braço de captação de recursos para os projetos idealizados pela União Pró-Melhoramento em parceria com a Igreja Católica. Não havia uma discussão contra a manutenção do *status quo*, pelo contrário, cabia às estudantes promover um ajustamento das relações sociais ali presentes, possíveis graças aos projetos educativos e profissionalizantes que seriam implementados com o apoio da Igreja Católica.

Uma vez que a relação da Igreja Católica com o território se fez cada vez mais fortalecida, a União Pró-Melhoramento também contou com o apoio da Região Administrativa (RA) de Botafogo no processo de compra das terras dos

<sup>72</sup> A *Peace Corps* permanece em funcionamento. Para mais informações acessar: <https://www.peacecorps.gov/about/history/founding-moment/>

Guararapes. Para a Revista Chão (1978, p.15), a aproximação de diferentes atores permitiu importantes ganhos que fez com que a favela dos Guararapes fosse apelidada de “favela modelo”. Dentre eles, a instalação de sistema de água potável, previamente autorizado pelo então governador Carlos Lacerda, seguida da construção do sistema de esgotamento sanitário, parcialmente executado, além da construção da escola local, que contou com o imprescindível apoio da Fundação Dom Armando Lombardi.

A Coordenação de Serviços Sociais defendia que as Associações de moradores não poderiam ter caráter político-partidário, de forma a contribuir localmente com o Estado. Na prática, a realidade foi diferente. Estabelecia-se uma relação permeada pela barganha eleitoral que ficou claramente evidenciada através da edição de 16 de julho de 1963 do jornal *O Globo*, com o título “Favelados criam o Comitê Lacerda-65”<sup>73</sup> que informava a existência de um comitê de favelados constituído, em sua maioria, de ex-adversários políticos do Sr. Carlos Lacerda, fundado com o objetivo de lançar e difundir a candidatura do governador carioca à Presidência da República.

---

<sup>73</sup> Jornal O Globo de 16 de julho de 1963.

# FAVELADOS CRIAM O COMITÊ LACERDA-65

UM COMITÊ de favelados, constituído em sua maioria de ex-adversários políticos do Sr. Carlos Lacerda, foi fundado na tarde de sábado com o fito de lançar e difundir a candidatura do governador carioca à Presidência da República.

## Solidariedade

A reunião compareceram moradores de diversas favelas da Guanabara, que hipotecaram solidariedade ao Governador pela sua "Carta ao Povo", lamentando as atitudes do Ministro da Justiça e do Chefe da Oasa Civil da Presidência da República, pelos termos classificados de injuriosos e grosseiros com que difamaram o Sr. Carlos Lacerda, desrespeitando o povo carioca.

## A Diretoria

O Comitê Central de Favelados e Ex-Favelados Lacerda-65 terá como presidente o Sr. José de Almeida Neto (Zézinho), da favela Ilha das Dragas, no Leblon. O Sr. Zilton Soares Campbell, da favela do Jacarézinho, foi eleito o vice-presidente. Os outros membros da diretoria são os seguintes:

secretário, Benedito Barreto, da favela João Cândido, na Penha; tesoureiro, Gérson Carvalho, da favela Ceu Azul, no Engenho Novo; diretor de arregimentação, Vicente Pereira da Silva, da Favela Guararapes, em Santa Teresa; diretor-social, Antônio Pereira da Silva, da favela Vila do Vintém, em Padre Miguel; diretor de relações públicas, Sérgio Tavares do Nascimento, da favela Vila Eugênia, em Deodoro; procurador-geral, Orlando Leite Pereira, do Parque Proletário n.º 1, na Gávea; Comissão de Planejamento, Luís Pereira de Araújo, da favela Morro de São João, no Engenho Novo; João Pereira da Silva, da favela Pavão e Pavãozinho, em Copacabana, e Manuel Nabor de Almeida, da favela de Jacarézinho. A reunião realizou-se no Diretório da UDN de Olaria.

Figura 34- Comissão Lacerda-65 contava com a presença do presidente da União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes. Acervo: Jornal O Globo, 1965

O comitê em questão, contava com a presença do presidente da União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes, Vicente Pereira da Silva. O Comitê defendia, justamente, a candidatura do político que havia implementado, no início de sua gestão, o Programa de recuperação social e econômica das favelas da Guanabara conhecido como "Operação Mutirão". No entanto, a partir de 1962, sob a liderança de Sandra Cavalcanti à frente da Coordenadoria de Serviço Social, o governo estadual se voltou para remoção de favelas com recursos do Fundo do Trigo.



Figura 35- Logo da Operação Mutirão divulgada no Jornal Correio da Manhã de 25/03/1962.

Acervo: Jornal Correio da Manhã

A substituição de Jose Arthur Rios à frente da Coordenadoria de Serviços Sociais pela mencionada Sandra Cavalcanti em 1962 recolocou as remoções como política de Estado (Gonçalves, 2013) e restringiu as intervenções em prol da urbanização de favelas. Tais intervenções voltaram a ser cogitadas pela sua sucessora, Hortênsia Abranches<sup>74</sup>.

Diferentemente de outras favelas cariocas, não se observou, ao longo dessa pesquisa, uma aproximação da associação de moradores dos Guararapes junto à Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara (FAFEG), fundada no ano de 1963, que exerceu forte resistências as remoções promovidas pelo governo Lacerda no Estado da Guanabara<sup>75</sup>. Justificada pelo fato de que nos primeiros anos de fundação, a Federação, além das suas ações em prol da permanência das favelas, se mostrou contrária ao governador Carlos Lacerda, político este apoiado explicitamente pela liderança de Vicente Pereira da Silva.

Observa-se dentro da União Pró-Melhoramento uma disputa de interesses divergentes. Enquanto seu presidente focava nos esforços da campanha eleitoral de Carlos Lacerda, os irmãos Couto, integrantes desse espaço associativo, buscavam atrair a atenção dos moradores dos Guararapes para a compra das

<sup>74</sup> Jornal do Brasil, 11 de janeiro de 1966.

<sup>75</sup> Mesmo na década de 1970, a já FAFERJ não se associou compra das terras dos Guararapes.

terras. Além do explícito apoio político, o então presidente, foi acusado por Pedro de Moraes Couto de acobertar a venda indevida de barracos dentro da favela, o que inviabilizava o controle do crescimento dos Guararapes e colocava em risco o plano de compra das terras, já iniciado e que precisava do apoio massivo dos seus moradores. Em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* em 29 de dezembro de 1965, o integrante da União Pró-Melhoramento e Assistência dos Guararapes, Pedro de Moraes Couto, narrou o processo de corrupção presente nos Guararapes e como o então presidente contribuiu para uma desmoralização desse espaço participativo:

Os favelados depuseram a Diretoria da União de Pró-Melhoramento dos Guararapes, responsabilizada pelos atos que ali ocorriam.  
- Foi uma luta incessante- conta o senhor Pedro de Moraes Couto- porque fomos obrigados a mobilizar muitas famílias na nossa campanha de moralização da favela. Mas, aos poucos, a confiança na nova diretoria foi aumentando e iniciamos a recuperação. Começaram a sentir que o nosso ideal era de melhores dias para os favelados, sem a isenção de lucros financeiros ao contrário do que ocorria com a antiga diretoria, destituída por corrupção. (Jornal do Brasil, 29 de dezembro de 1965).

Mesmo com a mudança de gestão, com a eleição de Negrão de Lima (1965 a 1970), a União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes se fez próxima do Sr. Nélson Costa, Administrador Regional de Botafogo. Administrador esse que foi, inclusive, apontado como o responsável em orientar uma reorganização da gestão da supracitada Associação, conforme informado na reportagem de 29 de dezembro de 1965 do *Jornal do Brasil*.

O Administrador Nélson Costa desempenhou um importante papel no processo de compra das terras dos Guararapes. O então administrador junto com a Assistente Social da RA, Sra. Marília de Queiros Toninho contribuíram para que a Associação de Moradores chegasse até a dona das terras dos Guararapes, Sra. Maria Elisa de Oliveira Passos, intermediando, também, o contato com comerciantes para do bairro para obterem recursos para custear a construção de moradias populares no terreno a ser adquirido pelos moradores dos Guararapes.

O presidente da União de Pró-Melhoramento, Sr. Antônio Paulo Gomes, explicou que o objetivo é fundar uma cooperativa de moradores, a fim de custear a construção de casas de alvenaria. As casas serão erguidas em lotes de 70 metros quadrados. Depois que a casa de um morador estiver pronta, ele ajudará na construção de outra. **É intenção do Administrador Regional de Botafogo, Sr. Nélson Costa, pleitear junto aos**



**proprietários de cinema do bairro, para que dediquem sessões especiais em benefício da Cooperativa da Favela dos Guararapes.**<sup>76</sup>

Assim como na “Operação Mutirão”, a ideia inicial era que os moradores dos Guararapes, após efetuada a compra das terras, substituíssem seus barracos por casas de alvenarias, construídas em regime de mutirão. Da mesma forma que a União Pró-Melhoramento conseguiu o apoio da RA de Botafogo, outro importante apoio no processo de compra foi a Secretária de Serviço Sociais, Sra. Hortênsia Abranches, sucessora de Sandra Cavalcanti.

O *Jornal do Brasil*, de 30 de dezembro de 1965, tornava público o apoio por parte da Sra. Hortênsia Abranches. De acordo com a mesma, o processo de compra das terras dos Guararapes, além de inédita, também era louvável e poderia ser inclusive inserida ao programa do então Governo do Estado, partindo do pressuposto que poderia haver a urbanização das favelas, garantindo, assim, a permanência dos seus moradores. Um dado importante, apresentado pela reportagem, foi que o então projeto de compra das terras dos Guararapes já havia sido encaminhado para a ex-Secretária de Serviços Sociais, Sandra Cavalcanti, mas seu despacho não foi possível. De acordo com Dona Ernestina Belo, Assistente Social da Secretaria de Serviços Social, a inviabilidade se fez pela justificativa de que o Centro de Recuperação de Favelas não dispunha de material disponível para a construção das casas previstas no projeto de urbanização idealizado pelos moradores dos Guararapes.

Dentro da proposta de Mutirão apresentado pelos moradores dos Guararapes, a Secretária Hortênsia Abranches se fez favorável, prometendo ainda, orientação técnica para construção das casas, obras de infraestrutura, além de investimento nas áreas da saúde e educação.

Dona Hortênsia disse que entrará imediatamente em contato com a COHAB, no sentido de enviar engenheiros-arquitetos, que irão auxiliar os favelados na construção de suas novas residências e técnicos que poderão construir uma rede de esgotos na Favela dos Guararapes. Dona Hortênsia vai também entrar em contato com a Secretaria de Saúde, para que ele auxilie os favelados instalando no local um centro médico, e com a Secretaria de Educação, para que envie professores para a escola da Favela dos Guararapes, em fase final de construção. (*Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1965)

A primeira visita da Secretária à favela dos Guararapes se deu em 10 de janeiro de 1966. Na ocasião, ela buscava junto à União pro-melhoramentos mais

---

<sup>76</sup> *Jornal do Brasil*, 29 de dezembro de 1965. *Grifos da autora.*

informações a respeito do projeto de urbanização pensado pelos moradores a partir da aquisição das terras dos Guararapes.

No mesmo ano em que o Governador Negrão de Lima inaugurava o maior conjunto de unidades populares, Cidade de Deus, projeto originário de Carlos Lacerda, que abrigaria famílias advindas de remoções em massa de favelas da Zona Sul, a ideia da compra dos Guararapes fazia-se inacreditavelmente aceitável para o então Governador Negrão de Lima. De acordo com a Sra. Hortênsia, a justificativa pelo interesse de conhecer a favela dos Guararapes partia de uma ordem vinda do governador da Guanabara, Negrão de Lima, que se mostrou interessado em conhecer o plano de compra idealizado pelos moradores dos Guararapes.

Em reunião com representantes da União de Pró- Melhoramento local, ela tomou conhecimento do plano de urbanização dos moradores, assim como teve acesso às plantas e levantamentos aerofotogramétricos custeados pelos moradores dos Guararapes. A população não só apresentava um elaborado plano de compra das terras, como também cobrava do governo o apoio na execução de um plano de urbanização da área.

A Secretária ouviu tudo atentamente, inclusive o pedido de urbanização da área de 33X700 metros quadrados, que constitui o espaço ocupado pela Favela dos Guararapes. A urbanização compreenderia a cobertura do Rio Carioca, abertura de ruas, pavimentação, esgotos sanitários, esgotos para águas pluviais e divisão das zonas residenciais, que serão núcleos com nomes diferentes. (Jornal do Brasil, 11 de janeiro de 1966).

Frente à apresentação do plano de urbanização, a então Secretária de Serviços Sociais, em nome do governo da Guanabara, prometeu urbanizar a favela e divulgar os planos dos seus moradores num programa de televisão após concluída a compra do terreno e efetuado o registro no cartório de Registro Geral de Imóveis.

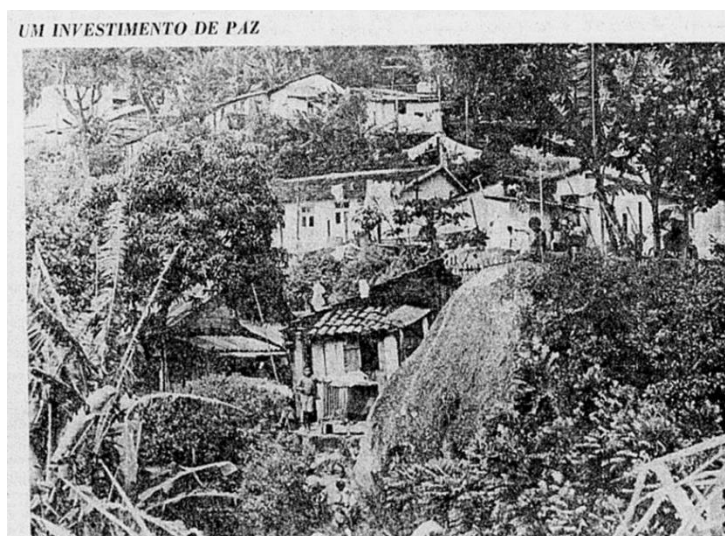
#### 4.3

##### **Guararapes: a inédita compra das terras**

A notícia da compra das terras do Guararapes se espalhava e logo atraía atenção dos veículos de imprensa que reproduziam, em suas manchetes, um discurso estigmatizado e contrário às favelas. A compra das terras dos Guararapes representava para estes periódicos, sua **Desfavelização**.

A favela dos Guararapes, no Cosme Velho, será comprada pelos próprios favelados, por Cr\$70 milhões, no prazo de 45 meses, com dinheiro arrecadado entre os moradores, que estão prontos a colaborar, porque o **investimento representa paz e urbanização**, “que é o melhor presente de ano novo” (...).

A Favela dos Guararapes reúne 230 famílias, com cerca de **450 crianças entre um e 12 anos, que estão passando suas férias escolares brincando em córregos de esgotos sanitários. Apesar de tudo, os favelados gostam do lugar**, porque estão à margem do histórico Rio Carioca. (Jornal do Brasil, 29 de dezembro de 1965).



**Figura 36- Favela dos Guararapes, Jornal do Brasil de 29 de dezembro de 1965. Acervo: Jornal do Brasil.**

A reportagem do Jornal do Brasil, de 1965, com o subtítulo “**Limpeza Geral**”, pontuava que, para concretizar o **processo de Desfavelização dos Guararapes** era necessário remover os “marginais” que ali viviam. Informando de que graças à ajuda policial, a Associação de Moradores expulsou aqueles considerados “desocupados” restando apenas no local os “trabalhadores e pais de família”. Aos que fosse permitido ficar, deveriam dispor-se a contribuir para a “urbanização local” ajudando na instalação de luz e água em todos os barracos. Aqueles que desejassem realizar qualquer tipo de obra em seu barraco deveriam previamente pedir autorização para a associação de moradores da localidade.

Na data de 20 de junho de 1967, a AMOG apresentava oficialmente à Região Administrativa a proposta de compra das terras dos Guararapes. Na ocasião estava também presente o novo Secretário de Serviços Sociais, Vitor Pinheiro, que se mostrou favorável à compra e reiterou a possibilidade de urbanização dessa favela.<sup>77</sup>

<sup>77</sup> Informação obtida em entrevista concedida pelo líder comunitário Cláudio de Moraes ao Jornal do Brasil de 25 de março de 1977.

Ao todo, o processo de negociação junto à proprietária perdurou por dois anos e apenas em 21 de julho de 1967 foi concretizada a compra do terreno de 33.700 m<sup>2</sup>, correspondente à área da Favela dos Guararapes. As 236 famílias concretizaram a compra pagando a Sra. Maria Elisa de Oliveira Passos uma entrada de NCr\$2 mil (dois milhões de cruzeiros antigos) dos NCr\$50 mil (50 milhões de cruzeiros antigos) que seriam pagos em parcelas. A cerimônia de compra contou ainda com a presença do Secretário de Assistência Social, que firmou que a Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG) estaria responsável pelo financiamento das unidades habitacionais que seriam construídas no terreno e ofertadas aos seus moradores.<sup>78</sup>



Figura 37- Registro do processo de compra das terras dos Guararapes.

No ato da compra do terreno, o Sr. Cláudio Moraes Couto fez um discurso em que agradeceu à proprietária da fazenda pela venda das terras dos

<sup>78</sup> A Companhia Progresso do Estado da Guanabara - COPEG - foi fundada na data de 04 de dezembro de 1961, em consonância à Lei nº 47, de 23 de outubro datada no mesmo ano. Em sua criação, a COPEG representava a função de órgão executor da política de planejamento econômico do Estado da Guanabara. A partir da segunda metade da década de 1960, através do lançamento da Carteira Imobiliária, na qual era ofertado o financiamento da casa própria. A COPEG se tornou um braço importante do BNH na implantação da política de habitação em curso no cenário brasileiro.

Guararapes. Na sua fala, ele ressaltou a necessidade de se pensar no acesso dos trabalhadores à cidade, começando pelo direito básico à moradia.

Os moradores são representantes da força de mão-de-obra que movimenta o país e, portanto, têm direito a um lar. (Fala do Sr. Cláudio Moraes Couto, publicada pelo *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1967)

A Associação de Moradores dos Guararapes não era mais referenciada como União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes, ela passou a ser denominada como Associação dos Moradores dos Guararapes (AMOG)<sup>79</sup>. Na data de assinatura, o Sr. Antônio de Paula Gomes, presidente da AMOG, ressaltou, em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil*, a dificuldade e os entraves impostos durante o processo de compra. De acordo com o mesmo, no momento que se optou pelas compras das terras, foi criada uma cooperativa nos modelos das preconizadas pelo Banco Nacional da Habitação e levada para o BNH, mas em decorrência de uma série de entraves levantados pela BNH, não se permitiu a sua aprovação.

Com a negativa da cooperativa, os moradores dos Guararapes montaram um condomínio com 50 sócios, cabendo a cada associado, que correspondia a uma família, o pagamento de NCr\$45,00 (45 mil cruzeiros antigos) como entrada e o montante de NCr\$25,00 (25 mil cruzeiros antigos) ao mês. Para o Sr. Antônio de Paula Gomes, o sucesso da criação da cooperativa foi possível graças ao apoio e orientação da RA de Botafogo. O mesmo reconheceu ainda a importância da compra destas terras e enfatizou a importância das agências financeiras estatais apoiarem a construção de unidades habitacionais nesse endereço

A compra das terras beneficiou mais do que os 50 primeiros associados. No ato da compra, mais de 200 famílias foram contempladas. Administrar a cobrança das taxas deste número elevado de associados exigia um esforço enorme da AMOG, assim como a criação de algumas regras internas. O número de devedores era alto. Alguns deles compareciam às reuniões junto à AMOG na tentativa de justificar sua inadimplência e conseguir o adiamento do pagamento de sua dívida:

Sr. X, funcionário do Hospital Silvestre, recebendo o salário de Cr\$120,00 não tinha condições no momento de pagar suas prestações. Com a palavra o Sr. Relator, que fez as suas devidas explicações e pediu que a

---

<sup>79</sup> Nome este usado até os dias de hoje pela Associação de Moradores dos Guararapes.

Diretoria fizesse um estudo na situação do citado Sr., e pediu que fôsse feita uma votação.

Votou o Sr. Cláudio, a favor do Sr. X e explicando, também que o citado Sr., se prontificasse a pagar, após o mês de fevereiro, mesmo com juros, com as explicações do Sr. Cláudio de Moraes a Diretoria se deu por satisfeita e votaram todos a favor do Sr. X. (Ata da Reunião Extraordinária de 05 de Dezembro de 1967)

Assim como informado em reunião de 01 de janeiro de 1968 e registrado em Ata, a Associação deveria remeter mensalmente um relatório de sócios que não estivessem em dia. Aqueles que estivessem com o pagamento em aberto correriam o risco de terem a suspensão de sua matrícula junto à AMOG e consequentemente, o direito de permanecer residindo nas terras dos Guararapes (artigo 35 do Estatuto da AMOG).

O elevado número de inadimplentes preocupava a Associação de Moradores dos Guararapes que temia não conseguir arcar com a parcela do financiamento da compra das terras, realizado no prazo de 48 meses. Para garantir o pagamento das parcelas e arcar com outros custos administrativos, a Associação de Moradores recorreu à possibilidade de cobrança de aluguel dos moradores que não estivessem com as suas cotas em dia:

O Sr. Relator explicou que a partir do mês de fevereiro, será cobrado aluguel a todos aqueles que ainda não pagaram as suas cotas, não sendo pago o aluguel, será estudado a ordem de despejo. (Reunião Extraordinária de 21 de janeiro de 1968).

Mesmo frente às inúmeras estratégias adotadas pela AMOG, o número de devedores permanecia significativo. Era necessário a adoção de uma estratégia mais dura. Dessa forma, ficou acordado pela direção da AMOG que os devedores estariam passíveis de expulsão. A exclusão só era cabível, quando se esgotasse todas as tentativas de renegociação da dívida:

Solicitando o Sr. Presidente ao Sr. Diretor Gerente a demonstração do respectivo boletim, tendo em vista o Sr. Diretor Gerente, de acordo, com informações do mapa da tesouraria, os mencionados sócios já há muito era possíveis de eliminação, solicitando o Sr. Presidente ao Sr. Diretor Social, que informou a presidência que os mencionados sócios não efetuaram os pagamentos por não ser do interesse dos mesmos, tendo em vista as visitas feitas por ele as residências dos sócios, no sentido de que os mesmos regularizassem seus débitos, o que não ocorreu, tendo então o Sr. Presidente solicitado o parecer do Sr. Vice-Presidente que com a palavra discorreu sobre a inutilidade dos esforços desenvolvidos pelos membros desta casa, junto aos mencionados sócios para que efetuassem seus pagamentos em tempo hábil, sendo em vão seus esforços, tendo em vista os pareceres emitidos. Determinou o Sr. Presidente de acordo os seguintes membros, Sr. Antônio de Paula Gomes- Presidente, Francisco

Mathias- Vice- Presidente, Cláudio de Moraes- Diretor Gerente, Alceu Martins- Secretário Geral e Jorge Rosa- Diretor Social.

Tendo em vista o seguinte:

Eliminação de sócios em débito com a Associação de acordo com o art. 35 dos estatutos e que são eles em nº de três abaixo mencionados. (Ata da Reunião Extraordinária de 10 de junho de 1969).

#### 4.4

#### **Guararapes: urbanizar em vez de acabar**

O processo de compra efetivado pelos Guararapes e a promessa do Estado em promover um projeto de urbanização da favela em questão nos permite uma reflexão referente às intervenções políticas previstas para as favelas. Observamos que o governo Negrão de Lima, ciente do fracasso da política remocionista do seu antecessor, não a descartava por completo. Todavia, mostrava-se, também, receptivo à ideia de urbanização das favelas. A experiência inédita da compra das terras chamava à atenção de outras favelas. Em contrapartida, a aceitação do Estado se fazia de maneira seletiva, incentivando além dos Guararapes as favelas localizadas em áreas que não interferissem o mercado imobiliário que se encontrava em ascensão.

De acordo com o Secretário de Serviço Sociais, Sr. Vitor Pinheiro, no ano de 1967, o Estado da Guanabara registrava uma população de 800 mil favelados, o que representava 20% da população da cidade. Essa população encontrava-se ocupando cerca de 160 mil barracos distribuídos em 306 favelas. A atuação “paternalista” frente às favelas deveria ser descartada. Ao citar a necessidade de remoção de algumas favelas: Santa Marta, Macedo Sobrinho, Morro do Pinto e Catacumba, ele atribuía a razão às condições insalubres dessas favelas. Se, por um lado, a remoção se fazia presente em seu discurso, por outro não descartava a possibilidade de urbanizar certas favelas. Para ele, à medida que os moradores dos Guararapes passassem a ser contribuintes do Estado, eles seriam merecedores de um plano de urbanização<sup>80</sup>. Dessa forma, a urbanização das favelas deveria estar condicionada ao pagamento de impostos.

---

<sup>80</sup> Informação extraída da reportagem “Secretário quer algumas favelas erradicadas”, publicada pelo Jornal *O Globo* de 27 de julho de 1967. A reportagem traz em seu texto uma dualidade no que tange a política voltada às favelas, sobretudo durante a gestão Negrão de Lima. Ao mesmo tempo que o Secretário de Serviços Social defendia a remoção das favelas, ele aventava a possibilidade de urbanização dos Guararapes e quem sabe de outras favelas, desde que estas também realizassem a compra das terras que estavam ocupando.

A seu ver, o exemplo dado pela Favela dos Guararapes poderá ocasionar o que denominados de “Revolução das Favelas”, pois a condição de proprietários dos ex-favelados elimina os constantes conflitos entre locatários de favela e a Justiça Estadual. (Jornal *O Globo* de 27 de julho de 1967)

O Secretário assinalou que, de modo geral, dentro de um clima de colaboração, os favelados podiam adquirir os terrenos que habitavam. (Visão do Secretário de Serviços Sociais Vitor Pinheiro sobre o processo de urbanização dos Guararapes, entrevista concedida ao Jornal *O Globo* de 27 de julho de 1967). Sob este mesmo viés, a reportagem do Jornal do Brasil de 23 de setembro de 1967, com o título “**Morro do São João será de moradores**” relatava que o Governo do Estado, através da Secretaria de Serviços Sociais, desejava desapropriar a área ocupada por 330 famílias evitando que fossem removidas de lá. A ideia era de que depois de desapropriada, a área fosse vendida em prestações assim como ocorrido nos Guararapes. Na ocasião houve uma reunião entre os presidentes das favelas Morro do São João e Guararapes e, também, realizado um estudo socioeconômico das famílias residentes no Morro do São João. Segundo informado pela Associação de Moradores dos Guararapes, no ano de 1969, orientou também, representantes da favela do Acari no processo de compra das terras de Acari.<sup>81</sup>

Após a compra das terras, por diversas vezes, os veículos de imprensa se reportavam a favela dos Guararapes como sendo não mais uma favela e sim, um **Condomínio**. Junto com a compra das terras ressurgia a promessa de realização das obras de urbanização por parte do Estado, assim como a substituição dos barracos de madeira por casas de alvenaria construídas com recursos públicos. Dentro dessa perspectiva, a matéria publicada em 23 de setembro de 1969 pelo Jornal do Brasil descrevia o processo de compra e o apresentava como uma experiência vitoriosa e de que, logo, seus moradores deixariam de residir em barracos para morar em “residências confortáveis” construídas através do financiamento da Copeg para a construção de um conjunto de 150 unidades de dois quartos, sala e demais dependências. A promessa era transformar Guararapes em um **bairro** moderno, com clube, cooperativa, colégios, ambulatório e *playground*. O processo de compra das terras dos Guararapes era visto, ingenuamente, por seus moradores como o fim do fantasma da remoção

<sup>81</sup> Jornal do Brasil de 23 de setembro de 1967.



que os assombrava desde o seu surgimento. A compra da terra os alçaria ao *status* de *ex-favelados*.

Existe na Ladeira dos Guararapes, Bairro do Cosme Velho, bem lá em cima uma ex-favela com 63 anos de idade, comum como todas as demais. Digo ex-favela porque seus moradores para fugir a diversificação de opiniões sobre favelas e favelados decidiram tomar uma providência séria em seu caso, saindo pela tangente da orientação do gabinete, onde uns defendiam a política de remoção pura e simples, enquanto outros defendiam a urbanização na medida do possível. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1977).

Porém, mesmo de posse da titularidade da terra e de uma aparente “legalidade”, os órgãos de financiamento habitacional se recusaram a pensar em qualquer projeto de habitação destinado aos moradores dos Guararapes. A promessa de construção das moradias populares, assim como as obras de urbanização, prometidas pela gestão de Negrão de Lima, não foram cumpridas. Tal cenário frustrava os representantes da AMOG, que se sentiram traídos pelo Estado.

Apesar da saída do Sr. Vicente Pereira da Silva do cargo de liderança da Associação e a substituição da União Pró-Melhoramento pela AMOG, a Associação sempre manteve uma relação de diálogo com o poder público. A opção em se manter uma gestão que fugia de uma posição de enfrentamento mantinha-se dentro da AMOG. Para o arquiteto e cineasta Sérgio Péo, a comissão que tinha, em sua composição, Cláudio de Moraes, funcionário federal do Incra, “evitava conflitos com a ditadura com rara elegância, sabedoria e firmeza de propósitos”. No entanto, das inúmeras solicitações encaminhadas ao poder público, apenas a construção de um muro de arrimo foi concretizada:

Nada disso veio, até que em fatídica Sexta-Feira da Paixão desabou uma barreira destruindo casas de alvenaria e ameaçando a via pública e então veio uma parte do muro pra proteger a rua. Veio também uma canaleta, pois acharam que as águas deveriam ser reconduzidas. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1977)

Para o líder Cláudio de Moraes era necessário que os Guararapes requeressem seus direitos enquanto contribuintes. Todavia, o Estado não mostrava interesse em levar à frente a execução do projeto prometido. Assim como em tantas outras favelas, o Estado chegava aos Guararapes para atender, não a um pedido da população e sim, para atenuar um problema que impactava os moradores do entorno da favela em questão. Foi necessário que houvesse uma forte chuva no ano de 1970, para que o Estado, finalmente, realizasse a

construção do muro de arrimo solicitado há tempos pelos moradores dos Guararapes e que, só teria “saído do papel” após ter comprometido uma via pública vizinha aos Guararapes.

Mesmo diante do descaso do Estado, os moradores dos Guararapes, mais uma vez, tentavam através do diálogo, fazer valer seus direitos. Assim, no ano de 1971, seus moradores, em reunião com o governador da Guanabara, Antônio de Pádua Chagas Freitas (1971-1975), mais uma vez, apresentavam seu projeto de urbanização para a área. Foram informados de que as obras de infraestrutura não teriam sido efetivadas em decorrência da falta de verbas e de que acordo com o Departamento da Geotécnica, a prioridade máxima era a finalização das obras da canaleta. Se a resposta do governo não foi positiva, na COHAB também nada havia sido avançado:

Fomos a COHAB, no que se referia à urbanização, mas houve a interferência da CHISAM- Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana. Recorremos então à COS- Carteiras de Operações Sociais (BNH), mas nosso documento foi anexado ao processo da CHISAM. Disseram-nos então para recorrer à CODESCO, mas novamente o requerimento foi anexado ao da CHISAM, órgão do Ministério do Interior. Resolvi então escrever uma carta e quase entrei em cana. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1977)

A tal carta enviada ao ministro, que quase levou o líder Cláudio de Moraes à prisão parecia ter surtido efeito. No início de 1972, a CHISAM encaminhava uma carta endereçada à AMOG. Nela, era informado que a Favela dos Guararapes estava sendo estudada e previa-se a construção de um bloco de prédios nessa área. Em resposta, a associação dos Guararapes se mostrou contrária a essa ideia alegando que em decorrência da declividade do terreno, o mais adequado era manter o projeto inicial que previa a construção de casas. Em busca de se manter o projeto inicial, a AMOG encaminhou uma solicitação ao BNH reivindicando a manutenção da proposta encaminhada pelos moradores<sup>82</sup>.

A promessa de urbanização da favela dos Guararapes feita pela ex-Secretária de Serviços Sociais, Hortênsia Abranches, ainda em janeiro de 1966, quando conheceu o plano de compras da área em que residia os moradores dos Guararapes parecia, finalmente, possível de ser concretizada. Passados sete anos, a Sra. Hortênsia Abranches, à frente da Superintendência da Codesco, apresentava um projeto de urbanização que contemplaria sete favelas do Rio de

---

<sup>82</sup> Informação obtida em reportagem do *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1977.

Janeiro. Sobre a escolha dessas favelas, o jornal *O Globo* de 04 de maio de 1973, narrava como havia se dado a seleção das favelas:

A urgência da urbanização das setes favelas foi determinada após o levantamento feito no ano passado, por uma equipe integrada por técnicos das Secretarias de Planejamento e de Serviços Sociais, Cohab e Codesco. Domingo passado, o Secretário de Serviços Sociais, Mario Tobias, teve reunião com a diretoria da Federação das Favelas, quando a Sra. Hortênsia Dunshee de Abranches fez uma palestra mostrando a situação de cada comunidade favelada, seus recursos e possibilidades de urbanização.

Na mesma ocasião, depois de ouvir os representantes dos favelados, o Secretário Mário Tobias decidiu pela urbanização, em caráter de urgência, de sete favelas.

Entre elas está a maior de todas, a do Jacarezinho, com mais de 100 habitantes. As outras são: Acari-Coroado, com seis mil habitantes; Guararapes, com 600; Roquete Pinto, com 12 mil; Barreira do Vasco, com 15 mil, Parque Nossa Sr.<sup>a</sup> da Penha, no Caju, com 500 e Coimbra Bueno, onde o número de moradores não foi levantado.

Três das favelas a serem urbanizadas apresentam características especiais: Guararapes, cujos terrenos foram comprados e estão legalizados pelos moradores; Parque Nossa Sr.<sup>a</sup> da Penha que já tem o projeto de urbanização, parte já executada e a do Jacarezinho que, além de ser a maior, possui comércio desenvolvido e dezenas de indústrias. (Jornal *O Globo* de 04 de maio de 1973)

Na mesma data em que Guararapes retornava às manchetes dos jornais como uma das sete favelas escolhidas pelo projeto de urbanização a ser conduzido pela Codesco, o jornal *O Globo* trazia, em uma outra página do jornal, uma matéria toda dedicada à Vila dos Guararapes. A matéria do jornal *O Globo* de 04 de maio de 1973, em sua página 5, trazia o título “Na Vila dos Guararapes, todos os favelados são proprietários” contava a história do surgimento dos Guararapes, bem como o processo de compra das terras e a promessa de construção de casas pela Codesco. A companhia previa arcar apenas com as obras de infraestrutura, quanto à construção das unidades habitacionais se daria por meio do financiamento do BNH. Mesmo que houvesse a possibilidade de financiamento em um prazo de vinte anos com juros e correção monetária, de acordo com a equivalência salarial, a população demonstrava preocupação em como conseguiria arcar com essa dívida.

Nos foi prometido, isso inclusive com documento, que a partir do momento que nós tivéssemos a documentação em dia nós seríamos alvo imediatamente de uma urbanização. Isso dito quando o Doutor Vitor Pinheiro era ainda Secretário de Serviço Social, bastante tempo, isso dito pela Codesco, isso dito pela Secretaria de Planejamento, por um grupo de estudiosos do Fenômeno Favela que se reuniu e determinaram que o Guararapes era prioritário na organização, teria prioridade na organização.

Então, nós fomos ENGANADOS, nós fomos enganados e enganamos a nossa comunidade. Isso é que foi horrível. Porque se eles não enganassem, eu estava satisfeito, mas fazer com que eu engane minha comunidade, eles estavam me desacreditando.

Eu custei muito pra cair em mim, que eles estavam me usando. (Cláudio de Moraes, trecho do documentário Associação dos Moradores dos Guararapes, 1978).

Frente aos inúmeros entraves burocráticos por parte do governo, a promessa de transformar os Guararapes em um “bairro moderno” parecia um sonho distante.

Os moradores pobres do Rio de Janeiro têm tido muitas poucas oportunidades de fazer valer suas opiniões sobre onde e como morar. Quando o podem, revelam uma clareza típica de quem tem de contar com uma “ideologia do cotidiano” a mais pragmática possível. Ao ouvi-los, fica claro que não lhes servem as máquinas burocráticas e empresárias que o Estado oferece para que resolvam seus problemas. Tampouco podem funcionar como peças dos jogos econômicos favoráveis ao Capital, pois isto só colide com os mecanismos, às vezes, muito complicados, que têm de manipular (redes de solidariedade, de amizade e de parentesco) para aguentar as dificuldades da vida. (Santos, 1982, p. 13)

Como o Estado se recusava a prover a construção das moradias, assim como as obras de urbanização dos Guararapes, cabia mais uma vez, aos seus moradores encontrar outras estratégias que permitissem colocar seu projeto em prática.

A primeira tentativa ocorreu por meio de uma aproximação junto à organização internacional “*Inter-American Foundation*”, a promessa era de que a organização assumisse a execução das obras, mas, para isso, era necessário que o Estado estivesse de acordo. O valor do plano de urbanização dos Guararapes foi orçado em Cr\$305.000,00 pelo escritório de arquitetura Quadra de Arquitetos Associados LTDA. A empresa em questão contava com um nome de peso, “Dr. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, figura importante na trajetória de urbanização de Brás de Pina. Frente à necessidade de autorização prévia por parte do governo, a AMOG reuniu uma série de documentos exigidos pelo BNH (cópia de escritura e venda, imposto de transmissão, imposto territorial e predial, levantamento planialtímetro, cópia da planta, estudo de aproveitamento, projeto da AMOG, projeto da equipe técnica da COHAB, estatuto da AMOG e 140 fichas de renda familiar de associados deste condomínio). Associação fez o devido envio<sup>83</sup>. Meses de espera se passaram e apenas em outubro de 1974, o governador Chagas

---

<sup>83</sup> *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1977.

Freitas anunciava a autorização do convênio que seria estabelecido entre o BNH, CODESCO, *Inter-American Foudation*, AMOG e o Governo do Estado da Guanabara. O convênio em questão compreenderia ao projeto de urbanização e construção das unidades habitacionais. O que parecia ser o fim de uma longa espera, em pouco tempo se desfez. O ano de 1975 se iniciava e com ele, mais uma vez, a população dos Guararapes viu seu sonho se esvair.

Ocorre um fato estranho. A *Inter-American Foudation* escreve a nossa Associação agradecendo a cópia do Decreto que cria a Codesco “a quem compete a atribuição de elaborar os estudos necessários à urbanização de favelas”, a partir do que aquela fundação “se recusava a substituir recursos locais em um programa”. o Decreto da Codesco não fora enviado por nós. Em síntese, quando já estava tudo pronto para a assinatura do convênio, responsabilidade das partes definidas, minuta pronta, sai a *Inter-American Foudation*, que deixava o problema para a Codesco. Vem a Fusão e acabam com a Codesco e nosso processo continua sem solução. O BNH afirma que continua a estudar o nosso caso, falam muito, mas nada de concreto acontece. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida ao Jornal do Brasil de 25 de março de 1977)

Desacreditados pelo poder público, as lideranças dos Guararapes usando de sua popularidade no meio acadêmico, em especial nos cursos de Arquitetura, onde era vista como uma “Favela Modelo”. Buscavam novas parcerias e renovavam as esperanças de ver seu projeto sair finalmente do papel.

#### 4.5

#### **Levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima**

Quase dez anos depois de terem efetuado a compra das terras dos Guararapes, seus moradores ainda não haviam sido contemplados pelos inúmeros projetos de urbanização anunciados para o local. Descrentes, seus moradores buscavam o apoio do meio acadêmico para conseguir tirar do papel o projeto por tanto tempo idealizado por seus moradores.

**O Processo BNH-00/70 479, relativo ao pedido do financiamento para urbanização e construção de moradias no local, data de 19 de novembro de 1974, mas até hoje o órgão não deu a solução. Os moradores de Guararapes estão dispostos a fazer o trabalho por sua conta e para isso esperam ter ajuda de cinco estudantes de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula, que acabam de realizar um levantamento completo da situação (Jornal do Brasil, 26 de dezembro de 1976).**



*Guararapes tem bela vista e uma vizinhança de elite, mas seus terrenos não existem oficialmente*

**Figura 38- Jornal do Brasil, 26 de dezembro de 1976. Acervo: Jornal do Brasil.**

Assim como citado na reportagem, a atuação do espaço acadêmico foi importante nesse movimento de mutirão por parte dos moradores dos Guararapes em prol de melhorias. A pesquisa em si não encontrou, seja por meio de entrevistas, seja em outras fontes o projeto realizado pela Universidade Santa Úrsula.

Soube desse projeto da Universidade Santa Úrsula, apenas isso. Na verdade, intermediei junto com Tania Coelho a formação de uma equipe de apoio a criação de um projeto de saneamento básico. Mas quem poderá te dar maiores detalhes é o engenheiro Franklin Dias Coelho, na época recém formado e principal articulador dessa equipe de trabalho. (Sérgio Péo, cineasta, entrevista concedida em 15 de dezembro de 2019).

Em diferentes falas, seja através de publicações acerca dos Guararapes, seja nas entrevistas realizadas, foi tomado conhecimento sobre o projeto de urbanização idealizado pelos alunos de arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) elaborado no final da década de 1970 quanto ao projeto que seria idealizado pela Universidade Santa Úrsula, nada foi encontrado.

No segundo semestre de 1976, uniu-se na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, um grupo de estudantes com o fim de estudar o problema das favelas e de avaliar as possíveis formas de uma participação universitária. Foi-nos dada então a chance de estudar o problema das favelas e de avaliar as possíveis formas de uma participação universitária. Foi-nos dada então a chance de estudar o caso de Guararapes, o que foi feito como trabalho curricular da Escola. De início, a nossa proposta era a de participação universitária no processo de autoconstrução e mutirão através do qual pensávamos resolver o problema de execução; e do agente financiador, fiscalizando. Para tal era necessário um projeto, ou dos inúmeros já feitos, ou um outro que fosse de nossa autoria. Devido às exigências da escola, de ordem burocrática, tivemos que propor um

projeto físico, qual seja, um passeio pela prancheta. Nós aqui não o apresentamos por não o considerarmos válido na medida em que qualquer valor demonstrativo, no caso de Guararapes, residiria muito mais na ideia e na pesquisa que o gerou do que no risco, no desenho em si. Fizemos um levantamento socioeconômico e de perspectivas, sendo o projeto reflexo físico (gráficos?) destes dados. Em suma, aquilo deveria representar a forma de morar por todos almejados. (Revista Chão, 1978, p.18)

O projeto, inicialmente pensado por estes alunos, levava em conta padrões arquitetônicos que deveriam impor um “habitat ideal”. Tal projeto não levava em conta o que os moradores dos Guararapes almejavam e sim, aquilo que os futuros arquitetos acreditavam ser o ideal. Durante a conversa com estes moradores, os estudantes entenderam a necessidade de atender as especificidades locais, deixando de lado a ideia inicial de um projeto engessado, substituindo-o por um projeto norteado pela diversidade frente às variações de renda, composição familiar e localização do barraco, assim como apresentado no artigo publicado na Revista Chão (1978).

**Croquis de alguns barracos e plantas baixa, desenhados pelos alunos de arquitetura da UFRJ<sup>84</sup>:**

---

<sup>84</sup> Croquis e plantas desenhadas pelos alunos da UFRJ, apresentados no primeiro exemplar da revista de arquitetura “Chão” de março de 1978.

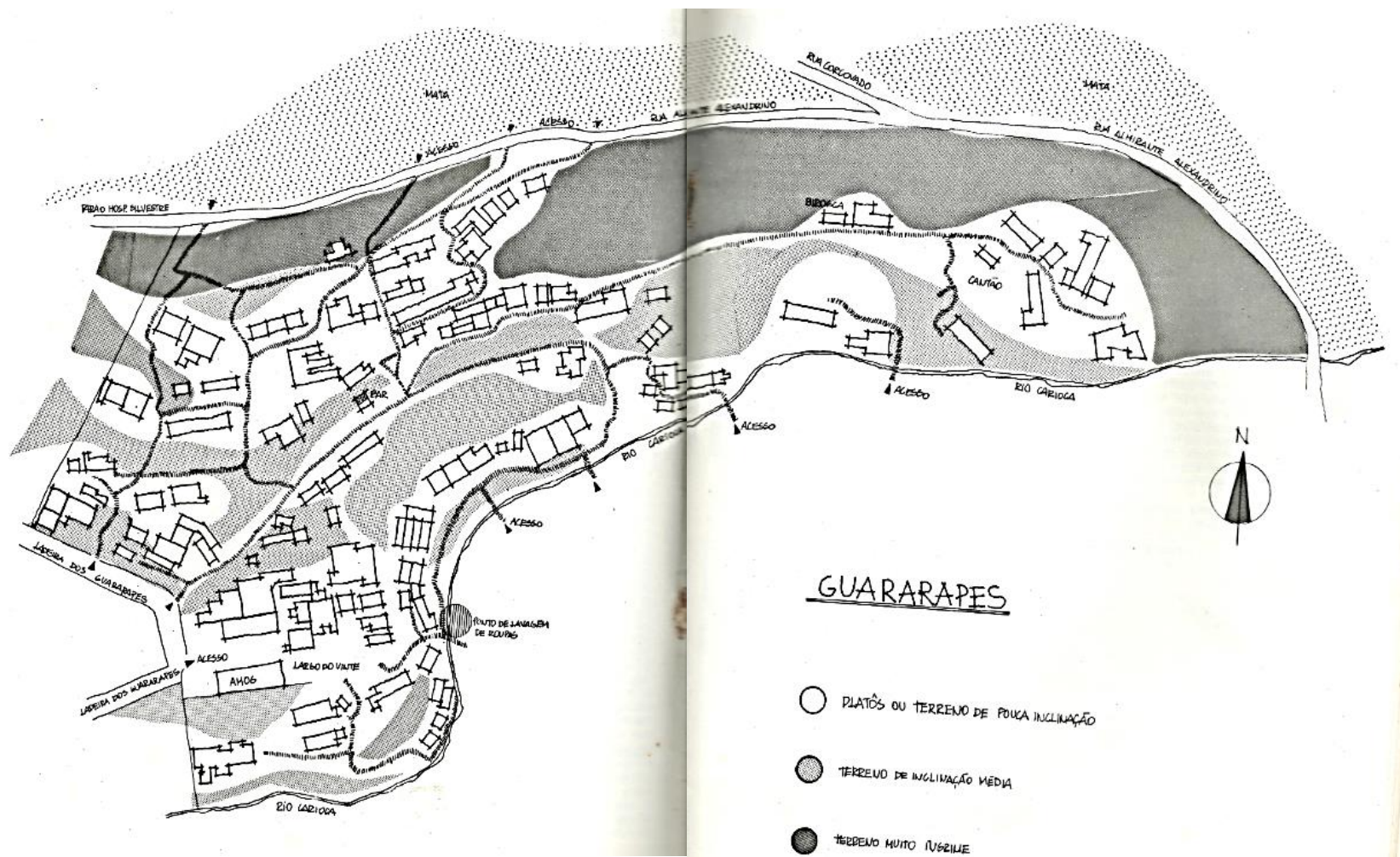


Figura 39- Planta Baixa Barracos da Favela Guararapes



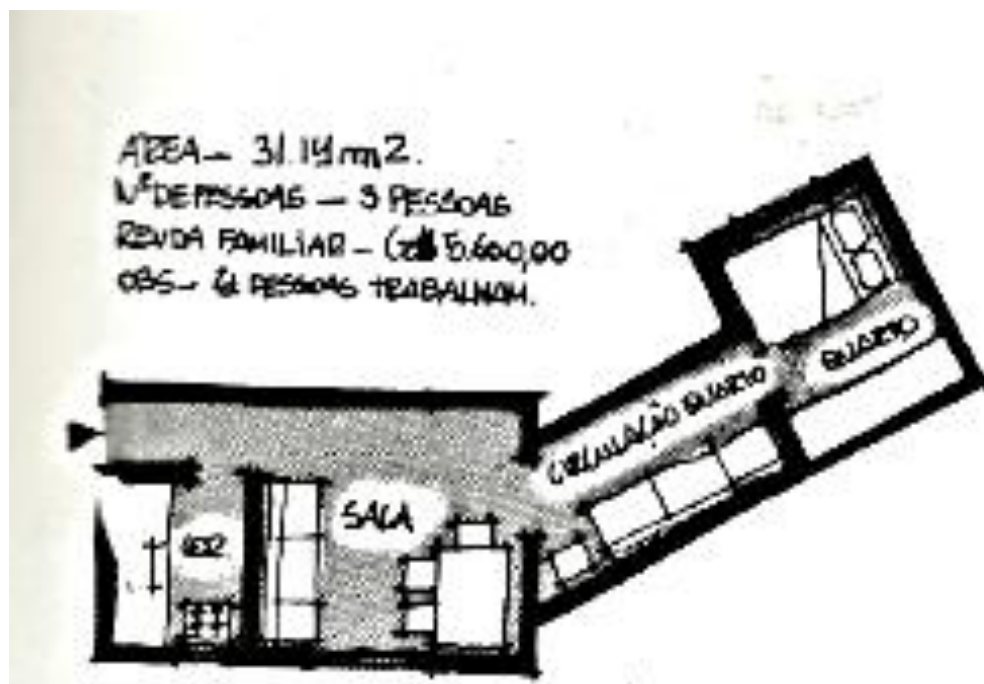


Figura 40- Croqui Barraco 01

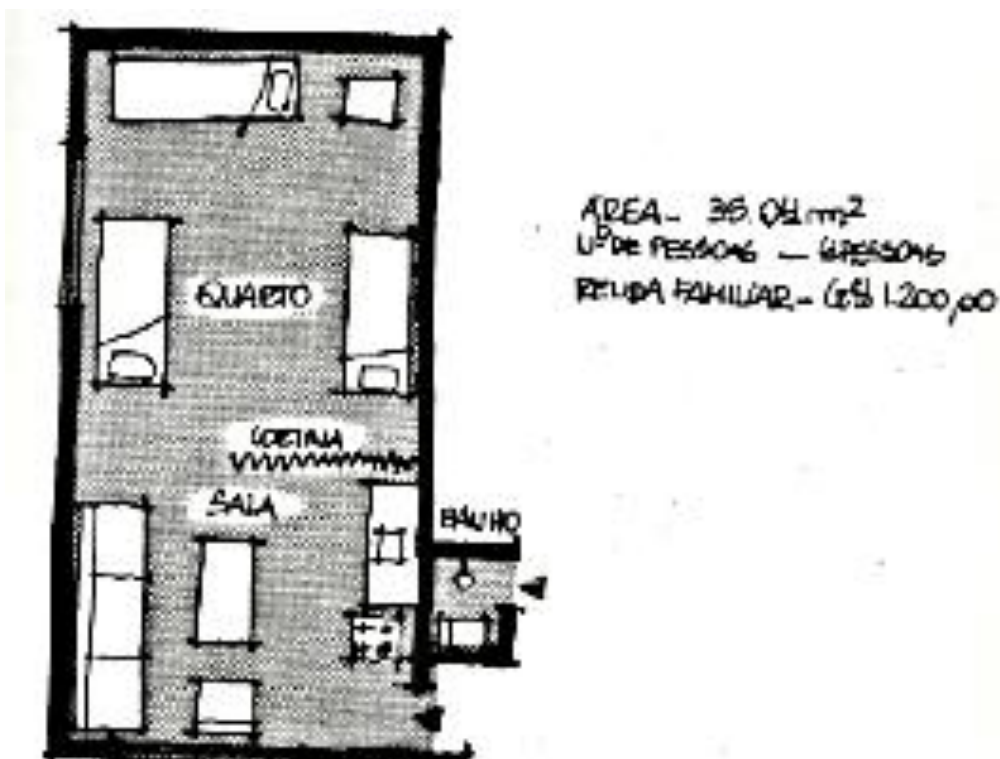
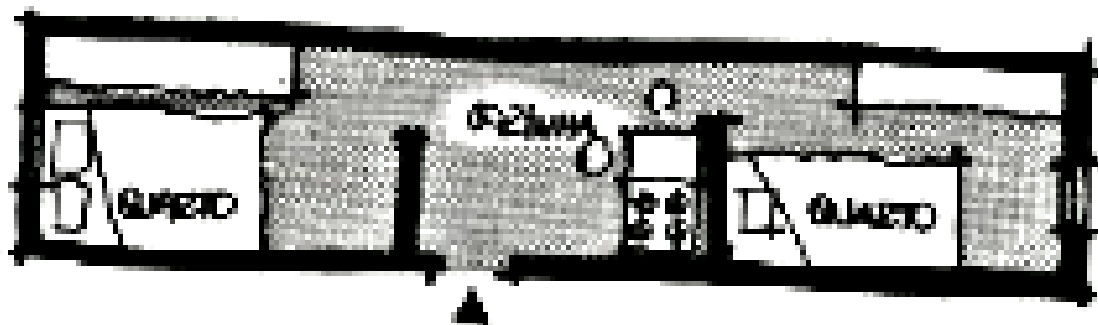


Figura 41- Croqui Barraco 02



AREA- 14.15m<sup>2</sup>  
 Nº DE PESSOAS- 13 PESSOAS - DUAS FAMÍLIAS | 10  
 3  
 REUDA- 128 M<sup>2</sup>

Figura 42- Croqui Barraco 03

A planta dos barracos da favela dos Guararapes apresentava, claramente, uma maior concentração de unidades na região onde foram construídos os primeiros barracos e originou-se os Guararapes, assim como nos arredores do Hospital Silvestre, hospital esse que empregava inúmeros moradores das favelas dos Guararapes, Vila Cândido e Cerro-Corá. Dessa forma, observa-se que além da concentração de barracos se dar mais próxima dos locais de trabalho-hospital e dos imóveis das classes mais abastadas - estas regiões também apresentavam as melhores condições de habitabilidade em virtude da média baixa de declividade. No que tange os terrenos mais íngremes, a ocupação se dava em menor escala, claramente pela questão da acessibilidade dessas áreas, mas também em virtude de um maior controle da Associação de Moradores em seu processo de ocupação e adensamento.

Porque nós paramos e não permitimos as vezes que o barraco seja transformado em alvenaria, por várias razões, porque nós sentimos que a totalidade da área não se apresta à edificação. A pretensão é colocar a comunidade locada dentro de áreas aparentemente seguras, que apresentem uma maior segurança. Deixando todo o restante da área livre pra reflorestamento, fazendo um pulmão interno e o aproveitamento futuro pra fazer uma cooperativa que sempre foi a

ideia de inventar uma cooperativa. (Cláudio de Moraes, entrevista concedida à Sérgio Péo em 1978).

Assim como a favela dos Guararapes atraía a atenção dos estudantes da UFRJ, o cineasta Sérgio Péo, formado em Arquitetura e Urbanismo pela mesma faculdade no ano de 1972, que naquele momento focava na produção de documentários que abarcavam o tema moradia popular com foco nas favelas do Estado da Guanabara- Documentários Maré-74 e Rocinha Brasil-77, logo, interessou-se pela história dos Guararapes. A sua aproximação com a favela dos Guararapes se deu por intermédio do arquiteto/urbanista Rogério Aroeira, então responsável pelo departamento de Projetos Especiais do BNH e membro do grupo de arquitetos.

*A forma coletiva de aquisição em juízo da propriedade do terreno ocupado pela favela do Guararapes através da compra do terreno era um fato novo e afastava definitivamente a ameaça de remoção amplamente praticada naquele período. O brilhantismo e clareza de Cláudio Moraes na condução da Associação de Moradores em função de busca de melhorias sociais e qualidade de vida de seus moradores, me estimulou a realizar o documentário. (Sérgio Péo, 15/12/2019, grifos nossos).*

A aproximação de Sérgio Péo, com a produção da brilhante produção do premiado documentário “Associação de Moradores dos Guararapes”, permitiu que a história dos Guararapes ficasse conhecida em todo o território brasileiro e trouxe a possibilidade de se construir um projeto de urbanização possível de ser executado pelos próprios moradores dos Guararapes através do modelo de “Mutirão”.

*Eu vinha de uma história de participação política, de enfrentamento do regime militar, onde eu participei muito das oposições sindicais- metalúrgicos, químicos, construção civil e então tinha um conhecimento muito maior da experiência sindical e fiquei muito surpreso com a presença de uma comunidade muito forte, com um olhar de que as casas estavam sempre abertas pra quem tinha necessidades, precisava de alguma coisa, ali tinha um espírito comunitário muito forte e do qual eles tinham muito orgulho de ter esse caminho, de ter essa posse da terra. Isso de forma que aumentava um pouco a força comunitária, a força da comunidade. (Franklin Coelho, 13/05/2020, grifos nossos)*

A boa relação entre Cláudio de Moraes e Sérgio Péo permitiu que o arquiteto e cineasta mobilizasse, no ano de 1978, uma rede de amigos composta por estudantes e profissionais de arquitetura e engenharia interessados na elaboração de um projeto de urbanização colaborativo, dissociando-se, de vez, da idealização de um “habitat ideal” e estigmatização daquela população.

*Então o Cláudio nos chamou, fizemos um Projeto de Urbanização nos Guararapes, nós tínhamos uma reunião toda quinta-feira a noite, era 8 horas,*

*mas a gente tinha passagem livre pra subir a noite nos Guararapes, pelo Cerro-Corá e subindo até os Guararapes. A reunião se dava as 6 da tarde e nós fomos desenhando o Projeto de Urbanização. Que eu lembre, participaram desse Projeto de Urbanização eu, Sérgio Pêo, a Estrella Borgana, o Cléber Largo e o Paulo Saad, que naquela época parece que na época era da Cohab mas ele não estava institucionalmente pela Cohab, na verdade não tinha a presença institucional, de governo nesse Projeto de Urbanização, nós tínhamos sido convidados pelo Cláudio de Moraes, pelo Cláudio, porque ele tinha uma ótima relação com o Sérgio, com a Tania e acreditava que se ele chamasse pessoas que tivessem uma afinidade e conseguissem dialogar com a comunidade, isso seria extremamente necessário. (Franklin Coelho, 13/05/2020, grifos nossos)*

Desacreditados pelas inúmeras promessas não cumpridas por parte do Estado, o diálogo entre esses profissionais e a população foi, inicialmente, conflituoso. De acordo com o engenheiro Franklin Coelho, sempre que se iniciava a reunião, um grupo de moradores se reunia em frente à sede da AMOG e iniciava uma roda de capoeira que dispersava a atenção de todos ali presentes. Incomodado com essa “receptividade” por parte dos moradores, Franklin precisava encontrar uma estratégia para se aproximar desses moradores e foi aí que ele, junto de Sérgio Pêo, teve a ideia de usar da capoeira, não mais um recurso de distanciamento e sim, uma estratégia de aproximação entre o grupo de profissionais e os moradores dos Guararapes:

*Eu jogava capoeira, Sérgio tinha uma certa noção, o Lica parece que tinha uma certa noção. Então foi eu Sérgio e Lica pelas vielas escuras dos Guararapes, até chegar a roda de capoeira. Ao chegar na roda de capoeira... na capoeira quando você chega e é estranho, você tem o toque, que eles chamam de toque de estranho, que ele muda o toque, que tem estranho na roda, a roda se abre aí o mestre grita: “Quem vem lá”, aí quem tá chegando grita “Sou eu” e quem grita “sou eu” tem que jogar. Nós estávamos chegando e a roda se abriu, botou o toque de estranho. O mestre gritou “Quem vem lá” e eu falei pro Sérgio “Diz sou eu” e o Sérgio: “Sou eu”. Então a partir desse momento o Sérgio teve que entrar na roda, jogar, levar uns “carinhos” nas costas e tudo bem fazia parte e sentamos pra eles e começamos a conversar e eles falaram “Pra nós a urbanização é abrir um asfalto até aqui em cima, a gente não quer asfalto aqui em cima, a gente não quer essa urbanização que traga o asfalto até aqui em cima, nós não éramos, não tínhamos nenhuma representação institucional, nós estávamos convidados pela Associação, não representava o governo, então fizemos de uma forma, um caminho de negociação inclusive com o próprio conhecimento do Cláudio. (Franklin Coelho, 13/05/2020, grifos nossos)*

Ao compreenderem que aquele grupo não vinha a mando do Estado, aquela relação desgastada por tantas promessas não cumpridas, a população se fez mais receptiva à ideia da elaboração desse projeto desenhado de forma participativa. O projeto de construção das casas foi deixado em segundo plano, focando nesse projeto, em intervenções voltadas à acessibilidade, esgotamento, construção de redes pluviais, descarte adequado e recolhimento de resíduos sólidos, estes dois últimos uma das

maiores preocupações desse grupo<sup>85</sup>. Frente ao exposto, ficou acordado a construção de uma rua da largura do trator do lixo que permitisse a circulação. Assim como o recolhimento do lixo, outros assuntos foram tratados nesses encontros que representaram um espaço de integração entre os moradores, a AMOG e os profissionais convidados.

A ideia de elaboração de um projeto público que abarcasse as contribuições dos moradores das favelas, dentro de uma lógica de “governança participativa”, só se fez possível passados dez anos desse projeto colaborativo. Para Coelho (2006), a luta pela democracia buscou além da efetivação dos direitos civis, garantir o acesso à moradia, equipamentos urbanos, contribuindo para o fortalecimento de uma identidade de pertencimento e luta pela efetivação desses direitos. Assim como em outros campos da política social, a habitação também alcançou importantes ganhos nesse período. Gonçalves (2013) enfatiza que uma nova legislação deveria ter como viés a integração entre favela e a cidade como um todo, de modo que se pensasse em seus aspectos jurídicos e sociais.

A Constituição de 1988 foi um importante passo para a efetivação de uma governança participativa, à medida que essa resguardaria, em lei, o direito à participação popular na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas sociais. Para Gonçalves (2013), a Constituição de 1988 permitiu modificações importantes na legislação urbanística do Rio de Janeiro, dentre elas, a elaboração de uma nova lei orgânica da cidade do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de abril de 1990. Nela constava a especificidade da favela, em que, em seu artigo 429, previa que a política de desenvolvimento urbano deveria focar na urbanização e regularização fundiária das favelas. No âmbito municipal, tivemos no ano de 1992, a aprovação do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro- Lei complementar nº 16, de 4 de junho de 1992, que estabelecia normas para a política urbana da cidade do Rio de Janeiro que deveriam ser seguidas durante esta década.

Para Correia (2003), o plano em questão trazia à Política Urbana do município um novo viés para atuação em favela, dando espaço para uma possível integração entre a favela e toda a cidade em combate à expansão da fragmentação do tecido urbano.

Nesse sentido, a favela é percebida como um território que integra a totalidade da cidade e, portanto, os que ali habitam não devem ser afastados com base em sua periculosidade ou possível contágio para o centro urbano como antes era alegado. (Correia, 2003, p.27)

---

<sup>85</sup> Passados 40 anos da idealização desse projeto, esta questão ainda traz transtornos aos moradores dos Guararapes.

Frente à essa proposta, pensou-se na elaboração do Programa Favela Bairro. O processo de escolha dos escritórios de arquitetos e urbanistas para a realização deste programa foi realizado por meio de um concurso público a cargo do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RJ) e a Empresa Municipal de Informática e Planejamento (Iplanrio), hoje renomeado como Instituto Pereira Passos (IPP).

O concurso público estava aberto à participação de escritórios de arquitetos e urbanistas da cidade do Rio de Janeiro e lançava o desafio de transformar as favelas em verdadeiros bairros populares que possuísem as características de seu entorno, uniformizando-os a fim de minimizar as diferenças urbanísticas. (Correia, 2003, p.30)

O Programa Favela Bairro foi pioneiro e inovador no trato da questão da habitação popular e nas políticas de combate à pobreza e de desenvolvimento social. O investimento se deu através de fundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cerca de 60%, enquanto os 40% era oriundos dos cofres da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. O Programa Favela-Bairro fazia parte da Primeira Fase do Programa de Urbanização e Assentamentos Populares – PROAP, através dele, previa-se a regularização de loteamentos, ações pautadas na promoção da educação sanitária e ambiental e a execução de obras de urbanização de favelas.

A definição das primeiras favelas contempladas pelo Programa Favela Bairro teve como critério as favelas, cuja população fosse entorno de 500 a 2.500 domicílios. Além do número de domicílios, levou-se em conta a possibilidade de urbanização e o fato destas favelas terem sido contempladas por outros programas que antecederam. Dessa forma, 19 favelas foram contempladas. Divididas em 4 grupos, tendo a favela dos Guararapes inserida no grupo 2, ao lado das favelas do Cerro-Corá e Vila Cândido, o que permitiu que chegasse ao quantitativo de domicílios mínimos, exigidos dentro do critério de elegibilidade.

**Tabela 11 Grupo 2- Favela Bairro**

<b>ÁREAS Grupo 02</b>	<b>Bairro</b>	<b>População</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Histórico de intervenções urbanísticas</b>	<b>Escopo da obra</b>
<b>Morro da Fé</b>	Penha	2.104	526	Favelas dispõe de Áreas de encosta com maior ou menor grau de infraestrutura, que	Complementação de infraestrutura, equipamentos sociais.
<b>Grotão</b>	Penha	2.104	526		

<b>Cerro-Corá/ Vila Cândido/ Guararapes</b>	Cosme Velho	2.891	685	tenham que passado por intervenções significativas	
<b>Caminho de Job</b>	Pavuna	2.092	523		
<b>Morro União</b>	Pavuna	2.092	523		
<b>Mata Machado</b>	Alto Tijuca	2.044	511		

Fonte: Correia, 2003.

Assim como apresentado pela tabela acima, a favela dos Guararapes foi uma das contempladas, estando inserida no grupo que já havia sido contemplada por intervenções passadas. Frente à narrativa construída, vemos que a atuação por parte do Estado, sempre se deu de forma incipiente e que a atuação mais significativa partiu dos próprios moradores. Para Maciel (2016, p.50), apesar de haver uma legislação democrática, os projetos de revitalização urbana em curso, ignoravam a participativa coletiva.

A implementação do Favela-Bairro, em dado momento, trouxe a falsa ideia de que a população seria ouvida, mas a participação da população dos Guararapes ao projeto foi bem limitada.

Quando questionados sobre o motivo pelo qual esta etapa de formulação do Programa não foi debatida com ONG's ou representantes das comunidades faveladas, reaparece o discurso sobre a necessidade de 44 conhecimento técnico específico sobre elaboração de políticas. É notório que os componentes deste Programa devem atender às diretrizes definidas no Plano Diretor e no convênio com o BID, porém seria de extrema valia se tivesse havido espaço, em sua implementação, para indivíduos que possuíssem algum vínculo com as áreas a serem atendidas. (Correia, 2003, p.44)

Frente à incerteza e ao desconhecimento sobre o curso das intervenções previstas pelo programa em questão, veio o temor de novas remoções, fosse em virtude de algumas casas estarem em uma área considerada de risco, fosse em decorrência do escopo do projeto que pudessem privilegiar interesses aquém dos moradores ali contemplados pela intervenção urbanística e que não puderam ser ouvidos.

Segundo elencado pelo líder comunitário Cláudio de Moraes no já mencionado documentário **“Associação dos Moradores do Guararapes um filme de Sérgio Péo”**, o governo sempre que possível descumpriu a garantia da promoção dos direitos dos moradores das favelas. Por meio de uma espoliação urbana, o Estado concentrava

todos seus recursos nas áreas apenas tidas como “formais”. Mesmo de posse da titularidade das terras, a favela dos Guararapes nunca deixou de ser representada como um espaço informal.



## 4

### Considerações Finais

A favela dos Guararapes, em seus primórdios, surgiu a partir do consentimento dos antigos proprietários das terras da Fazenda Laranjeiras, de propriedade do Coronel Fontainha, localizada no aristocrático bairro Cosme Velho, na cidade do Rio de Janeiro. Dentro de um viés de provisoriedade, os Guararapes, assim como outras favelas que se espalhavam rapidamente pelos bairros da zona sul da cidade, tornaram-se uma tentativa plausível para solucionar a emergencial crise habitacional decorrente da remoção dos cortiços localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro e atender o fluxo migratório intensificado pelo processo de industrialização e crescente oferta de trabalho na cidade.

Quando comparamos o investimento em infraestrutura do bairro Cosme Velho, a desigualdade entre o Complexo dos Guararapes e todo o resto do bairro era gritante. Em resposta, o Estado alegava que a ilegalidade era o fator que justificava a ausência do investimento dos recursos públicos. O início da década de 1960, com o surgimento da Coordenação dos Serviços Sociais, criada na gestão de Carlos Lacerda trazia a promessa de um maior investimento no que tange às políticas concernentes às habitações populares. Cabia ao professor José Arthur Rios estabelecer uma proximidade entre Estado e Favela.

Através de uma parceria estabelecida entre o governo de Lacerda e o governo estadunidense por meio da Agência Norte-americana de Desenvolvimento Internacional (USAID), foram destinados recursos que seriam aplicados pela Fundação Leão XIII em um projeto voltado à urbanização, remoção, assistência social e saneamento das favelas. Dentre as favelas contempladas pelas ações de urbanização, Guararapes foi uma delas. Para receber esta verba, foi fundada na década de 1960 a União Pró-Melhoramentos e Assistência Social dos Guararapes, que seria responsável em mobilizar e organizar um mutirão para a realização das obras previstas para este território.

A pesquisa mostrou que a presença da Igreja Católica nesse território foi primordial para a seleção deste financiamento. A Igreja Católica possuía, próximo aos Guararapes, uma escola de freiras, além de deter grande parte das terras vizinhas a favela dos Guararapes. Essa presença permitiu uma mediação entre moradores e o Estado. Através da instalação da Obra Social Dom Armando Lombardi, construída no terreno pertencente à igreja, vizinha das terras que posteriormente seriam compradas

pelos moradores dos Guararapes, dava-se início à uma importante parceria entre moradores, Igreja e Estado. A arrecadação de recursos por parte da Igreja Católica permitiu que fossem iniciadas as obras de construção do prédio da Escola Guararapes Cândido, a escola de alvenaria e que veio receber o título de escola municipal representava mais um indício que a favela dos Guararapes tinha o aval público para permanecer naquela área.

Dentre os fatos apurados, observou-se que a favela dos Guararapes não esteve nos planos de remoção previstos pela gestão de Carlos Lacerda e Negrão de Lima, nem mesmo após as fortes chuvas de 1966. O medo de remoção se fez mais latente no momento que ocorreram, no início da década de 1960, a remoção de duas favelas vizinhas. Diferente de outras favelas da Zona Sul, Guararapes ocupava uma área muito íngreme, de difícil acesso e conseqüentemente, de difícil construção. Logo, o seu valor de mercado estava muito aquém do de outros morros da zona sul e afastava a cobiça do setor imobiliário especulador. Frente ao seu baixo valor de mercado, a ideia de venda para a população dos Guararapes não parecia um mal negócio para a proprietária, Sra. Maria Elisa Oliveira Passos, já que por décadas, a área já se fazia ocupada por aqueles moradores e ela não ganhava nada com aquela ocupação.

Mesmo que as lideranças comunitárias tivessem o apoio do poder público e do Estado para a aquisição daquelas terras, nada diminui a grandeza desse feito inédito possível sob a liderança dos irmãos Couto, que lutaram bravamente para a efetivação da compra das terras pelos moradores.

Apesar da aparente resolutividade do problema da remoção, ainda era necessário travar mais uma batalha, dessa vez, o esforço era em prol do cumprimento de uma promessa antiga de urbanização dos Guararapes à cargo do poder público. Apesar da luta e de várias iniciativas, apenas da década de 1990, a favela seria contemplada pelo programa de urbanização Favela Bairro.

A verdade é que o Guararapes nunca foi considerado como um espaço formal da cidade. Nem mesmo o pagamento de impostos favoreceu o investimento em infraestrutura por parte do poder público. Para o líder comunitário Cláudio de Moraes, que sempre optou pelo caminho do diálogo junto ao Estado, a traição e o desrespeito junto aos moradores dos Guararapes, se fez imperdoável. Mesmo que aquela população não tivesse sido removida, sempre lhes foi negado o direito ao acesso às políticas públicas. Hoje, a população dos Guararapes, mesmo de posse de um documento que lhe garante a propriedade da terra, ainda sofre o risco de remoções por uma pretensa dívida de IPTU.

A grande questão que permeia a história não apenas da favela dos Guararapes, assim como de tantas outras da cidade do Rio de Janeiro, é que o estigma às favelas

não impediu o estabelecimento de redes de sociabilidade de forma que a população criasse suas próprias regras e estabelecessem suas redes de sociabilidade que garantiriam sua existência e, por vezes, a sua permanência.

Afinal, resistir é preciso e necessário para garantir a permanência das favelas.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Memória da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução**. Revista Rio de Janeiro, nº 10, maio-ago. 2003.

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALEM, Adriano. **Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na cidade do Rio de Janeiro: Período de 1961 A 2010. Coleção Estudos Cariocas**. Instituto Municipal Pereira Passos. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br). Acesso em: 20 de maio 2019.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. **Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço**. Tese de Geografia, Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes., coordenadoras. **Usos e Abusos da História Oral – 8. Ed.** – Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2006.

AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. **De braços abertos num cartão postal? Duas favelas da zona sul carioca na “era das remoções” pelas lentes do Correio da Manhã**. Domínios da Imagem, Londrina, v. III, nº 5, p. 95-108, novembro 2009.

AGACHE, Alfred. (1930), **Cidade do Rio de Janeiro: extensão — remodelação — embelezamento**. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal.

BARBOSA, Jorge Luiz & SILVA, Jailson de Souza. **As favelas como territórios de reinvenção da cidade**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, nº 1, fev. 2013.

BASTOS, Camila *et. al.* **Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte**. REV. BRAS. ESTUD. URBANOS REG. (ONLINE), RECIFE, V.19, N.2, p.251-266, MAIO-AGO. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513954272004.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. **“O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas**. Dissertação Mestrado em História Oral- UFF, 2012.

BORTONE, Elaine de Almeida. **As trincheiras do empresariado norte-americano no Golpe de Estado de 1964: os casos da American Chamber of commerce for Brazil (AMCHAM) e do Fundo de Ação Social (FAS)**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 9, n. 16, 2020.

BRUM, Mario. **“Irregular, ilegal e anormais”: O estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973)**. Revista do arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro nº 4, 2010, p. 97-107.

BRUM, Mário Sergio. **Ordenando o espaço urbano no Rio de Janeiro: o programa de remoção da CHISAM e as ‘utilidades’ para os favelados (1968-1973)**. XIV Encontro Regional da Anpuh. Rio de Janeiro, 2010

\_\_\_\_\_. **Memórias da remoção: o incêndio da praia do pinto e a 'culpa' do governo**. XI Encontro Nacional de História Oral. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. O Social em Questão- Ano XVI- nº 29- 2013**.

BOHADANA, Estrella (org.). **A cidade é Nossa**. Codecri, Rio de Janeiro, 1983.

BOTT, Elizabeth. **Famílias e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. (Tradução de Family and Social Network), 1976.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In:

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. 3ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHÃO, Revista de Arquitetura. **GUARARAPES UM CASO PARTICULAR DENTRO DA PARTICULARIDADE DO CASO**. Revista de Arquitetura, Março, 1978.

COELHO, Franklin Dias, **História Urbana e Movimentos Sociais> o movimento de reforma urbana (1950-1990)**, Tese de doutorado, Niterói: UFF, 1996.

COMPANHIA PROGRESSO DO ESTADO DA GUANABARA (COPEG). **Relatório da Diretoria**, Estado da Guanabara, 1969.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)** - Rio de Janeiro, 2015.

DANTAS, Marcus Eduardo de Carvalho. **Da função social da propriedade à função social da posse exercida pelo Proprietário**. Uma proposta de releitura do princípio institucional. Revista de Informação Legislativa. Ano 52, Número 205, jan./mar. 2015.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**, Tese de doutorado, São Paulo: USP, 2003.

FREITAS, Mônica Rosa. **A Estrada de Ferro Corcovado e o Hotel das Paineiras, uma implementação turística na Floresta da Tijuca no final do Século XIX**. In: VI Seminário de História do Urbanismo e da Cidade - **Brasil: Cinco Séculos de Cidade, 2000**, Natal.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cadernos de Pesquisa, n.116, p.21-39, julho/2002.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário histórico-biográfico brasileiro, Verbetes Primeira República- Imigração**. Rio de Janeiro, Forense Universitária/CPDOC-FGV/Finep.

GOFFMAN, Erving, 1922-1982. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, [tradução de Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes]. – 4. Ed. – [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GONÇALVES, Rafael Soares. **A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico**. Urbana, Campinas, v. 1, n. 1, 2006.

\_\_\_\_\_. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Editora Pallas PUC-Rio, 2013.

\_\_\_\_\_. **São as águas de março fechando o verão: chuvas e políticas urbanas nas favelas cariocas**. Revista Acervo, Rio Janeiro, v. 28, n.1, p.98-119, 2015.

GONDIM, Linda Maria. **A manipulação do estigma de favelado na Política Habitacional do Rio de Janeiro**. Rev. de C. Sociais, Fortaleza, 12/13 (1/2): 27-44, 1981/1982.

LAMARÃO, Sérgio. **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2006.

LEFEBVRE, Henri. ***La production de l'espace***, Paris, Ed anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**/ Marilda Villela

IAMAMOTO, Raul de Carvalho. - . ed. – São Paulo, Corz; [Lima, Peru]: CELATS. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). **Os cortiços na área central do Rio de Janeiro: invisibilidade, heterogeneidade e vulnerabilidade**. Pesquisa Prata Preta – Projeto Morar, Trabalhar e Viver no Centro. Coord. Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ e Central de Movimentos Populares – CMP-RJ. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **A memória das favelas**. Cadernos de Comunicações. Ano 23, nº 59. Rio de Janeiro, 2004.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MACIEL, Gláucio Glei. **Mercantilização da cidade do Rio de Janeiro e suas implicações na gestão de unidades de conservação: um estudo sobre a concessão do Setor Paineiras/ Corcovado** (Parque Nacional da Tijuca- RJ) e os efeitos sobre os moradores das favelas do Cerro-Corá e dos Guararapes. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015.

MATTOS PIMENTA, José Augusto de. (1926), **Para a remodelação do Rio de Janeiro. Discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Rotary Club.

MONTEIRO, Marcelo. **O elo perdido**. Favela tem memória. Rio de Janeiro, 2004.

NEVES, Beatriz Fartes de Paula. **Favela dos Guararapes: Uma narrativa de estigma e resistência**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019. Acesso em: 24 jan. 2020.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares**. – Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

OAKIM, Juliana. **“Urbanização sim, remoção não”**. A atuação da Federação das Associações de Favela do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2014.

Oliveira, Aline Meneguini. **Interação Comunitária: o cidadão em sintonia radiofônica**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação, Bauru, 2013.

PAULA, Beatriz Fartes. **Do oito ao oitenta: um estudo sobre a velha e a nova política urbana do Rio de Janeiro**. URB Favelas II Seminário Nacional sobre Urbanização das Favelas. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2016/html/gt4.html>.

Acesso em: 10 dez. 2016.

PANDOLFI, Dulce Chaves & GRYNSZPAN, Mario (org). **A favela fala – depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2003

PEREZ, Mauricio Dominguez. **Estado da Guanabara: Gestão e estrutura administrativa do Governo Carlos Lacerda** / Mauricio Dominguez Perez. - Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005.

PERLMAN, Janice. E. **O Mito da Marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro; tradução de Waldívia Marchiori Portinho/ prefácio de Fernando Henrique Cardos/ Rio de Janeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. (1937), **Código de obras de 1937**. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal.

\_\_\_\_\_. (1949), **Censo das favelas; aspectos gerais**. Rio de Janeiro, Secretaria Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos. 1989.

RIBEIRO, Luiz C. de Q; CARDOSO, Adauto L. **Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. Espaço & Debates: cidade brasileira, século XX**.

Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XIV, nº 37, 1994.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960**. IPEA: textos para discussão, Rio de Janeiro, janeiro de 2014.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares. **A colonização da terra e da moradia na era das finanças**, São Paulo: Boitempo, 2015.

SALVADOR, Andréia Clapp. **Políticas de Reconhecimento X Políticas de Redistribuição- Um Dilema Contemporâneo**. O Social em Questão, Ano XIII, nº23, 2010.

SANTOS, Carlos Nelson F., **A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta**, nº 165, 1982.



SILVA, Maria Hortência do Nascimento e. (1942), ***Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela***. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral de Saúde e Assistência, Gráfica Sauer.

SILVA, Maria Lais Pereira. **Favelas cariocas 1930-1964**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, Luiz Antônio Machado. **A política na favela. DILEMAS: Revista de Estudos e Conflito e Controle Social** - Vol. 4- nº 4- OUT/NOV/DEZ 2011- pp.669-716.

\_\_\_\_\_. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

SOARES. G. S. **Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira**. Revista Serviço Social e Sociedade, são Paulo, n.109, jan/mar. 2012.

SOUSA, José Nilton. **A exclusão pela urbanização Favela: Governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro**. GEOgraphia, Ano V- nº 10, 2003.

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VALENCIO, Norma. **Para além do “dia do desastre”: o caso brasileiro**. São Carlos (SP): Appris, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais**. RBCS - *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

\_\_\_\_\_. **A Invenção da Favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

Vieira, Ana Carolina Maciel. V658 **Memória e paisagem: olha(res) sobre o patrimônio cultural turístico** - Parque Nacional da Tijuca (RJ) / Ana Carolina Maciel Vieira, 2013.

## Outras fontes

### Sites pesquisados

Site Rio+Social/ Instituto Pereira Passos:

<<http://www.riomaissocial.org/territorios/cerro-cora-guararapes-vila-candido/?secao=inicio/>> Acesso em: 04 de dezembro de 2016.

Documentário “Associação dos Moradores do Guararapes”- Direção de Sérgio Péa:

<<http://www.youtube.com/watch?v=UaK9M9Owaql&feature=youtu.be/>> Acesso em 06 de dezembro de 2016.

História do bairro Cosme Velho:

<<http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/cosme-velho.html>> Acesso em 09 de dezembro de 2016.

Panorama dos Territórios- UPP Cerro-Corá

<<http://www.riomaissocial.org/wp-content/uploads/2017/01/1-Panorama-dos-Territ%C3%B3rios-UPP-Cerro-Cor%C3%A1.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2017.

Cadernos Rio+Social:

<<https://www.data.rio/datasets/programa-riosocial-04-5-caderno-fichas-dos-territ%C3%B3rios-da-rp-zona-sul-mar%C3%A7o-2017>> Acesso em 25 de abril de 2018.

### Periódicos (1960-1979)

*Jornal Correio da Manhã*

*Jornal do Brasil*

*Jornal O Globo*

### Arquivo AMOG

Primeiro Livro de Atas da Associação de Moradores dos Guararapes (1967-2005)

### Documento sonoro

Entrevista gravada MORAES, Cláudio de: depoimento [1978]. Entrevistador: Sérgio Péo. Rio de Janeiro, 1978. 2 fitas cassete (30 min), estéreo. Entrevista concedida pela Jornalista Tania Coelho.